



**Maria Tereza Azevedo Silva**

**“Projeto Golfinhos”: Análise de implicação  
do sistema socioeducativo do Estado do  
Rio de Janeiro na abordagem com famílias  
e adolescentes**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Maria Helena Navas Zamora

Rio de Janeiro

Abril de 2016



**Maria Tereza Azevedo Silva**

**“Projeto Golfinhos”:** Análise de implicação  
do sistema socioeducativo do Estado do  
Rio de Janeiro na abordagem com  
famílias e adolescentes

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profa. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora**

Orientadora  
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Profa. Junia de Vilhena**

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Profa. Maria Claudia Oliveira**

Departamento de Psicologia - UNB

**Profª. Denise Berruezo Portinari**

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação  
e Pesquisa do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2016.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

## Maria Tereza Azevedo Silva

Graduou-se em Psicologia pela Universidade Gama Filho, em 1982. Cursou pós-graduação em Análise Institucional/Sociopsicanálise no IBRAPSI-1986; Terapia Familiar na UFRJ-1994; Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, USP-2001; Psicologia Jurídica na UERJ-2002; e, Psicopedagogia Clínico-Institucional, UGF-2010. Pesquisadora associada do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social - LIPIS da PUC-Rio e Associada titular da Associação de Terapia Familiar do Rio de Janeiro. Psicóloga do Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE, desde 1994, trabalhou em diversas unidades socioeducativas, foi gestora da Divisão de Psicologia, e é integrante da equipe da Assessoria de Sistematização Institucional - ASIST. Tem experiência na atenção aos adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, prática na área de Psicologia Jurídica, Clínica e Institucional, com ênfase na área de Família e Socioeducação.

### Ficha Catalográfica

Silva, Maria Tereza Azevedo

“Projeto Golfinhos”: análise de implicação do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro na abordagem com famílias e adolescentes / Maria Tereza Azevedo Silva; orientadora: Maria Helena Navas Zamora. – 2016.

146 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2016.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Família e socioeducação. 3. Garantia de direitos. 4. Adolescentes em privação de liberdade. 5. Visita íntima. I. Zamora, Maria Helena Navas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

A Roberto (in memoriam) e Octávio (in memoriam), meu pai e meu irmão,  
que me ensinaram a ter determinação, persistência e resiliência,  
para alcançar meus objetivos,  
Amigos e companheiros de toda uma vida,  
Sempre em meu coração.

## Agradecimentos

À meu querido marido e companheiro de todos os momentos, os difíceis e os alegres, aos meus pais, a toda minha família, queridos irmãos e irmãs, suas famílias, pelo apoio e compreensão à dedicação ao meu trabalho e ao mestrado. Ao CAPES/PROSUP e à PUC-Rio pelo apoio que viabilizou este trabalho.

Ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio, aos professores que me proporcionaram aprendizados de valor, à Marcelina e a todos os funcionários da secretaria que dão apoio e suporte durante todo o curso, aos mestrandos e doutorandos, uma convivência que me fez muito bem, aprendendo a todo tempo, dentro e fora de aula.

Um agradecimento especial à minha querida orientadora, Prof<sup>ra</sup>. Maria Helena Navas Zamora, que, além de transmitir muitos saberes de enorme valor, da Psicologia e de ser humano, conhecimento, ética, experiência, força, compreensão, solidariedade, direitos humanos, me acolheu em momentos difíceis, ao lidar com perdas de pessoas amadas, e me deu a mão para conseguir continuar e prosseguir.

Ao grupo de pesquisa, em especial Raquel, Manuela e Carolina, pela oportunidade de aprender com elas em cada encontro.

Às professoras Irandi Pereira e Maria Claudia Oliveira, que, através de sua dedicação à socioeducação e ao Sistema de Garantia de Direitos, me fortalecem em acreditar num mundo melhor.

Aos profissionais e funcionários do DEGASE que trilham comigo e trabalham arduamente na missão socioeducativa, especialmente Raimunda Leite, Luis Ernesto Rios, Elis Regina Lopes, Thereza Cristina Nunes.

Aos estagiários que contribuíram com a proposta do trabalho, Gabriela Greco Costa e Luana Sampaio Chagas, entre outros, e aos companheiros da socioeducação, que sempre apoiaram e investiram em ações éticas.

E, com muito carinho, agradeço às famílias e adolescentes que dão um sentido especial ao meu trabalho.

## Resumo

Silva, Maria Tereza Azevedo; Zamora, Maria Helena Navas. “**Projeto Golfinhos**”: análise de implicação do sistema socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro na abordagem com famílias e adolescentes. Rio de Janeiro, 2016. 146 p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Projeto Golfinhos é uma proposta de atendimento familiar aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Rio de Janeiro e suas famílias, realizado entre 1995 a 2002. Esta dissertação tem como objetivo principal abordar o sistema socioeducativo, através da análise de implicação no campo de atuação socioeducativo. Procura também articular o direito à convivência familiar ao direito à visita íntima, garantido pela Lei nº 12.594/2012 - SINASE para adolescentes em privação de liberdade, que possam comprovar vínculo estável, com o(a) parceiro(a) de referência, contemplando direitos sexuais e reprodutivos. Apresenta a relevância da análise de implicação para a proposta desse trabalho, focando na prática profissional, no desenvolvimento do projeto, na relação existente com a instituição. Desenvolve uma abordagem de conceitos de memória e seu significado, relacionando com histórias de vida destes adolescentes, fazendo uso de registros do projeto e de produções deles e das famílias e remete a uma análise histórica do percurso profissional no reconhecimento de mudanças necessárias no sistema. Delineia um panorama das normativas em torno da garantia do direito à visita íntima, articulando com a proposta de elaboração de um programa de saúde e sexualidade, observando a relação desse direito com a atenção às famílias. Discorre as conclusões através da metodologia plural utilizada, promovida pela Análise Institucional, propiciadora do encontro de pistas cartográficas e a aproximação a uma autoetnografia, através de uma arqueologia do método de trabalho com famílias.

## Palavras-Chave

Família e socioeducação; garantia de direitos; adolescentes em privação de liberdade; visita íntima.

## Abstract

Silva, Maria Tereza Azevedo. Zamora, Maria Helena Navas. (Advisor). **“Golfinhos Project”**: Analyzing the implication of the socioeducational system of Rio de Janeiro State in the approach of families and adolescents. Rio de Janeiro, 2016. 146 p. MSc. Dissertation. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The “Golfinhos Project” is a family care proposal for adolescents under socioeducational measures in Rio de Janeiro and their families, held from 1995 to 2002. This paper aims to address the socioeducational system of Rio de Janeiro, through analysis of implication in the socioeducational working field. It also aims to propose the living family the right to conjugal visit, guaranteed by law nº 12.594 / 2012 – SINASE, for teenagers in deprivation of liberty that can prove stable bond with a partner, covering sexual and reproductive rights. This paper presents the relevance of the analysis of implication for the purpose of this work, with the focus on the professional practice and the development of the project, and the relationship with the institution. It develops an approach to concepts of memory and its meanings, relating to life stories of adolescents in conflict with the law, making use of project records, productions made from the adolescents and their families. It also refers to a historical analysis of my institutional career and the recognition of necessary changes in the socioeducational system. It outlines a normative panorama around the right of conjugal visit, articulating it with the proposal of a health and sexuality program, observing the relation with the right to the attention to the families. This paper also discusses the conclusions through a plural methodology, promoted by Institucional Analysis, that produces the meeting of cartographies signs and an approach to a self ethnography through an archeology of a method work with families.

## Keywords

Family and socioeducation; guarantee of rights; adolescents in deprivation of freedom; conjugal visit.

# Sumário

<b>1 Introdução .....</b>	<b>13</b>
<b>2 Análise de Implicação e trabalho com famílias na Socioeducação .....</b>	<b>21</b>
2.1. Um pouco sobre Análise Institucional .....	21
2.2. O Projeto Golfinhos .....	29
2.2.1. Indagando Nosso Conceito de Família .....	32
2.2.2. Golfinhos: Trabalhando com a diferença e desconstruindo a violência ....	34
2.2.3. Contribuições da Terapia Familiar Sistêmica-Construtivista para a construção do Projeto Golfinhos .....	40
2.2.4. Modalidades de atendimento: breves relatos e produções .....	47
2.3. Procurando o caminho da socioeducação .....	58
<b>3 Memória de vida e histórias reais .....</b>	<b>64</b>
3.1. Uma breve abordagem: O adolescente, a instituição e a sociedade. ....	65
3.2. Estudos acerca da memória individual e memória coletiva .....	67
3.3. Memória subterrânea; memória-arquivo e lugares de memória; rastro e testemunho .....	77
<b>4 Família, afeto e sexualidade : Visita íntima, direito a ser assegurado ....</b>	<b>103</b>
4.1. Normativas em torno do direito à visita íntima .....	103
4.2. Programa de Saúde e Sexualidade: alguns elementos para a sua construção .....	111
4.3. O Grupo de Trabalho: construção interdisciplinar, interinstitucional e intersetorial .....	115
4.3.1. O GT para elaborar a implantação da visita íntima: uma construção coletiva .....	116
4.4. Indagando Nosso Conceito de Adolescência e Sexualidade .....	122
<b>5 Conclusão .....</b>	<b>130</b>



<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>136</b>
---	------------

<b>Apêndices.....</b>	<b>145</b>
-----------------------	------------

A Uma experiência gratificante: Psicologia e o uso de recursos lúdicos do Projeto Lego.....	145
---	-----

B Alguns livros infantojuvenis utilizados no Projeto Golfinhos.....	146
---	-----

## Lista de Figuras

Figura 1	Logo do Golfinhos	35
Figura 2	Produção de A.D.P, GAM, 1996	49
Figura 3	Produção de N.I.L, GAM, 1996	49
Figura 4	Produção de G. A., GRM 1996	53
Figura 5	Produção de A.A., GRM 1996	54
Figura 6	Desenho de Leandro no relato do desentendimento com o pai	98
Figura 7	Organização espacial da casa de Leandro	99
Figura 8	O passado e o presente	100
Figura 9	O futuro	100

## Abreviaturas e Siglas

AIS	Atendimento Individual Sistêmico
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CPM	Ciclo de Palestras Multifamiliar
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GAM	Grupo de Adolescentes Multifamiliar
GM	Grupo Multifamiliar
GRM	Grupo de Reflexão Multifamiliar
GT	Grupo de Trabalho
IFB	Intervenção Familiar Breve
IMB	Intervenção Multifamiliar Breve
LA	Liberdade Assistida
MSE	Medida Socioeducativa
PNCFC	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SL	Semiliberdade
SSE	Sistema socioeducativo
VI	Visita Íntima

*Cada ser humano nasce com um potencial e tem direito a desenvolvê-lo. Mas, para isso acontecer, ele precisa de oportunidades. E as melhores oportunidades são as educativas, que preparam as pessoas para fazerem escolhas. E isso eu chamo de liberdade.*

Antonio Carlos Gomes da Costa

## Introdução

Este trabalho tem a proposta de empreender uma análise de implicação partindo do trabalho com adolescentes em conflito com a lei e suas famílias no sistema socioeducativo (SSE) do Rio de Janeiro, em cumprimento de medida socioeducativa (MSE) de internação (privação de liberdade) e internação provisória. Através do uso do instrumental da Análise Institucional, a análise de implicação, pretende-se mostrar uma trajetória de trabalho dentro do campo da socioeducação, focando na abordagem com as famílias e adolescentes.

Inicialmente, serão abordados, a partir do segundo capítulo, os conceitos de implicação e sobreimplicação no campo da Análise Institucional, com contribuições de René Lourau e Gregório Baremlitt. Apresento minha inserção institucional no sistema socioeducativo e aponto para uma reflexão acerca de minha trajetória, na qual assinalo a proposta de trabalho que permeou minha atuação junto aos adolescentes e suas famílias, o Projeto Golfinhos, desenvolvido no órgão que executa, na atualidade, a medida restritiva e privativa de liberdade.

Apresento o desenvolvimento do “Golfinhos”; as suas modalidades, com ilustração de relatos de caso e abordagens realizadas; alguns materiais produzidos nos grupos de adolescentes; falas de adolescentes e familiares, e aponto para a importância do trabalho com o núcleo familiar do adolescente, sendo esta a principal abordagem do projeto. Percebo que este foco de atuação com as famílias veio a ser o propulsor de meu interesse no tema da visita íntima, quando participei de um Grupo de Trabalho acerca de sua implantação, e comecei a me debruçar sobre a questão. Este tema capturou minha atenção, pois compreendo existir uma articulação desta temática com a afetividade e convivência familiar, configurando, em minha compreensão, um eixo essencial a ser considerado, o que será abordado posteriormente.

No terceiro capítulo serão introduzidas, de forma breve, algumas contribuições do pensamento de Walter Benjamin, e sua posição acerca das histórias não conhecidas, a “história dos vencidos” que demandam reconhecimento. Apresento apontamentos sobre o conceito de memória, abordando a memória coletiva de Maurice Halbwachs, a memória subterrânea

segundo Michael Pollak, entre outros estudiosos, como Pierre Nora e Jeanne Marie Gagnebin, com suas contribuições, articulando com lembranças e vivências, realidades ocultas em vivências socioinstitucionais, que se entrelaçam com as histórias dos adolescentes e suas famílias. Com relatos de casos do projeto Golfinhos, realizo um ensaio dentro dessa temática, do qual estou procurando me apropriar gradativamente, por entender existir uma relação deste com meus estudos, assim como acredito poder relacionar com a prática clínica. Procuo articular conceitos acreditando que isso possibilitará uma compreensão mais minuciosa dos problemas e potencialidades das famílias, dos meninos e meninas atendidos. Suas histórias de vida, experiências pessoais e sociofamiliares promovem registros e lembranças que têm uma importância em seu percurso e nas possibilidades de seu desenvolvimento.

No quarto capítulo, abordarei o tema da Visita Íntima (VI) e serão apresentadas algumas considerações sobre as bases legais dos direitos sexuais e reprodutivos, que são direitos humanos e reconhecidos por leis nacionais e internacionais. O tema também aponta para a necessidade de uma reflexão sobre corpo, saúde e sexualidade na adolescência. Na Lei nº 12.594/2012 (Lei do SINASE) são instaurados princípios reguladores para o sistema socioeducativo, onde a visita íntima é garantida como um direito do adolescente em privação de liberdade. Esta iniciativa favorece o investimento na convivência familiar e comunitária destes adolescentes, abrindo possibilidades no trabalho com as interações familiares, potencializando o trabalho socioeducativo no investimento em relações significativas para o desenvolvimento do adolescente, em seu caminho para a vida adulta. O capítulo aborda a construção jurídica que embasa a garantia deste direito, articulando a temática da afetividade e a convivência familiar, assim como a importância da construção de um programa de saúde e sexualidade, pré-requisito para a implantação da visita, assinala uma proposta de sua implantação a partir da organização interna do órgão responsável pela execução da medida socioeducativa de internação para adolescentes em conflito com a lei, no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE e apresenta os conceitos relativos à adolescência e à sexualidade utilizados.

No transcorrer dos capítulos utilizarei a primeira pessoa do singular quando abordar minha trajetória pessoal e a primeira pessoa do plural no desenvolvimento de outras abordagens.

Assinalo, ao final, a premência de um alinhamento na política de atenção às famílias no sistema socioeducativo e sua articulação com a efetividade da garantia do direito à visita íntima, na possibilidade da vivência da sexualidade e afetividade dos adolescentes em privação de liberdade, sublinhando a repercussão desta ação no campo socioeducativo, no cumprimento da medida, de maneira positiva e saudável. Aponto, ao finalizar, algumas contribuições, que poderão ser produtivas para demandas existentes, do grande desafio que é a socioeducação. Para tal missão, é necessário determinação e resiliência:

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (Freire, 1996, p.23).

## Método

Inicialmente, a proposição dessa pesquisa tinha um certo objeto em foco: a visita íntima, para o qual estava bem situada, com a proposta do método da pesquisa-intervenção se aplicando. Este mesmo percurso me permitiu perceber que o interesse em VI era uma variação de um mesmo tema, o direito do atendimento a família, o direito a convivência familiar, e comunitária, o asseguramento desses direitos, que já vinha em torno de minha atuação em percurso anterior. Realizando a análise de implicação, fiz também um *detour* que me colocou em outro plano, coexistente com o plano da pesquisa-intervenção em curso.

Pesquisa essa que passava por uma aplicação de questionários e entrevistas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e seus familiares, para obtenção de conhecimento da visão e percepção acerca da temática em torno da implantação da visita íntima e suas variáveis dentro do sistema socioeducativo de privação de liberdade do Estado do Rio de Janeiro. A partir de meu percurso institucional, meu interesse havia se voltado inicialmente a tal exigência legal, por compreender ser esta temática relacionada à família.

Foram realizadas as aplicações dos questionários, grupos de adolescentes e familiares, tanto em unidade de internação feminina como masculina, e no transcorrer da construção desse trabalho, dentro do território de atuação e pesquisa, outra perspectiva se abriu, tomando nova dimensão, se avolumando pelo uso de instrumental da Análise Institucional, a análise de implicação, que apontou para a geração de uma análise de processualidade do trabalho com famílias e de vivências institucionais, no decorrer de 20 anos de prática no campo socioeducativo.

Aconteceu, então, um novo caminho inspirado no olhar da autoetnografia e da cartografia. Foi um movimento que se criou no percurso, assim como estar olhando para algo que via e passar a ver algo que não estava vendo, e então passei a ver e a me conduzir de outra forma. Então mudei minha estratégia, a atenção se deu com outro foco.

Considerarei importante relatar as etapas aqui, até para que pessoas que sejam acometidas das descobertas a que o campo leva – pessoas implicadas, que querem



mudar suas atuações – não se sintam perdidas e possam compreender que podem estar percorrendo um novo caminho, em movimento. Percebi que nessa experiência não saio indiferente, algo se modifica em mim, passo a ver algo com muita atenção, que, de alguma forma, estava em segundo plano pela instituição.

Através da análise de implicação, apresentei alguns casos atendidos pelo Projeto Golfinhos, desenvolvendo-se uma autoetnografia<sup>1</sup> (ou uma aproximação a autoetnografia), com narrativa da minha trajetória institucional, vivências subjetivas e institucionais, articulando com os movimentos do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, seus impasses, avanços e retrocessos, examinando, na arqueologia do projeto, uma confirmação da proposta inovadora da implantação do direito a visita íntima articulada com a convivência familiar.

Nesse segundo momento, quando a pesquisa tomou novos rumos, foram utilizados registros do Projeto Golfinhos, da participação de pais e familiares, em suas diversas modalidades de atendimento, histórias de adolescentes em cumprimento de medida, que foram acompanhados por mim, assim como a trajetória institucional, no desenvolvimento de ações dentro do sistema, em diferentes gestões.

Paulon & Romagnoli (2010), em “Pesquisa-Intervenção e Cartografia: melindres e meandros metodológicos”, na abordagem às contribuições da metodologia participativa, assinalam que a aproximação à realidade complexa provoca uma abordagem não-dualista, não utilizando as dissociações mais comuns, por exemplo, entre natureza e cultura, objetivo e subjetivo, promovendo um questionamento de metodologias tradicionais. Assinalam que na direção de uma produção de um conhecimento local e transitório, se encontra a necessidade de uma pluralidade metodológica: “Ou seja, a complexidade é um desafio, que considera o irreduzível, o não homogêneo e a imperfeição, conhecendo a realidade através das incertezas, dos problemas e das contradições” (Paulon & Romagnoli, 2010, p.89).

Dentro dessa linha, em uma forma plural no método, em referência à metodologia utilizada para desenvolvimento do trabalho, abordarei a presença da autoetnografia, entre outras referências, como pistas cartográficas, que citarei mais adiante. Os estudos de Versiani (2002) assinalam que “o conceito de

---

<sup>1</sup> Acompanharei a forma de escrita, sem o hífen, da autora Daniela Beccacia Versiani que desenvolveu estudos acerca da autoetnografia (VERSIANI, 2002, p.57).

autoetnografia também parece produtivo para a leitura de escritos de sujeitos/autores que refletem sobre sua própria inserção social, histórica, identitária” o que está em consonância com a presente proposta, assim como sua afirmativa que tal conceito “parece produtivo também em formas mais tradicionais de escritas de autoconstrução de subjetividades, tais como autobiografias e memórias” (Versiani, 2002, p.68).

Acerca da elaboração de novas formas de leitura e produção de conhecimento, Versiani assinala que as produções de pesquisadores da cultura estão considerando políticas de leitura, a partir das quais serão produzidos textos e conhecimento. Assinala que, para tal produção, há uma demanda de uma postura autorreflexiva, autoetnográfica, voltada a uma construção intersubjetiva da própria subjetividade, considerando as trajetórias singulares de seus autores. (Versiani, 2002, p. 71).

Sublinha a autora, contextualizando o movimento interativo e interventivo autoetnográfico:

Ultrapassar nossa condição de sujeitos complexos, reconhecer as possibilidades constantes de criar diferentes vínculos de identificação através da ênfase na compreensão da construção da subjetividade e do próprio conhecimento como processos relacionais, intersubjetivos e dinâmicos, pode ter valor de ação política. (Versiani, 2002, p. 71).

Versiani pontua que os pesquisadores adquiriram “o papel social na produção de saberes plurais, na construção de uma *episteme* de negociação com diferentes visões de mundo. E a partir desta perspectiva há uma necessidade de uma “disposição para substituir construções teóricas dicotômicas e excludentes por construções teóricas mais complexas, que não repitam os processos mentais que construíram as antigas hegemonias” (Versiani, 2002, p. 71).

Essa possibilidade de novas construções foi acontecendo na produção desse trabalho, no desenvolvimento da análise de implicação, embasada na Análise Institucional, que possibilitou, de forma inesperada, a constituição de outra proposta metodológica, que se complementará com pistas cartográficas, que revelam o objeto de estudo verdadeiro, envolvido numa outra temática anterior, e que pôde se tornar o foco real do trabalho.

Passos & Barros (2015) sublinham que a cartografia acompanha os efeitos que acontecem no próprio processo da investigação:

O ponto de apoio é a experiência entendida como um saber-fazer, isto é, um saber que vem, que emerge do fazer. Tal primado da experiência direciona o trabalho da pesquisa do saber-fazer ao fazer-saber, do saber na experiência a experiência do saber (Passos & Barros, 2015, p.18).

Assim, entre as referências do método utilizado, apontamos a presença de traços cartográficos, como o rastreamento de algumas pistas, por exemplo, no que tange à processualidade, no acompanhamento e análise de processos com as histórias de vida de adolescentes e a abertura para o verdadeiro foco do trabalho:

[...] o caminho da pesquisa cartográfica é constituído de passos que se sucedem sem se separar. Como o próprio ato de caminhar, onde um passo segue o outro num movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz consigo o anterior e se prolonga nos momentos seguintes. O objeto-processo requer uma pesquisa igualmente processual e a processualidade está presente em todos os momentos – na coleta, na análise, na discussão dos dados e também, como veremos, na escrita do texto (Kastrup & Barros, 2015, p.59).

Kastrup (2015) ao abordar a pista cartográfica da atenção, com a concentração sem focalização, como ideia inicial, expõe quatro variedades do funcionamento atencional que fazem parte do trabalho do cartógrafo. São eles: o rastreamento, o toque, o pouso e o reconhecimento atento, reconhecidos também como pistas no presente trabalho desenvolvido. Assinalo a presença de pistas no que se refere à atenção, que permitiram uma abertura ao que surgiu, sem submeter o trabalho a um foco fechado, viabilizando a percepção a movimentos que surgiram, onde se deram o toque, o vôo, e o pouso, provocando um zoom no objeto que surgiu. A partir desse foco, encontrado no percurso do trabalho, modifiquei minha metodologia de pesquisa e alcancei meu objeto de estudo, como citado acima, compreendendo que a temática da visita íntima me evocou profundo interesse, na verdade, em função do investimento na atenção às famílias em todo meu percurso institucional na socioeducação.

Defender que toda pesquisa é intervenção exige do cartógrafo um mergulho no plano da experiência, lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscentes prévios à relação que os liga. Lançados num plano implicacional, os termos da relação de produção de conhecimento, mais do que articulados, aí se constituem. Conhecer é, portanto, fazer, criar uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas. Quando já não nos contentamos com a mera representação do objeto, quando apostamos que todo conhecimento é

uma transformação da realidade, o processo de pesquisar ganha uma complexidade que nos obriga a forçar os limites de nossos procedimentos metodológicos. O método, assim, reverte seu sentido, dando primado ao caminho que vai sendo traçado sem determinações ou prescrições de antemão dadas. Restam sempre pistas metodológicas e a direção ético-política que avalia os efeitos da experiência (do conhecer, do pesquisar, do clinar, etc.) para daí extrair os desvios necessários ao processo de criação. Tal processo se dá por uma dinâmica de propagação da força potencial que certos fragmentos da realidade trazem consigo (Passos & Barros, 2015, p.30-31).

Então, inicialmente tudo estruturado em torno da análise de implicação, (que desenvolvo em próximo capítulo), no percurso se dá este outro movimento de compreender o todo, que é autoetnográfico, e é cartográfico. Não acreditamos ser um problema não conseguir constituir o objeto da tese em um único método porque o que estamos traçando aqui é um movimento, que se constituiu de forma plural.

E, para concluir esta parte, considere importante falar acerca de minha formação, com graduação em Psicologia e Pós-Graduações em Análise Institucional, Terapia Familiar Sistêmica, Psicologia Jurídica, Violência Doméstica contra crianças e adolescentes e Psicopedagogia Clínica e Institucional, que se deu pela busca de conhecimentos ser pautada na prática clínica e institucional, na atenção a famílias e adolescentes, no criar espaços agenciadores de mudanças, para abertura de processos libertários. Tais aprendizados aparecem na prática, e podem provocar certas indagações, de como lidar com perspectivas, que podem se esbarrar e confrontar, tais como as bases construcionistas, como a análise de implicação, a cartografia e socioanálise, e outras estruturalistas, como a teoria familiar sistêmica. Porém, considerando que somos seres transversalizados por múltiplas instâncias a todo o momento, devemos e podemos procurar não cristalizar nossos saberes em epistemologias enquadradas e enquadrantes, que não permitam o fluir entre diferentes aprendizados.

## 2

### **Análise de Implicação e trabalho com famílias na Socioeducação**

Para abordar uma instituição permeada por múltiplos atravessamentos é necessária uma compreensão do funcionamento de instituições, as implicações e sobreimplicações daquele que nela trabalha e/ou realiza pesquisa. Assim também reconhecer forças em jogo no campo de atuação e as relações com um campo macrossocial, em suas vertentes sociopolíticas. A Análise Institucional (AI) foi o referencial escolhido por abranger a noção de análise da implicação. Lourau (1993) pontua que este conceito traz um grande diferencial em relação a outras ciências, pois rebate a noção comum de não implicação, de neutralidade, onde se impõe um distanciamento do campo e do pesquisador. René Lourau (1993, p.10) sublinha que a “Análise Institucional pretende trabalhar a contradição, seguir uma lógica dialética em oposição à lógica identitária característica das “demais ciências” e procura analisar suas contradições e não negá-las, pois é dentro dessas contradições que a própria instituição funciona.

A análise de implicações pode viabilizar vias de transformações ao provocar uma desestabilização em supostos saberes, aceitos como verdadeiros, de forma acrítica, aceitos como verdades absolutas. Esta análise permite ao pesquisador/trabalhador ver onde e como está, para que possa rever ações e propor intervenções. Considerando que o sistema socioeducativo ainda demanda muitas mudanças, este instrumental é uma referência de muita importância. Desde o primeiro dia na instituição, me serviu de direção para lidar com o jogo de forças institucionais.

Início, portanto, apresentando o conceito de instituição como lógica, e na sequência abordarei a análise de implicação e a sobreimplicação, no intuito de melhor contextualizar a inserção institucional que perpassa todo meu trabalho e pesquisa.

#### **2.1. Um pouco sobre Análise Institucional**

Gregório Baremlitt (2002), autor que aprofunda estudos sobre Análise Institucional, Socioanálise e Esquizoanálise, aponta que numa instituição

encontramos as duas vertentes: uma do instituinte e outra a do instituído. Em momentos de revolução, que produzem grandes transformações, podemos presenciar as forças que tendem a provocar a transformação na instituição, são as forças instituintes, produtivas de lógicas institucionais. Este momento do processo inicial de criação gera um produto que é o instituído, efeito da atividade instituinte:

O instituinte aparece como um processo, enquanto o instituído aparece como um resultado. O instituinte transmite uma característica dinâmica; o instituído transmite uma característica estática, estabilizada. Então, é evidente que o instituído cumpre um papel histórico importante, porque as leis criadas, as normas constituídas ou os hábitos, os padrões, vigoram para regular as atividades sociais, essenciais à vida da sociedade (Baremblytt 2002, p.30).

Baremblytt (2002) assinala o instituído como um resultado da ação instituinte e aponta que este cumpre um significativo papel na história, pois fortalece o ordenamento das atividades sociais essenciais na coletividade. O instituído, para ter eficácia, deve ter abertura às mudanças advindas do instituinte, acompanhando o “dever social”, apesar de ser conservador, resistente, apresentando uma tendência à imutabilidade, a manter o estático. O instituinte está relacionado a um “processo mobilizado por forças produtivo-desejante-revolucionárias que tende a fundar instituições ou a transformá-las, como parte do dever das potências e materialidades sociais” (Baremblytt, 2002, p.156); É o inventor dos instituídos, e os transforma conforme o movimento desejante do social.

Lourau (1993) aponta que, para os analistas institucionais, a instituição apresenta uma construção que se dá na história, dentro de uma dinâmica contraditória: “O tempo, o social-histórico, é sempre primordial, pois tomamos instituição como dinamismo, movimento; jamais como imobilidade. [...] Há que se observar a contradição no interior do instituído e, inclusive, a contradição no interior do instituinte” (Lourau, 1993, p.11-12). O instituído vai atuar para manter certa imobilidade, devendo se observar a contradição que possa existir nele, assim como no instituinte. É um jogo de forças extremamente intenso. Nas instituições, mesmo que aparentem solidez e permanência (Lourau, 1993, p.13), este jogo sempre estará presente.

Para o Institucionalismo, a sociedade é compreendida como uma rede, compondo um tecido de instituições, e, as instituições seriam “lógicas, são árvores

de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser hábitos ou regularidades de comportamentos” (Baremlitt, 2002, p.24). O autor pontua que tais lógicas têm como objetivo a regulação de uma atividade humana.

O conceito de autogestão é um conceito motriz da Análise Institucional que tem uma atuação política. Baremlitt (2002, p.139) define autogestão como processo e o resultado de uma organização que fará sua gestão de forma independente, na qual a coletividade desenvolve o gerenciamento de sua organização. Sua forma é livre, criativa, original para se instituir, organizar sua existência. Compartilham saberes e conhecimentos, decidindo de forma coletiva as decisões, por um coletivo no qual as hierarquias são relacionadas a potências singulares, e capacidades produtivas, que terão objetivo na funcionalidade da vontade comunitária. Os sujeitos se responsabilizam por suas ações e participação na coletividade.

Lourau (1993, p. 13-14) pontua que considerando o fato da vida de todos acontecer no “terreno da heterogestão”, podemos reconhecer que a autogestão acontece dentro de um campo de contradição. A escolha por determinadas pessoas, que poderão exercer a heterogestão de nossas vidas, acontece no sentido de procurar diminuir as próprias responsabilidades e delegar a outros a ação, que na verdade deveria se dar a partir da autogestão. Indica o autor que, neste horizonte, uma contradição essencial é a noção de implicação.

Baremlitt (2002, p.64) aponta que a implicação, além de um processo psíquico e inconsciente, é “um processo de materialidade múltipla, complexa e sobredeterminada, um processo econômico, político, psíquico heterogêneo por natureza, que deve ser analisado em todas as dimensões.” Destaca o autor que a implicação é um processo que promove uma interinfluência das partes, sendo referente, na AI, ao processo que ocorre na equipe da organização analítica, relativo ao contato com a organização analisada e é integrante do processo de análise da organização. A compreensão desta interação, “da interpenetração dessas duas organizações, enfatizando a parte que cabe à intervinda” é a análise da implicação (Baremlitt, 2002, p.136).

Lourau assinala que a análise das próprias implicações é, na verdade, sentida como dolorosa, pois confronta o sujeito em seus lugares, em suas verdades

e contradições. Sublinha que outra contradição relacionada ao conceito de implicação se refere à pesquisa, ao ato de pesquisar, às condições da pesquisa. A Análise Institucional procura “não fazer um isolamento entre o ato de pesquisar e o momento em que a pesquisa acontece na construção do conhecimento” (Lourau, 1993, p.16). Podemos também considerar a importância de uso deste conceito, nas ações e relações que estabelecemos em nossa vida cotidiana, para reflexão e abertura, para transformações necessárias e tomadas de decisões:

O último exemplo de contradição dialética: a existente entre a implicação e a neutralidade axiológica do objetivismo habitual. Esta, combate a análise de nossas implicações concretas, seja na pesquisa, na formação, ou em toda e qualquer prática social cotidiana (Lourau, 1993, p.28).

Lourau apresenta implicações preliminares a serem observadas em torno da análise da implicação: as implicações do pesquisador-praticante em seu objeto de investigação/ação; a implicação da instituição de pesquisa ou de pertencimento, e da abordagem da equipe de pesquisa/intervenção; a participação do controle social e demandas sociais; as implicações secundárias; as implicações sociais, históricas, dos modelos utilizados (implicação epistemológica) e as implicações da escrita ou de qualquer outro meio utilizado para a apresentação da pesquisa (Lourau, 1988, p. 17).

Gilles Monceau (2010) aborda, em seus estudos dos ensinamentos de Lourau, um aprofundamento acerca do conceito de análise da implicação, assinalando em seu artigo “Analyser ses implications dans l’institution scientifique: une voie alternative” (“Analisar as implicações nas instituições científicas: uma via alternativa”) que para trabalharmos verdadeiramente uma instituição devemos desenvolver a intervenção a partir das relações que nos ligam a esta instituição, sejam estas ideológicas, organizacionais, libidinais. É preciso compreender o que está entrelaçado com ela a partir de nossa subjetividade. Reflete o autor acerca de uma nova perspectiva em pesquisa, o caminho proposto por Lourau, para o encontro de uma via que vai além da instituição científica, e possibilita uma linha de fuga, que permita ao pesquisador escapular do pensamento instituído, e ir ao encontro de novas formas de produção que não estejam “formatadas”, dentro de um chamado e “reconhecido” padrão científico.

Lourau afirma que “não podemos escapar à instituição”, nós a transportamos dentro de nós para onde formos e, para transformá-la, somente se



partirmos do interior dela e não pelo exterior, de fora. A transformação somente poderá se dar se partir de mudanças que incluam nossa forma de estar/ser nesta instituição, mudanças em nossa maneira de viver e se envolver com ela, sendo um processo de construção de novos dispositivos, que incluem tempo, espaço, ações e relacionamentos daqueles que são componentes da instituição (Monceau, 2008).

Também em “Implicação e Sobreimplicação” (2004) Lourau assinala o uso do termo implicação, inclusive capturado pela lógica do capitalismo, aplicado no meio midiático, político, empresarial, uma derivação “utilitarista da noção de implicação”, que aponta para uma relação de compromisso, em fórmulas que compõem um juízo de valor sobre cada um de nós e todos os outros, com objetivos de medir seja “o nível de ativismo, o grau de identificação a uma tarefa ou instituição, a quantidade de tempo/dinheiro que lhe dedicamos”, qual o investimento afetivo na cooperação (Lourau, 2004, p.187). Sublinha o autor que uma indevida “inflação do implicacionismo” dificulta a noção de implicação dentro de uma referência teórica da Análise Institucional.

Lourau parte do próprio conceito de implicação para a definição do termo sobreimplicação, na relação posta entre a subjetividade e a mercadoria<sup>2</sup>, compreendendo-se que, sobre trabalho, se diferencia da obrigação do indivíduo seu exercício laboral, mas aponta para o que se chama de “exploração da subjetividade” (Celma, 1971 apud Lourau, 2004), onde acontece uma exploração da objetividade do indivíduo no trabalho alienado – relacionado com a sobre-exploração e sobre-repressão, no sentido marcuseano. Lourau sublinha que o útil ou necessário para “a ética, a pesquisa e a ética da pesquisa não é a implicação”, mas a análise da implicação. “A implicação é um nó de relações que não é bom (uso voluntarista) ou mal (uso jurídico-policial). A sobreimplicação, por sua vez, é a ideologia normativa do sobretrabalho, gestora da necessidade do “implicar-se” (Lourau, 2004, p.190).

O autor assinala que “a oposição entre o aspecto ativo (ativista) da sobreimplicação e o aspecto passivo da implicação (sempre já existente) é mera aparência que convém superar”, encontrando-se aspectos passivos na sobreimplicação e no ativismo. Sublinha que a implicação necessita de análise individual e coletiva, pois pode estar sob a sobreimplicação presente.

---

<sup>2</sup> Para maior aprofundamento no tema, ver o interessante trabalho de Thiry-Cherques (2007) sobre trabalho alienado.

Coimbra & Nascimento (2010), em “Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder” sublinham que AI fala sobre o “intelectual implicado”, que seria o que realiza as análises de suas próprias implicações, pertencimentos e relações com a instituição, realizando também uma análise do seu lugar “na divisão social do trabalho na sociedade capitalista, [...] analisa-se o lugar que se ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção [...] os diferentes lugares que se ocupa no cotidiano e em outros locais da vida profissional” (Coimbra & Nascimento, 2010, p.2).

Para Lourau, esta proposição tem a ver com o método de análise das implicações onde o analisador possa se ver nas relações em geral, relações com o poder, não se prendendo em “uma posição pseudocientífica”, na qual:

Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, ideias, etc. Com o saber científico anulo o saber das mulheres, das crianças e dos loucos – o saber social, cada vez mais reprimido como culpado e inferior. O intelectual (...) com sua linguagem de sábio, com a manipulação ou o consumo ostensivo do discurso instituído e o jogo das interpretações múltiplas, dos “pontos de vista” e “níveis de análise”, esconde-se atrás da cortina das mediações que se interpõem entre a realidade política e ele. O intelectual programa a separação entre teoria e política [...] (Lourau, 1975, pp. 88-89).

Coimbra & Nascimento pontuam que a análise de implicações reflete sobre como se dão nossas intervenções, e ao contrário de uma visão positivista, que afirma a objetividade e neutralidade do pesquisador, tais proposições da AI colocam em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas de saber-poder, enquanto produtoras de verdades - consideradas absolutas, universais e eternas - seus efeitos, o que eles põem em funcionamento, com o que se agenciam, rompendo com a lógica racionalista, afinal, “implicado sempre se está, quer se queira ou não, visto não ser a implicação uma questão de vontade, de decisão consciente, de ato voluntário” (Coimbra & Nascimento, 2010, p.3).

As autoras destacam que, enquanto um dispositivo, a análise de implicações é sempre micropolítica, é um colocar em análise os modos de existência, e encontra-se “no plano dos encontros onde se produzem as enunciações, o “fazer ver e o fazer falar”. Ou seja, utilizar a análise de implicações é tornar visível e audível as forças que nos atravessam, nos afetam e nos constituem

cotidianamente” (Coimbra & Nascimento, 2010, p.5). Sublinham as autoras o sentimento que podemos ter ao lidarmos com a análise de implicações:

[...] a análise de implicações nos retira dos portos seguros, dos caminhos lineares e conhecidos, da paz das certezas, nos jogando em alto mar, no turbilhão das dúvidas, da diversidade e dos contornos indefinidos. Um dos efeitos políticos presentes na ferramenta análise de implicações é, portanto, a **problematização das relações de saber/poder**, visto que ela aponta para o lugar instituído de onde falamos quando, com nossas práticas especialistas, legitimamos a divisão social do trabalho no capitalismo (Coimbra & Nascimento, 2010, p.5, grifo nosso).

A sobreimplicação pode ser melhor compreendida na observação feita por Lourau (2004) que a pontua como um “plus”, em uma composição de demandas de habilidades dos funcionários, hierarquizadas em níveis de avaliação<sup>3</sup>, onde observa-se a presença de um “sobretalho diretamente produtor de identificação com a instituição e indiretamente produtor de mais-valia em favor do empregador – e não em favor do trabalhador coletivo, cuja cooperação repousaria minimamente, ainda e sobretudo, na resistência. É a autogestão ou a cogestão da alienação” (Lourau, 2004, p.192-193).

Pela leitura da Análise Institucional, a sobreimplicação, além da produção do sobretalho promove estresse rentável e adoecimento, podendo produzir mesmo a captura e morte do sujeito. Promove também uma mais-valia como um ganho extra para a instituição, voltado ao reinvestimento no trabalho, e desejo de crescimento voraz da empresa-instituição. Mesmo depois de concurso realizado para profissionais de nível superior, em 2012, quase vinte anos depois do primeiro, diante das dificuldades de autorização pelos órgãos estatais para realização deste e do número de vagas permitido, tudo aponta para a necessidade de uma análise da importância dada ao sistema por aqueles que autorizam suas ações, que deveriam possibilitar o reordenamento dentro das diretrizes do SINASE e do SGD.

No histórico institucional do sistema socioeducativo, observo que o cotidiano institucional captura muitos servidores pela via de procurar suprir tantas demandas e carências institucionais e a emergência no lidar com adolescentes internados que precisam de ações, encaminhamentos, providências imediatas. Muitos funcionários ficam adoecidos, com a sobrecarga de trabalho e alta

---

<sup>3</sup> Pode-se observar estas relações em planos de carreira nas instituições e departamentos, sejam públicos ou privados.

intensidade emocional, a presença nas relações institucionais da chamada síndrome do pequeno poder<sup>4</sup>, muitos entram de licença médica (alguns, até a aposentadoria), alguns se tornam violentos, outros omissos e muitos vieram a falecer no transcorrer dos anos. A Análise Institucional muito contribui em minha atuação para lidar, em todos estes anos, com muitos embates e enfrentamentos intra-institucionais e procurar manter minha sanidade física e mental, mesmo atingida também e lidando com alguns prejuízos, sem perder de vista que

Colocar em questão nossas implicações institucionais é sempre propor uma concepção das instituições em termos de regulação pela base, uma crítica permanente das normas instituídas, de desenvolvimento das forças instituintes. É desmascarar a trama das instituições, que consiste em impor por constrangimento material (seja econômico ou físico), uma visão falsa dos relatórios da produção (Lourau, 1971b, p. 22 *apud* Monceau, 2010)<sup>5</sup>.

Refletindo sobre meu percurso profissional, para entrelaçar com os conceitos apresentados, procurei, ao ingressar no sistema socioeducativo como psicóloga, investir no desejo criativo e interativo de minha profissão, procurando não ser “neutralizada” pelo instituído, dentro de instituições vistas como totais<sup>6</sup> (Goffman, 1987). A análise de implicação, uma prática que possibilita uma compreensão do lugar em que se está e como se está, e a partir desta consciência vislumbrar uma possibilidade de abertura para uma via de criação é, para profissionais, partir do reconhecimento de suas responsabilidades e também do campo de atuação. Procurei preservar uma escuta diferenciada com os adolescentes e suas famílias e não participar de um “tarefismo”, capturada por ditos fazeres socioeducativos. Por exemplo, com a demanda da produção em grande quantidade de relatórios requisitados pelo Judiciário, em uma instituição, em geral, com superlotação de adolescentes, entre múltiplos outros graves

<sup>4</sup> Síndrome do pequeno poder – termo utilizado por AZEVEDO & GUERRA (1989) para indicar o uso abusivo do poder, por pessoas que se sentiam diminuídas, e que passaram a ter um lugar de poder, ou estão em situação de poder em relação a outra, que está á mercê de suas ações, e sofre violência quando este faz o uso arbitrário deste poder.

<sup>5</sup> Mettre en question nos implications institutionnelles, c'est toujours proposer une conception des institutions en termes de régulation par la base, de critique permanente des normes instituées, de développement des forces instituintes. C'est démasquer le complot des institutions, qui consiste à imposer, par la contrainte matérielle (économique ou physique) et idéologique, une vision fausse des rapports de production. (LOURAU, 1971b, p.22 *apud* MONCEAU, 2010). Tradução nossa.

<sup>6</sup> “[...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1987, p. 11)

problemas, fazer as tarefas burocráticas, que além de poder ofertar alguma acomodação alienante para alguns, podem impedir a escuta atenta daqueles que não querem perdê-la, o atendimento adequado e a realização do trabalho psicológico.

É possível afirmar que exigência de produção de um saber sobre cada adolescente recai, com um caráter de exigência e de urgência, sobre os profissionais da equipe técnica do SSE, face às demandas “da Justiça”. A ideia de investimento na profissão foi a de poder encontrar uma linha de fuga da execução de tarefas e ser parte integrante de um processo de trabalho com os adolescentes e famílias, e também com socioeducadores, gerando possibilidades autogestivas, participativas, procurando construir uma produção de novas redes para as demandas existentes. Este movimento não percorre ileso as paredes institucionais, ou seja, enfrenta oposições assim como recebe adesões e apoio.

A seguir, prossigo a narrativa de minha produção institucional articulando com o desenvolvimento do Projeto Golfinhos, a construção de suas modalidades, apresentando algumas abordagens e ações, voltadas à proposta de viabilizar novas alternativas aos adolescentes e familiares no transcurso do processo socioeducativo, acreditando que este percurso tem a ver com minha inserção no GT Visita Afetiva, construído para cooperar na elaboração da implantação da visita íntima no SSE do RJ.

## **2.2. O Projeto Golfinhos**

Completei, em dezembro de 2015, vinte e um anos como servidora efetiva do DEGASE. Ao longo deste tempo, pude observar trabalhos com propostas de transformação no e do atendimento, que vieram sendo engolidos por uma lógica de atendimentos premidos pelas exigências burocráticas e pré-determinações de atividades, que por muitas vezes não permitem o emergir de novos pensares e fazeres. Cito, entre estas ações instituintes, a proposta de trabalho de uma profissional da Pedagogia, que trabalhava com os adolescentes o conhecimento do corpo, com orientações sobre saúde física e sexual. Depois de um tempo, apesar dos bons resultados, o projeto foi suprimido das atividades. Outra atividade foi uma oficina de pátina – um aprendizado que dificilmente eles conseguiriam em

função de sua especificidade – aconteceu durante um período e, com tantos enfrentamentos, de falta de material e muitas dificuldades encontradas por sua monitora, foi suprimido também. Recordo ainda de um trabalho que desenvolvia uma dinâmica da musicoterapia feita após o almoço, quando todos os adolescentes participavam de um relaxamento. Era fantástico, todos os meninos participavam e após a oficina demonstravam diminuição do nível de ansiedade. Mas esta ação está entre muitas outras que perderam sua força diante do embate do instituído com o instituinte no cotidiano institucional.

Fiz concurso para o DEGASE em 1994. Classificada e aprovada, após apresentação de títulos e tempo de experiência com adolescentes e de atendimento psicológico, fui logo convocada. Ingressei no Instituto Padre Severino (atual CEMSE Dom Bosco) em primeiro de dezembro de 1994. Ao chegar, sem nem tempo de respirar, iniciei um atendimento familiar. Relacionei tal fato com a falta de recursos humanos no sistema socioeducativo, mais grave naquela época<sup>7</sup> que na atualidade. No primeiro dia, era evidente a urgência de profissionais para atendimento ao quantitativo de adolescentes nas unidades. Fui direcionada para atendimento assim que me “apresentei” (como se nomeia o movimento do funcionário quando comparece na unidade em que será lotado). Atendi em sala coletiva improvisada. Não existiam espaços reservados para atendimento dos adolescentes e famílias, por psicólogo ou por qualquer outra categoria de profissionais.

Retorno no tempo da memória e falo acerca deste meu primeiro atendimento, dentro de um sistema profundamente intenso em suas vivências e com alto nível de tensão cotidiana. O que mais registrei foi o impacto e a força emocional do encontro do adolescente com sua família, angustiada, sem saber como ele estaria depois de uma apreensão e internação provisória sofrida – fato quase sempre impactante e rompendo algo em sua história. A intensidade emocional deste primeiro encontro entre a família e o adolescente, que me capturou e emocionou, e de todos os outros que presenciei, é forte em minha memória, me reporta aos vínculos afetivos dos adolescentes e de seus familiares e

---

<sup>7</sup> Mesmo depois de concurso realizado para profissionais de nível superior, em 2012, quase vinte anos depois do primeiro, diante das dificuldades de autorização pelos órgãos estatais para realização deste, e do número de vagas permitido, tudo aponta para a necessidade de uma análise da importância dada ao sistema, que deveria possibilitar seu reordenamento dentro das diretrizes do SINASE e do SGD.

à importância destes nas possibilidades de mudanças em suas escolhas, além das necessárias mudanças no sistema e no meio social, para lidar com os adolescentes em cumprimento de MSE e suas famílias.

Ainda hoje na atenção às famílias, procuro esmerar a escuta a tantas demandas que perpassam suas falas; demandas que ainda são lacunas em políticas públicas, tais como o enfrentamento de violência social, policial, carência de recursos para subsistência de grande parte da população, falta de oportunidades reais para estar no mundo de forma digna! Penso e sinto: muito a fazer! Na legislação brasileira o paradigma da proteção integral afirma que toda e qualquer criança e adolescente é sujeito de direitos e, assevera o respeito à condição especial de pessoa em desenvolvimento, mas, na atualidade muitos entraves se apresentam na sua efetiva implantação, sendo ainda uma realidade, conforme assinala Zamora (2015), a existência de práticas de violações de direitos por vezes até legitimadas, perpetradas ou ignoradas pelo próprio Estado, em uma dimensão significativa.

Trabalhando com adolescentes se evidenciou a demanda de atenção às suas famílias e, em nossa forma de intervir, compreendemos que cada família traz em sua organização uma forma singular de se constituir. Na atualidade, o conceito de família, que pode evoluir, conforme cada cultura e realidade, abarca os vínculos afetivos entre seus membros, diferenciando do conceito puramente biológico, por consanguinidade, superando estigmas de “famílias estruturadas”, com novos arranjos sendo reconhecidos. A composição de uma família pode ser vista através de laços consanguíneos entre seus membros, assim como a formação deste núcleo entre aqueles que apresentam vínculos emocionais significativos entre si, solidariedade, compartilhamento de valores e crenças, apontando para o reconhecimento de múltiplas formas de ser família.

O trabalho desenvolvido no Golfinhos pautou-se na força potencial dos núcleos familiares, junto ao adolescente em seu processo socioeducativo, as relações permeadas por afetividade e pertencimento, impulsionando os adolescentes a serem acolhidos para uma retomada de seu amadurecimento e abertura de novas escolhas em seus projetos de vida.

### 2.2.1. Indagando Nosso Conceito de Família

O conceito de família, como apontado, passa por transformações a todo o tempo, acompanhando a cultura, a realidade política de cada sociedade, não sendo estanque, assim como Lopes (2013, p.15) assinala: “a família de hoje é a instituição na qual os membros se unem por vínculos de consanguinidade e/ou afetividade, sendo um espaço de proteção e socialização, e também de conflitos e violência”. O que principalmente sublinho é a importância de suas interações afetivas e a capacidade que têm para amparar e contribuir com a reorganização de seus membros, quando permite acesso as dificuldades e conflitos existentes em seu meio, para investimento na superação destes, viabilizando transformações no caminhar de seu ciclo vital.

A participação da família é fundamental, aliás, em todo o processo socioeducativo, assim como a conexão com a comunidade de referência do adolescente, somadas aos laços de vizinhança e solidariedade, toda a rede de atendimento e de serviços, incluindo a área de educação, saúde, segurança, cultura, e outras, assim como organizações da sociedade civil defensoras dos direitos da infância e juventude (Brasil, 2006c; Ungaretti, 2010).

O conceito de família abrange diferentes versões, conforme o período histórico, o que promove sua inserção dentro de uma construção social, ao mesmo tempo, transformada pela sociedade em suas especificidades e transformando esta mesma sociedade em um processo dinâmico e contínuo. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, (PNCFC), de 2006, é um documento que marca um grande avanço na garantia das relações afetivas intrafamiliares, e aponta para a superação de um viés discriminatório que procurava culpabilizar as famílias de “menores infratores”, julgando a situação, fosse de enfrentamento de precariedades ou de cometimento de infração, sempre como a resultante da incompetência dos pais.

No processo de transformações sociais que transversalizam as sociedades, encontramos novas formas de organização de núcleos familiares, uma definição mais construtiva de família surgindo, superando uma definição de consanguinidade como única referência e abrindo para novos arranjos promovidos por vínculos de afeto e solidariedade. Na Constituição Federal e no Estatuto, já



encontramos abertura para outro conceito de família. Na Constituição (Brasil, 1988), Art. 226, parágrafo 4: “entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”; que também é referida no Estatuto (Brasil, 1990a), em seu Art. 25, parágrafo único como: “Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afetividade”.

Como outros exemplos da ampliação conceitual, temos o assinalado na Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004, p.41): “Podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos, e, ou, de solidariedade”. É também significativa a definição no PNCFC (Brasil, 2006c, p.24), que assim define: “A família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas”.

As organizações familiares, os arranjos constituídos na e pela história de cada núcleo familiar, em suas singularidades, bem como as interrelações existentes com os aspectos históricos e socioculturais contemporâneos, contribuem para a desconstrução de uma noção estereotipada do que seria uma família “bem estruturada”. O modelo ideal de família é suplantado por uma compreensão da capacidade da família como protetora e socializadora de seus filhos (Brasil, 2006c). Tal constatação vem ao encontro do assinalado por Camuri, Sereno, Zamora & Quintana (2012) quando sublinham a urgência do reconhecimento da realidade de novos arranjos familiares:

[...] faz-se necessário superar urgentemente o modelo de família ideal burguesa, que ainda povoa nosso imaginário, nossas teorias e práticas, pois ele segrega a singularidade dos novos arranjos familiares presentes no contemporâneo. Tempo em que a ciência aumenta diariamente as opções no campo da reprodução humana, época em que as mudanças no campo do trabalho obrigam arranjos de toda ordem no que tange o cuidado com as crianças, em que tecemos novos modos de convivência, onde vemos famílias de todos os tipos, de todas as cores, classes sociais, onde seus membros conquistaram o direito de expressar sua diversidade sexual e parental, pois agora são homo ou mono parentais e nas quais trocam de papéis sem a melancolia da ausência paterna ou da maternidade ideal (Camuri et al., 2012, p.48).

### **2.2.2. Golfinhos: Trabalhando com a diferença e desconstruindo a violência**

Partindo de um movimento desejante em minha prática, a partir de um contato com o instituído e do que entendia necessário construir no atendimento, encontro dentro do departamento, próximo a minha chegada, uma profissional com formação em pedagogia e em análise institucional, com um olhar e fazer que reúne-se ao meu compromisso, o que abre um espaço de criação de uma proposta que chamamos de Golfinhos Projeto Grupo Multifamiliar<sup>8</sup>. Projeto desenvolvido no Instituto Padre Severino desde abril de 1995 a 2002, e na Escola João Luiz Alves, de 1999 a 2002.

O projeto recebeu este nome após um estudo sobre a vida e organização dos “Golfinhos” e enfrentamento de algumas de suas dificuldades e formas de interação. Os golfinhos emitem um sinal que os identifica como parte de um clã, e assim se comunicam pelo mar, andam em grupos, tem pertencimento, alguns são dóceis, outros agressivos. Eles têm um “radar” que os orienta a todo o tempo no navegar das águas, porém há momentos que este radar pode não funcionar adequadamente e pode provocar esbarrões ou colisões em seu universo marítimo. Quando batem numa pedra ou em algum obstáculo, ou enfrentam tubarões, podem acontecer marcas, que serão únicas para cada um deles. Pesquisadores assinalaram que nenhum golfinho é igual ao outro em tudo, cada um tem suas marcas individuais da sua história de vida, tem sua singularidade. Como se fosse uma digital. No transcurso de sua vida pode acontecer de seu radar, seu sinalizador, além dos obstáculos, não assinalarem adequadamente a chegada ao continente e ele se ver em situação de grande risco, atolado na areia da praia, e se a maré não subir a tempo, o sol quente, batendo forte em seu dorso, o levará à morte, sendo a salvação o socorro de quem o ajude a retomar o rumo das águas. Nessa imagem, caminhamos pela metáfora do momento dos adolescentes em conflito com a lei apreendidos e suas famílias, demandando atenção dos profissionais da socioeducação, terapeutas de família e outros que se debruçam sobre o momento de impasse que enfrentam. A Figura 1 ilustra o logotipo do projeto:

---

<sup>8</sup> Projeto que ficou conhecido como Projeto Golfinhos, ou simplesmente Golfinhos.



Figura 1 - Logo do Projeto Golfinhos

(Arquivo do Projeto Golfinhos, Criação: Ramildo Araújo, 1995)

O Projeto Golfinhos, voltado aos adolescentes e suas famílias, na perspectiva de transformações produtivas e reorganizações do sistema familiar, e da inserção deste em sua família e em seu meio social, com reconhecimento de sua cidadania e pertencimento, articulado com seus projetos de vida, provoca um movimento instituinte, que certamente enfrenta seus embates e ‘atravessamentos’ diversos na instituição socioeducativa.

Entendemos que há um fortalecimento, na atuação dos profissionais, com a compreensão de que histórias de vida são essenciais para um verdadeiro trabalho socioeducativo, onde a escuta e a ressonância destas histórias devem estar presentes, provocando reverberações para que o trabalho possa dar espaço para histórias reais de sofrimento e segredos, ocultos esconderijos da alma, que devem ser trabalhadas para dar espaço emocional de crescimento aos jovens e suas famílias e ocupação territorial cidadã.

Filho, difícil ou não, esses meninos e meninas tem um pertencimento familiar e comunitário, e ao ser separado da família, que muitas vezes nem sequer tem ideia do suposto envolvimento do adolescente com as dinâmicas criminais, leva ao trauma de uma realidade de corte com a internação. Observam-se nas falas dos familiares o susto, pânico ou desespero com o acontecido, por não terem ideia

do envolvimento do filho, ou não querem, por vezes, admitir o que já sabem, quando se caracteriza por ser um momento de desvelamento de seu envolvimento com atos infracionais, e o temor acerca da situação. Nos relatos dos familiares aparece frequentemente a ocorrência de situações de adoecimentos, agravados por ocasião da apreensão do adolescente, um impacto da ordem da emoção, com quadros clínicos mais ou menos graves, incluindo internações ou mesmo falecimentos. Apesar de as mães, pais, tias, e avós reconhecerem, muitas vezes, que não estavam conseguindo dar limites ou serem respeitados, não esperavam que acontecesse uma apreensão. Todo este impacto parece remeter à gravidade de uma ruptura com a ordem social e com a lei e a possibilidade deste filho se envolver na criminalidade, fixando um destino marginal (Zamora, 2015).

Para pensar a realidade desses meninos, podemos nos reportar também a contextos bem diversos, daqueles reconhecidos para famílias “padrão”. São moradias de dimensões pequenas, por vezes sem divisórias de quartos e diversas pessoas residem juntas. A sexualidade nos espaços sem privacidade é uma realidade que também demanda atenção e orientação. Os casais, quando juntos, estão em união estável e, na luta pela subsistência, crianças e adolescentes também desenvolvem atividades de trabalho muito cedo para ajudar a família. As funções familiares se emaranham, avós cuidam como se fossem as mães dos netos, pois jornadas múltiplas de trabalho para as mães podem impedir a convivência. Sem espaço para maiores cuidados com sua saúde e beleza, mães e avós jovens envelhecem precocemente. Novas organizações se constituem, crianças cuidam de outras crianças, mulheres jovens se tornam viúvas de seus companheiros em perdas traumáticas, mães substitutas se tornam apoio na comunidade, meninas se tornam mães muito cedo. Relatos de perdas de filhos e familiares assassinados ou sumidos, adoecimentos e rompimentos por acontecimentos diversos, companheiros assassinados ou presos, se envolvidos com a criminalidade, a presença de religiosidades, todos esses elementos perpassam intensamente estas famílias. São muitas maneiras de formarem famílias, múltiplos arranjos no lidar com duras exigências da realidade, dificuldades financeiras, enfrentamento de violência e precariedades múltiplas, mas não deixando de ter uma organização familiar própria, e diferenciada do esperado de um modelo (Zamora, 2015).

Aponto a seguir algumas considerações na área relacional que puderam ser trabalhadas a partir da posição dos pais e/ou dos adolescentes. Muitos responsáveis vivenciaram uma ausência de referência de figuras paternas, por terem perdido seus pais precocemente, ou não os terem conhecido, por abandono ou outras causas, vivenciando o sentimento de desamparo. Ao exercerem a função paterna/materna, se viram sem modelos (nem que fosse para contraponto) ou aprendizados na vivência familiar. Encontramos, no transcorrer do trabalho, muitos responsáveis que se tornaram pais/mães muito jovens, despreparados, assim como familiares que tiveram pais muito rígidos ou que faziam uso de violência, ou responsáveis extremamente permissivos, ou mesmo familiares com envolvimento com a criminalidade. Como assinalaram Silva & Leite (2000), outra situação são as separações do casal parental, e o lidar inadequadamente com a organização da função parental, por ambos os pais pós-separação, o conflito com padrastos e madrastas, a interação com pais substitutos e um elevado número de avós no lugar dos pais, avós-mães, tias-mães, mães-pai, filhos dados informalmente a parentes ou vizinhos.

No exercício da função parental, dar limites ao adolescente pode promover certos impasses no sistema familiar, com dificuldades relacionadas ao processo dialógico, ou seja, o escutar o filho, ter sensibilidade ao que pode estar vivenciando. Pode ocorrer uma falta de entendimento de aspectos emocionais relativos à sua fase de desenvolvimento. Outros fatores relacionados, por exemplo, com religiosidade versus ausência de diálogo também foram observados, como acreditar que um ser supremo irá magicamente resolver o que um ser demoníaco provocou; ou uma culpabilização dos pais se responsabilizando pelos atos do filho, assim como tratando o adolescente de forma infantilizada. São questões que apareciam em algumas famílias, os papéis estão emaranhados, dificultando o desenvolvimento emocional do adolescente, ou computando como responsável por seus atos as “más companhias”, faltando responsabilizar o próprio adolescente por seus atos. Outros fatores tais como o incentivo promovido através da mídia, pela publicidade e estímulos diversos, ao consumo de roupas de marca e objetos de desejo, atravessando uma realidade financeira e social, sem condições para muitas famílias realizarem determinados gastos, assim, estes, entre outros, demandam atenção para compreensão da multiplicidade de fatores que vivenciam os adolescentes em seu cotidiano (Silva & Leite, 2000).

Já é fato reconhecido que, no cumprimento de medida socioeducativa de internação, predominam os adolescentes negros e pardos, em sua maioria, advindos de situações de subsistência precária, do sexo masculino (95%), com baixa ou nenhuma escolarização (Brasil, 2013). Esse é o mesmo perfil que pode ser visto em espelho, nas devidas dimensões, no universo penitenciário e é também o mesmo de crianças e adolescentes que são vítimas de assassinato no Brasil, sendo esta realidade um retrato que porta a marca da desigualdade social e da discriminação racial do país (Zamora & Canarim, 2009; Waiselfisz, 2014). É um sistema perverso que retroalimenta as carências de parte da população, demandando uma mudança de rumo de políticas públicas, efetivas e eficazes.

No transcorrer dos atendimentos que realizamos, observamos múltiplos aspectos relacionados aos adolescentes que estão em ressonância com levantamentos nacionais feitos no sistema socioeducativo, tais como uma grande evasão escolar, uma interação com a escola que demanda intervenções, a falta de investimento no processo educativo provocando, inclusive, uma relação desrespeitosa com os professores, com número crescente de agressão, conceitos negativos de escola e trabalho junto, ao desejo de ganho financeiro rápido, uma falta de perspectiva de vida, percepção de pouco tempo de vida como natural, pouco valor à própria vida e à vida dos outros, não conscientização da gravidade de atos violentos, como se fossem parte natural do viver. Adolescentes lidando com roupa “de marca para levantar a autoestima, o estar em espaço de envolvimento com a marginalidade para se sentir fortalecido, o enfrentamento de estereótipos sociais, acerca de seu valor e potencial, influenciando em escolhas e decisões que o impulsionam para a criminalidade (Silva & Leite, 2000).

Trabalhei na unidade então chamada Instituto Padre Severino por cerca de oito anos e durante praticamente todo o período em que lá estive, fiquei sempre muito próxima das famílias, no desenvolvimento do projeto Golfinhos. Esta construção visava edificar novos espaços para os adolescentes e suas famílias, pautados em atendimentos terapêuticos individuais e grupais, que possibilitassem a cada um a expressão do pensar, do sentir, do entrar em contato com sua história e viabilizar transformações, abrindo mais espaço de reflexão, questionamento, conscientização e criação. Em 1999, o projeto começou a ser desenvolvido em uma unidade de internação, por um psicólogo que se uniu aos nossos propósitos. O trabalho foi crescendo em suas modalidades e intervenções

(apresentadas mais adiante), enquanto avaliávamos as demandas que surgiam; Tarefa que não era, e ainda não é, fácil, em um sistema perpassado por uma lógica punitiva e assistencialista, fora diversas questões que atravessam a relação entre os servidores, e abrangem a própria formação sociocultural de cada um.

A proposta maior do projeto é abrir espaço para os adolescentes e famílias abordarem suas histórias, pensarem em suas relações tanto dentro da família, como em seu cotidiano mais amplo, as dificuldades interacionais, parentais, as variáveis que perpassam as mudanças de ciclo de vida e familiar, o lidar com perdas afetivas ou situações traumáticas, o pertencimento social e conscientização de cidadania. É uma possibilidade de abertura para uma nova organização da família, em sua dinâmica familiar e no meio social, procurando flexibilizar o sistema para que possa lidar com as múltiplas fases da família, se reorganizando em diferentes momentos, promovendo o amadurecimento de cada um e a possibilidade de convivência de diferenças em suas existências. O projeto traz uma proposta de fazer uso de um instrumental eficaz e terapêutico que, principalmente, tem a escuta e o encontro com a emoção da família para buscar resultados. A cada momento deste projeto foi confirmada a importância das interações familiares e o quanto o adolescente precisa de orientações e cuidados em seu desenvolvimento, sendo a contextualização do social, do universo em que está inserido, parte de seu existir, demandando que aconteça o encontro interdisciplinar na construção de uma rede social que amplie a atenção às famílias. (Silva & Leite, 2002)

O adolescente em conflito com a lei pode estar lidando com um conflito interno emocional, pessoal, familiar e social. Pensamos, eu e a equipe do Golfinhos, estar contribuindo com possíveis transformações, sinalizando e desfazendo pontos nodais em relações familiares e sociais, que possibilitem uma nova organização salutar, proporcionando que o adolescente alcance uma conscientização inicial que o impulse a direcionar seu caminho de uma nova forma, sem o ato infracional, e retomar seu desenvolvimento de forma positiva, crescendo, amadurecendo tornando-se um ser humano adulto e responsável, e consciente de que tem - ou deveria ter - um lugar na sociedade que não precisa ser o de infrator.

Observamos que, nesta fase da adolescência dos filhos, o sistema parental, os pais, ou aqueles que exercem tal função, devem exercitar o renegociar com

seus filhos as diversas questões, preservando a hierarquia e autoridade e ao mesmo tempo ter flexibilidade para dialogar com eles, podendo orientar com limites saudáveis, tornando possível que caminhem dentro do ciclo vital, realizando a passagem da adolescência para a vida adulta.

Serão abordadas, a seguir, algumas referências produtivas na construção do “Golfinhos”, em suas modalidades de intervenção, que foram se desenvolvendo processualmente no transcorrer dos atendimentos, quando construíamos uma nova forma de trabalhar com o adolescente e seu núcleo familiar, conforme observávamos as demandas que surgiam nas intervenções e foram sendo observados resultados positivos, com retorno dos familiares e adolescentes, após participação no projeto.

### **2.2.3. Contribuições da Terapia Familiar Sistêmica-Construtivista para a construção do Projeto Golfinhos**

A Terapia Familiar Sistêmica embasa o desenvolvimento teórico e prático do Projeto Golfinhos, junto à formação interdisciplinar da equipe que o desenvolveu: psicologia, pedagogia, análise institucional, somadas às linhas diretivas terapêuticas do construtivismo e do trabalho com o conteúdo vivencial. Zuma (1997, p.1) assinala que os estudos e pesquisas em terapia de família sistêmica apresentaram inicialmente um “diálogo estreito com disciplinas e teorias alheias às áreas da psicologia e da psicoterapia, como a Teoria Geral dos Sistemas, a Cibernética, a Teoria da Comunicação, a Biologia e a Química”, sendo em comum entre eles a preocupação com o homem, suas relações sociais e o questionamento à ciência tradicional, que impõe barreiras rígidas entre as disciplinas. “O desenvolvimento teórico da Terapia de Família, por conta desse diálogo, teve uma evolução paralela às disciplinas” (Zuma, 1997, p.1). Ressalta o autor, a mudança de paradigma para esta modalidade de atendimento, onde se deu uma ampliação do foco de atuação, no lidar com o sofrimento humano, sua enfermidade e sintomas, o ir além do indivíduo e do intrapsíquico, abrangendo também seu contexto e suas relações.

Em 1930 ocorreu uma mudança do foco de atenção do intrapsíquico para o relacional no campo das práticas terapêuticas. Sublinha Zuma o aparecimento de



conceitos como “papel social” e práticas como terapia de grupo e psicodrama. A importância dos papéis desempenhados na família e como estes perturbam as interações de seus membros são apresentados por outro estudioso, Nathan Ackerman, em 1937.

Como uma intervenção terapêutica, a terapia de família tem como marco a década de 1950, quando múltiplos estudos foram realizados, e considerado um de grande impacto, nos EUA, o desenvolvido pelo antropólogo Gregory Bateson, no qual relata a presença de comunicações paradoxais em famílias com membros psicóticos, e desenvolve a teoria do duplo-vínculo (Zuma, 1997).

A homeostase familiar foi um conceito também importante nesse período, desenvolvido por um membro da equipe de Bateson, Don D. Jackson, que abordou a possibilidade de que uma gama de categorias psicopatológicas se encaixava com padrões interacionais específicos. O sistema respondia a alterações de forma interligada, por exemplo, se uma pessoa da família estivesse doente e apresentasse melhora, outro piorava.

Neste sentido, poderia se compreender o temor da família à intervenção terapêutica, sua dificuldade de lidar com mudanças. Foram desenvolvidas técnicas de intervenção para desconstruir essa homeostase disfuncional, quebrando as “sequências comportamentais recorrentes para que a família se reorganizasse sem a necessidade do sintoma” (Zuma, 1997, p.2). Sublinha o autor que, apesar do olhar para as interações e comunicações entre os membros da família ter sido ampliado, ainda se estava trabalhando dentro de uma “causalidade linear”, não se alcançando a proposta da Teoria Geral dos Sistemas, disciplina fundada por Bertalanffy, onde a ideia central é de que todos os fenômenos da natureza estão interligados e qualquer tentativa de explicá-los, através de sequências causais, não passa de simplificações ou recortes da realidade, sendo, portanto, pontuações arbitrárias (Zuma, 1997). A insuficiência do conceito de homeostase, para explicar os processos de mudança de crescimento e de criatividade se evidenciou, apesar de sua contribuição para compreensão de determinados movimentos nos sistemas familiares.

A terapia de família teve uma primeira fase, embasada nestas contribuições, até o início de 1970. Ilya Prigogine, químico, desenvolveu um trabalho que teve grande repercussão, nomeado “*Ordem através da flutuação*”. Este estudioso comprovou que os sistemas dissipativos, aqueles que se afastam do equilíbrio, não

caminham para a destruição unicamente, e podem apresentar em saltos descontínuos uma nova organização, com coerência interna (Zuma, 1997, p.2). Tal evolução acontece através da ampliação de flutuações específicas do sistema, que Prigogine nomeou de bifurcação, e afirma existirem duas possibilidades, pelo menos, de novas organizações futuras. A partir da constatação que “sistemas afastados do equilíbrio são diferentes dos que estão em equilíbrio” evidencia-se que para lidar com cada um haverá uma demanda de um instrumental diferenciado (Zuma, 1997, p.2), conforme a seguir:

Os sistemas vivos, incluindo-se aí os sistemas humanos e sociais, são afastados do equilíbrio. Eles têm características de auto-organização, são complexos e indeterminados. No âmbito da Terapia de Família, esse novo olhar teve grande impacto. Os conceitos e técnicas utilizados até então foram reformulados. Já não se pode falar de resistência à mudança. Os sistemas familiares funcionam segundo sua coerência interna. A mudança não precisa vir de uma fonte externa, as famílias possuem seus próprios recursos para mudar. O terapeuta vai trabalhar então na mobilização desses recursos. Através de perguntas, vai tentar ampliar a história oficial da família, incorporando informações antes periféricas a esse discurso. A ação de recontar a sua história, de redefinir significados funcionará como deflagrador de mudanças (Zuma, 1997, p.3).

Tal perspectiva provoca o surgimento de questões para se compreender a “chamada auto-organização dos sistemas”, e reflexões acerca do papel do terapeuta familiar. Na busca de responder as novas provocações, assinala Zuma (1997), a TF apresenta uma descontinuidade, e deste movimento surgem o Construtivismo e o Construcionismo Social. Estudiosos como Humberto Maturana, biólogo e Heinz von Foerster, ciberneticista, promoveram um resgate de concepções filosóficas reportando a Vico e a Kant e, também às ideias de Piaget Maturana e Varela, em estudos da neurofisiologia, definem um pressuposto básico: “o Ser Humano não tem acesso objetivo à realidade. O que concebemos como realidade são construções que fazemos socialmente em linguagem” (Zuma, 1997, p.3). Acontece, assim, um deslocamento pelos terapeutas de família do investimento nas “sequências de comportamento a serem modificadas para os processos de construção da realidade e identidade familiar, para os significados gerados no sistema, incluindo nele o terapeuta” (Zuma, 1997, p.3).

O modelo da prática médica acoplado às práticas psicoterápicas entra em questionamento com essas novas ideias, tais como “diagnóstico, modelos etiológicos e categorias psicopatológicas” (Zuma, 1997, p.4). Assim,

A própria ideia de família, ou melhor, a unidade que vem à terapia vai ser questionada. Como diz Goolishian e Winderman (1989): “Não é o sistema que determina o problema, mas é o problema que determina o sistema.” Em outras palavras, **são aquelas pessoas que distinguem uma determinada situação como problemática que serão consideradas como integrantes do sistema terapêutico.** Essas premissas estenderam a terapia sistêmica para além das fronteiras da família. Hoje vemos trabalhos tanto com o indivíduo como com comunidades e redes sociais que utilizam o referencial sistêmico (Zuma, 1997, p.3, grifo nosso).

Este é um resumo da história da terapia de família, e sublinho que o referencial utilizado pelo Projeto Golfinhos tem ressonância com o sistêmico-construtivista. A terapia de família não tem uma construção uniforme ou linear, e dentro de sua construção se encontram, além da escola de terapia construtivista e construcionista social, outras escolas, tais como a estratégica e a estrutural.

Entre pontos básicos da terapia sistêmica, o sintoma é compreendido como uma expressão de padrões inadequados de interação no interior da família, sendo o que proporciona e impulsiona a família a procurar a terapia. Ao relacionar a percepção de um membro adoecido da família como um representante de uma disfunção nesse sistema familiar, viabiliza-se que ao ser iniciada uma terapia familiar, o problema possa assim ser revelado e trabalhado pelas intervenções terapêuticas com o sistema familiar, sem o responsabilizar por desequilíbrios, e sim, poder ampliar para um novo olhar sobre o dito membro, como sendo, na verdade, um membro gerador de transformações dentro do sistema familiar.

A responsabilidade do terapeuta deve ser trabalhada na relação com a responsabilidade do sistema familiar e de seus membros, sendo constante a responsabilidade da família e de seus membros no processo, assim como é importante o acreditar na capacidade autorreguladora do familiar. O trabalho deve estar pautado no respeito e apreciação do outro. Deve estar sempre presente o respeito ético pela autonomia da família, o questionamento pelo próprio familiar deve ser atuante sobre seu próprio pensar terapêutico no percurso do autoconhecimento (Filomeno, 2002).

Considerando uma possibilidade de transformação, promovida pelo chamado membro gerador de mudanças, no atendimento realizado com o adolescente estendemos uma compreensão que o ato infracional cometido pode ter uma relação ao que se compreende como um sinalizador de que algo não está bem, no sentido de revelar que algo solicita atenção, no processo de desenvolvimento deste adolescente, articulado não somente com sua família, mas

também em seu contexto social, em seu universo sistêmico, demandando mudanças em diversos níveis.

Winnicott (2000b *apud* Paiva et al., 2015) aborda a existência de uma tendência antissocial, sem sentido pejorativo, de crianças em seus estudos, e assinala que este comportamento é como um pedido de atenção, de apoio, que se expressa através do ato que comete, como um sinal que pode, na verdade, apontar para uma esperança de um resgate, de uma experiência acolhedora que vivenciou, em período de seu desenvolvimento, onde existia uma dependência absoluta e que, na fase de dependência relativa, perde esta proteção. Sublinha o autor que a delinquência pode se instaurar quando este lar suficientemente bom, em seu ambiente acolhedor falha, diferenciando o comportamento antissocial do delinquente. Paiva et al. (2015, p.898) destacam: “Winnicott (2005) em um texto seminal intitulado “Privação e Delinquência” foi enfático quanto à importância de um ambiente acolhedor ou um lar suficientemente bom na constituição do sujeito e, sublinha sempre, que essa falha poderá ter a delinquência como consequência no comportamento das crianças e adolescentes”. Winnicott (2006) concluiu que o adolescente, ao apresentar um comportamento já desenvolvido da delinquência, buscaria uma autoridade paterna que possa dar limite a este seu comportamento impulsivo, através da figura de um pai rigoroso, protetor da figura materna, quando encontrada.

Entendemos os estudos de Winnicott e a contribuição das autoras como importantes para nosso trabalho na socioeducação e vindo ao encontro do entendimento da importância de intervenções a serem realizadas, tanto com a sociedade em relação à infância e juventude, a atenção às necessidades básicas, como com as famílias e adolescentes em cumprimento de MSE.

No transcorrer do projeto Golfinhos, muitas observações, a nível institucional, foram feitas, de maneira livre, sem levantamentos estatísticos. Ocorria uma alternância quantitativa nos atendimentos, relacionada a momentos vividos pela instituição, dentro de suas especificidades, por exemplo, tais como rebeliões, dificuldades institucionais interacionais do corpo de funcionários, mudanças organizacionais e administrativas. Apesar de existirem dificuldades, o projeto alcançou um crescimento e, também em momentos de incentivo, um amadurecimento, que pode ser visualizado no processo de desenvolvimento das modalidades que foram sendo construídas. Essas modalidades foram surgindo

dentro de um acontecer possível, com uma multiplicidade de aspectos diferenciados observados na prática, a serem trabalhados nos espaços de intervenção individual, familiar e institucional, partindo da própria demanda nos atendimentos, trazida pela família ou pelo adolescente.

O Projeto Golfinhos, em suas modalidades, procurava lidar com os afetos e emoções dos membros da família para contribuir com os adolescentes, que passam por dificuldades em direcionar seu crescimento, sendo compreendido o funcionamento do sistema familiar como implicado neste processo, assim como a posição de cada um de seus membros. As interações eram trabalhadas e a possibilidade do aprender, neste encontro, ampliava as perspectivas, redimensionava e potencializava as capacidades dos membros familiares, promovendo que a família fosse capaz de conhecer e reconhecer seus recursos próprios e fazer bom uso destes.

Quando iniciamos os grupos de familiares e o grupo de adolescentes, enfrentávamos muitas dificuldades institucionais, e íamos fazendo os grupos onde era possível. Com o apoio de alguns que acreditavam no projeto, conseguíamos um espaço para a realização dos grupos, não perdíamos a oportunidade de estar com os adolescentes e as famílias. As dificuldades eram de diversas ordens: falta de sala, falta de cadeiras, resistência para fazer as revistas dos familiares ou para trazerem os adolescentes para atendimento.

Certa vez, solicitamos para atendimento todos os adolescentes que estavam com restrição interna de circulação na unidade, por comportamento inadequado. Estavam no alojamento, também usado como “seguro”<sup>9</sup>, pequeno e isolado dos outros, como um espaço de castigo ou proteção. Inicialmente, houve resistência para trazerem os adolescentes e, depois de certo impasse e questionamentos sobre o porquê queríamos atendê-los, foram trazidos. Mesmo que tivessem feito alguma indisciplina esta medida não apontava para um processo socioeducativo produtivo, e ao ouvirmos, pelos meninos, as explicações por estarem separados, abordamos cada situação e encaminhamos à direção uma argumentação pautada no processo grupal reflexivo, de que todos os adolescentes retornassem aos seus alojamentos e tivessem concluídas tais medidas disciplinares.

---

<sup>9</sup> Assim denominado o local onde ficam adolescentes quando ameaçados de agressões ou de morte por outros, seja por diferenças de facções (organizações criminais) ou por atos infracionais como abuso ou estupro. Procedimento considerado de segurança e controle diário pela gestão da unidade e por agentes de disciplina e educação (socioeducadores).

Em torno de 1995, lembro-me de uma sala, com uma janela para o pátio onde ficavam todos os adolescentes, talvez 200 a 300, quando os alojamentos eram abertos e não estavam em atividade. O barulho era enorme: imaginem-se adolescentes conversando, interagindo de diversas formas, em alguns dias jogando bola. Esta era a sala que liberavam e não perdíamos a oportunidade! Embarcávamos no encontro com os grupos, e acontecia um fenômeno interessante: no começo percebíamos o som externo, nós e os participantes, e, fosse com o grupo de adolescentes ou o grupo de familiares, mas, conforme o processo caminhava, aquele som “sumia” e nos concentrávamos integralmente na dinâmica e vivência grupal. Pensávamos sobre a diferença entre ouvir e escutar. Ouvíamos o barulho do pátio e dos adolescentes, mas escutávamos uns aos outros.

Podemos pensar nesta diferença a todo o tempo em nosso cotidiano; o que ouvimos, o que passa como ruído externo, e o que escutamos, que ressoa em nosso interior. Era um mergulho, no grupo com os familiares e no grupo com os adolescentes. O interessante era que a sala pequena comportava um grupo bem razoável, tal o desejo de participarem, mesmo que ficassem alguns sentados em mesas da sala. Isso impulsionou que, depois de um tempo, conseguíssemos uma sala maior, que por vezes passava de vinte pessoas, apesar de procurarmos ter este como número máximo de participantes. No grupo com os familiares ampliávamos a participação deles no dia de visita, que era sábado e, durante a semana, fazíamos vários encontros, nas diferentes modalidades, e no grupo com os adolescentes procurávamos manter um número de oito, no máximo.

Muitas situações familiares, dolorosas, que seriam informadas ao adolescente, chegavam ao conhecimento da instituição. Eram notícias como a perda de um familiar querido ou algum acontecimento grave. Alguns profissionais da instituição, sensíveis ao impacto que poderiam provocar tais notícias, solicitavam nosso atendimento para abordar, apoiar e intervir junto ao adolescente e a família – o que assinalava uma integração de nosso trabalho com o acolhimento às questões vivenciadas por eles.

Depois de muito tempo circulando com o grupo de adolescentes, por diversas salas, conseguimos uma sala muito espaçosa, próxima às salas da escola, com uma abertura para o céu, pois ela comportava uma árvore frondosa e um pequeno jardim. Cada passo do projeto mobilizava positivamente alguns e negativamente outros, enfrentávamos sempre oposições com motivos diversos,

mas também tínhamos apoios que abraçavam a proposta do projeto, lidando com múltiplas forças institucionais.

Tivemos oportunidade de desenvolver o grupo de adolescentes e o grupo de familiares com participação de agentes socioeducativos, que se voluntariavam para participar, com profissionais de formação em serviço social, psicologia, psiquiatria, pedagogia, e outros, e foi uma experiência também muito significativa a participação de professores, que abriram suas salas de aula para realizarmos o grupo de reflexão com os adolescentes junto com eles.

Ninguém era obrigado a participar e tudo passava pelo desejo de estar ali. Os pais chegavam mais cedo para participar, aos sábados, no dia da visita, e durante a semana os adolescentes já reconheciam nosso símbolo e pediam para serem chamados. Houve alguns momentos em que certos gestores procuraram obrigar a presença no projeto. Negamos o pedido e afirmamos o princípio da liberdade de pensamento e de expressão, que são garantias de nossas linhas de trabalho.

Os escritos de Félix Guattari foram uma fonte de inspiração e força nesse trabalho. A todo o tempo era necessário construirmos linhas de fuga, não permitindo o aprisionamento de nosso trabalho a serviço de exercício de poderes arbitrários. Era e ainda é necessário o exercício da resistência à violência, o exercício de buscar e viabilizar a criação de novas produções, sempre trabalhando no caminho de superação da opressão de poderes abusivos dentro do sistema, que não contribuem com o processo socioeducativo dos adolescentes, tampouco fortalecendo o protagonismo ou a cidadania.

#### **2.2.4. Modalidades de atendimento: breves relatos e produções**

Foram desenvolvidas, processualmente, sete modalidades de atendimento no Projeto, para um processo de trabalho terapêutico integrado e articulado através de suas intervenções. Tudo começou com o grupo de familiares (Grupo Multifamiliar, GM), um encontro de pais e responsáveis trazendo suas experiências, dificuldades ou os sentimentos de impotência diante de certos impasses, na função parental, ou momentos de enfrentamento de perdas ou vivências traumáticas, oportunizando que o grupo refletisse e cada um

contribuísse com o outro, somando-se essas intervenções às intervenções das profissionais. O grupo, em uma das unidades, se realizava aos sábados, no dia de visita familiar e em outra unidade em dia de semana. A primeira permitia a presença daqueles que trabalham e/ou tinham dificuldades financeiras e a outra forma proporcionava um encontro institucional das famílias, com participação no almoço.

A devolução das famílias participantes na avaliação feita, ao final de cada encontro, apontou para um espaço em que podiam construir coletivamente, bem como trazer questões familiares, sociais, trocando com outras famílias diversos embates no dia a dia tão difícil, podendo vislumbrar ações para solução de impasses, assim como no lidar interacional familiar.

Desta primeira modalidade nasceu a segunda, chamada de Grupo de Adolescentes Multifamiliar (GAM), realizada com adolescentes cujos pais, responsáveis e familiares compareceram ao GM. Foi um espaço produtivo para trabalhar com eles em grupo, com técnicas diversas dentro do paradigma sistêmico, no qual se buscava levar o adolescente, principalmente, a uma conscientização de seu lugar na família e no mundo e das suas possibilidades de mudanças. Minha memória afetiva traz a fala de um adolescente e a dimensão do enfrentamento que fazia parte de suas decisões e escolhas:

“A sociedade trata a gente muito mal. Reunião foi boa porque vi o sofrimento dos outros também sobre a sociedade. Refleti que a vida do crime é caminho errado... na vida do crime já vi muitos tentarem a sorte, muitos se deram bem e outros debateram com a morte...” M., 1999.

Alguns adolescentes pediam para serem chamados e diziam: “quero participar daquele grupo com os golfinhos”, referindo-se ao papel usado para solicitar adolescentes para atendimento, que continha o símbolo do projeto, o nome do adolescente e sua matrícula:



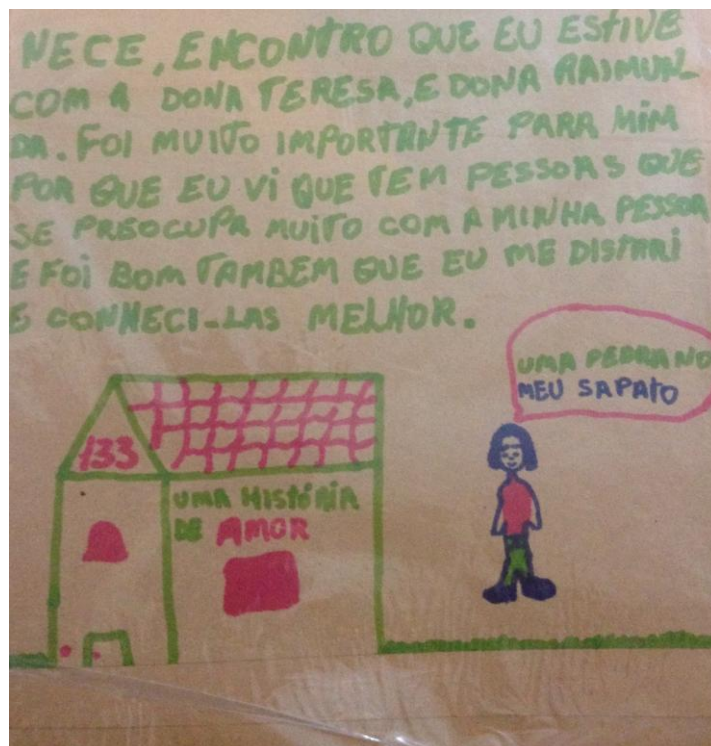


Figura 2 – Produção de A.D.P, 1996 – GAM

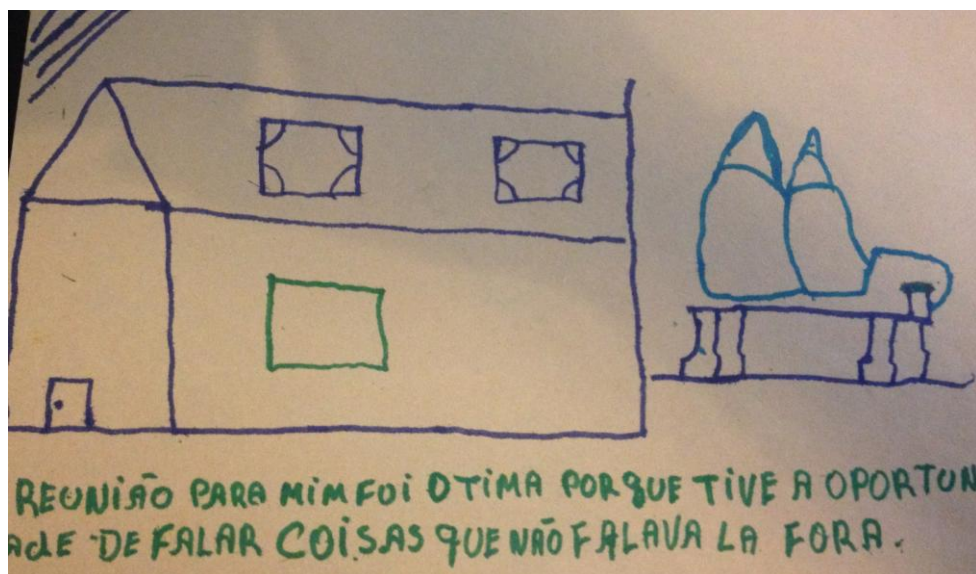


Figura 3 – Produção de N.I.L, 1996 - GAM

A compreensão de que adolescentes, cujas famílias não estavam no projeto, eram desejosos de ter um espaço de participação, levou ao desenvolvimento do Grupo de Reflexão Multifamiliar (GRM), realizado com adolescentes indicados pela equipe técnica, por outros segmentos da instituição ou que solicitassem

participação através de indicação de outros participantes. Basicamente era utilizado o mesmo instrumental e com o mesmo objetivo do GAM.

As intervenções eram feitas de forma a promover uma alta intensidade emocional no atendimento, objetivando resultados em espaços curtos de tempo, de modo que usávamos recursos como “esculturas” familiares, trabalho com fotos significativas, genogramas trabalhados com a emoção e tensão nas relações, narrativas de histórias entre os membros, dramatização de vivências impactantes para superação de conflitos, por traumas internos ou interacionais, prescrição de tarefas, entre outros. Compreendemos que as mudanças, as transformações subjetivas e interpessoais também se dão em meio a conflitos, na vivência de processos dolorosos, críticos.

Recebíamos visitas de alguns adolescentes e familiares após a saída do sistema, assim como telefonemas e correspondência, relatando como estavam caminhando, as dificuldades, as perdas, os progressos e transformações. Mesmo quando a passagem pelo sistema era breve, observávamos que o espaço oferecido tinha uma ressonância em suas vidas.

Considerando as intervenções realizadas e a intensidade emocional dirigida como promotora de reflexões e mudanças, apresento a seguir uma das cartas de uma mãe que participou de um grupo multifamiliar e enviou correspondência para a unidade, após sua saída, falando de sua participação:

Carta da mãe do adolescente Breno<sup>10</sup> ao Projeto Golfinhos:

*Prontuário: 100*

*Município do Rio de Janeiro, 17/07/97*

*Prezada Sra. Ana     Terapeuta*

*Através desta quero lhe felicitar pelo grupo familiar que tens conseguido reunir aos sábados. Infelizmente só fui a uma reunião, e se meu filho for liberado em 20/7/97, não mais poderei assistir as reuniões, pois moro em município nas proximidades do Rio de Janeiro- RJ, na rua acerca do centro, e também as reuniões são para as mães dos internos.*

*Eu quero apresentar-me: sou mãe de Wilson Breno Souza Diego<sup>1</sup>, 17 anos,*

<sup>10</sup> Todos os dados de identificação, como nomes, datas, endereços, referências de pessoas ou de região são fictícios.

prontuário nº 100, entrada em data próxima por agressão a um interno no Abrigo Rainha Victoria em município do Rio - junto com mais dois internos no A.R.F., por estarem tristes e revoltados, por um amigo deles que foi para este internato A.R.F.

*Enfim, agressão a um “amigo” juntamente com outro.*

*Sra Ana, eu queria muito ter falado e participado da reunião, mas como foi a 1ª eu me calei, mas eu não deveria ter me calado, pois nossas experiências são úteis para outros que nos ouvem.*

*Eu verdadeiramente precisava ter participado, era para mim uma oportunidade muito grande, para ajudar meu menino; já procurei tantas entidades, justiça, para me ajudarem a tratar Breno, que já não sei mais o que fazer para ajudá-lo.*

*Ele é ainda menor por pouco tempo: até novembro/97.*

*Ele é imaturo, algumas coisas a cabeça dele consegue entender, outras não. Porém, até que as pessoas se dêem conta, de que ele é um tanto retraído, nervoso, com problemas de surdez e familiar, o tempo já passou, e a tendência das pessoas que o cercam, é negligenciá-lo, ou desistir de ajudá-lo.*

*Ele sempre foi problemático, surdez e nervoso, distúrbios de comportamento. Assistiu anos de Brigas e desentendimento e violência no lar: pai agredia a mãe, por causa de drogas e mulheres. até os 3 anos de idade.*

*Avó = sempre muito nervosa, obesa, negativa, palavrões, agressão na mãe e desentendimento, quanto a criação dele e o irmão menor; sempre apoiava os erros.*

*Avô: alcoolatra; queria deixar o alcool, mas não conseguia; alemão, bem grosseiro às vezes, porém, amava muito a mãe e os netos; porém devido ao alcoolismo, era homem violento, chegando também a agredir com ações e palavras a mãe; financeiramente ajudava muito, mas, juntamente com avó, sempre pensaram em não concordar com ações da mãe, que eram boas e não criar os filhos fora dos caminhos de Deus.*

*Era homem honesto, bom, caseiro, boa índole, porém violento ao beber e ao ser contrariado em suas vontades.*

*Os meninos ficavam na maioria dos dias junto com eles. Porém, os palavrões, as palavras negativas, de querer morrer, de ser pessimistas, e mentiras*

*para a mãe, complicou a situação dos meninos em relação à mãe e ao mundo.*

*Ao mesmo tempo em que era violento, era bom, queria ajudar em tudo a sua maneira.*

*Não acreditando que o W. Breno era doente dos nervos, nem surdo; quando dava crise de nervos no menino, o segurava rudemente, não deixando que a ambulância muitas vezes o levasse para uma consulta e medicação.*

*Assim, o tempo passou; Breno foi ficando cada vez mais nervoso; e, eu sem poder tratá-lo porque trabalhava fora; até que ficou em colégio interno, para aprender disciplina, limites, regras; mas, seus avós não concordavam, sempre o lançando contra mim; e, desta maneira, foram colocados em + ou - 9 colégios (interno e externos), sempre os 2 meninos juntos.*

*Até que a juíza o colocou no E.R.V, (município do Rio) Educandário Rainha Victória, ali ele piorou, pois devido a sua mente captar só coisas negativas e agressividade, assistia mais alguns e acabou conhecendo a erva..., e logo após passados alguns anos, foi colocado novamente no ERV, sozinho, sem o irmão, isto piorou sua situação.*

*Foi ao E.R.V., onde agrediu juntamente com 2 outros meninos, um outro colega seu, e acabou no Padre Severino;*

*A anos, estou lutando para conseguir um tratamento neurológico para ele, sem êxito algum; estou escrevendo porque penso que perdi uma grande oportunidade este sábado, de uma orientação tua em grupo.*

*Aqui neste município do Rio, não temos estas reuniões.*

*O outro menino, Pedro Breno, está estudando em colégio interno, e conseguiu se recuperar; pois não tem muito contacto com seus avós; nem mesmo vem em casa, recuperou bem, e me trata bem; antes não me tratava bem.*

*Este que está neste Instituto, não sei como ajudá-lo; pois não consegue enxergar os perigos a sua frente, e acredita em todos seus amigos, e colegas.”<sup>11</sup>.*

Sua carta assinala uma breve participação no GM como mobilizadora de reflexões, reconhecimento da necessidade de um espaço para trabalhar questões internas, para superação de conflitos, com reorganização do sistema familiar, e,

---

<sup>11</sup> Grafia original. Sem correções.

diante da saída do adolescente da unidade a demanda imediata do núcleo familiar de Wilson ser encaminhado para abordagem psicoterápica familiar.

Transmitindo um pouco mais de produções do projeto, a seguir, algumas falas dos adolescentes que participavam do grupo de adolescentes (GAM e GRM):

“Este grupo família me ajudou a pensar na vida... não é porque sou infrator que vou continuar nessa vida errada, não vou... aqui nesta vida vou voltar a ser bom, estudar e respeitar minha família...” F., 1999.

“Essa reunião foi legal porque eu refleti a mente e descobri o que eu poderia fazer para ajudar a população e vi que essa vida não vale a pena para mim e para ninguém, que essa é uma vida sem futuro, só de desgraça. Obrigado por ajudar eu pensar melhor, [técnicos] R., C. e T.” J, 1999.

Outras produções dos adolescentes em suas participações:

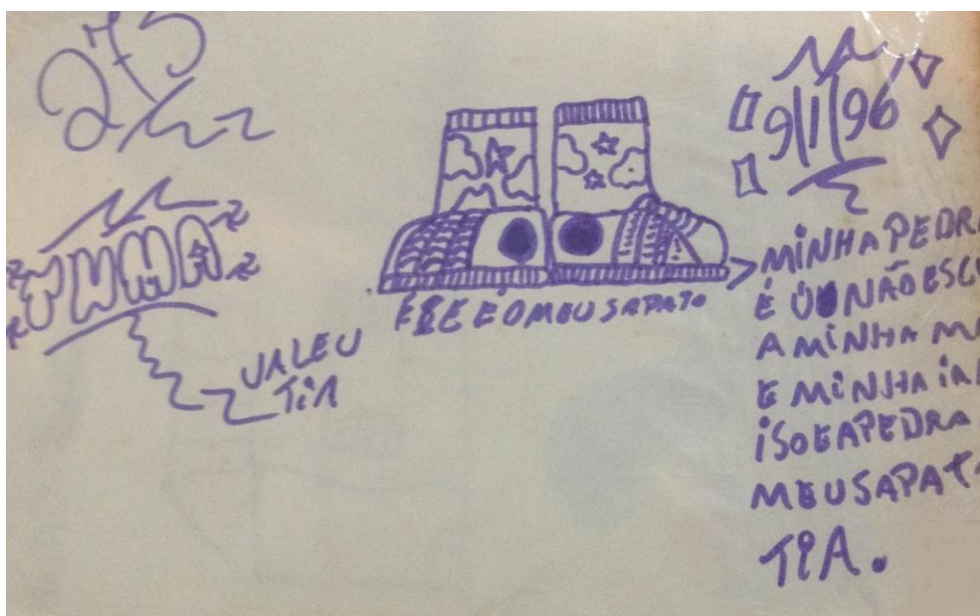


Figura 4 – Produção de G. A., GRM 1996.



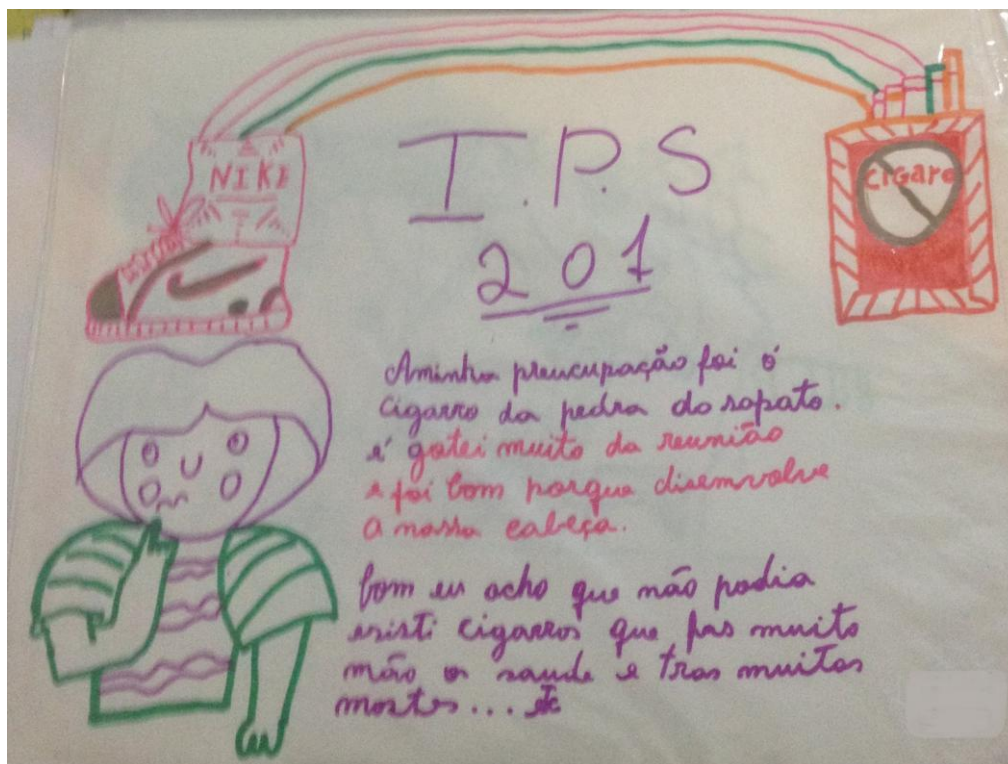


Figura 5 - Produção de A.A., GRM 1996.

Muitos atendimentos, muitas histórias de vida. A produção dos adolescentes, feita na dinâmica do grupo, permitiu que observássemos, em evidência, durante o transcurso do processo, um lado amadurecido pela vida e pela compreensão de questões em torno de sua história, e outro, na produção escrita e gráfica, a possibilidade do lúdico, projetada nos desenhos, que permitiam que brincassem com suas fantasias, ao mesmo tempo em que fazendo pontes com as realidades. Quando apareciam dificuldades de escrever, procurávamos auxiliar na produção da escrita, e consideramos que tal questão apontava para um sistema educacional com muitas lacunas e necessidades de mudanças. Outra observação era a enorme carência de atenção e necessidade de contato com profissionais de referência positiva e acolhedora.

Na realização dos grupos e atendimentos destes adolescentes usamos músicas, livros infanto-juvenis e psicopedagógicos para fluir a dinâmica entre os participantes e facilitar a expressão emocional<sup>12</sup>, estimulando a reflexão e

<sup>12</sup> Utilizamos literatura infanto-juvenil, em livros como: “Uma Pedra no Sapato”, “uma História de Amor”, “ Pinote, o Fracote,; Janjão, o Fortão”, e “Nicolau tinha uma ideia ” ; “O frio pode ser quente?”, (ver referências em Apêndice B, p. 146), assim como fizemos uso de textos e outros materiais.

orientação, assim como eram realizadas dinâmicas de grupo voltadas ao sistema familiar, mas garantindo espaço para o emergente surgir.

No percurso dos grupos, observamos muitas demandas a serem trabalhadas e construímos, então, a quarta modalidade: a Intervenção Familiar Breve (IFB), realizada com o núcleo familiar do adolescente, que poderia ser indicado pela equipe, por outro segmento institucional ou por avaliação, através de participação no GM. Trabalhamos com técnicas terapêuticas familiares que possibilitavam uma intervenção com resultados em curto prazo, como apontamos anteriormente.

Situações singulares foram vivenciadas em atendimentos que apontam para questões a serem trabalhadas no sistema familiar, por exemplo, em atendimento a um núcleo familiar, sentados em roda e desenvolvendo uma dinâmica de intervenção construtivista. Certa ocasião, um adolescente falou, no transcorrer do trabalho: “- Sabe, é a primeira vez que conversamos assim, sentados, um olhando para o outro, em geral em casa as pessoas falam andando, ou ocupadas com outras coisas”. Não havia diálogo no sistema familiar, a vivência na dinâmica proporcionou a eles uma experiência de como poderiam ampliar este espaço dentro de casa.

Outras questões, que assinalam a importância de se trabalhar também as relações dentro do sistema familiar, são aquelas que revelam a existência de abusos/violência psicológica, estabelecidas entre os membros da família.

Certa vez, apareceu na fala de um pai em atendimento, usuário psiquiátrico, onde o sistema familiar do adolescente, que apresentava dificuldades emocionais, encontrava-se permeado por violência doméstica: “- É meu filho, faço o que quiser com ele”. O filho relatou que o pai o agredia violentamente, mas como era seu pai, não tinha como se defender, por isso fugia para as ruas e usava drogas para aliviar sua cabeça. Trabalhamos neste núcleo familiar a questão da violência, abordada com o pai, ciente de seus atos violentos desrespeitarem o adolescente, e reconhecimento do sofrimento deste, do uso de drogas e encaminhamentos feitos para tratamento e orientação na rede de saúde aos membros da família, em suas demandas.

No mesmo rumo da modalidade anterior, desenvolvemos uma intervenção em grupo de famílias, denominada Intervenção Multifamiliar Breve (IMB), realizada com múltiplos núcleos familiares de adolescentes, na qual desenvolvemos as intervenções com dois a quatro núcleos familiares participando,

sendo feita uma avaliação prévia para este atendimento, no sentido do grupo poder ter resultados mais produtivos, pelo encontro de diferentes núcleos, ao ouvirem suas histórias, as ressonâncias, enquanto as diferenças promoviam possibilidades de trabalharmos as questões destes núcleos, sem perder a singularidade de cada um, mas potencializando os resultados na intensidade emocional que se estabelecia no encontro e com as dinâmicas utilizadas.

Os vários tipos de grupos emergiam, a partir do campo das novas possibilidades de intervenção, sem planejamento prévio. Alguns adolescentes demandavam um atendimento individual para trabalhar questões relativas à sua matriz familiar. Então, organizamos uma modalidade voltada a esta especificidade, o Atendimento Individual Sistêmico (AIS), ampliando sua reflexão acerca de seu projeto de vida e suas escolhas.

Cabe apontar que a unidade, em sua administração específica, absorveu bem as diferentes modalidades. Na verdade, poderia dizer que, sem saber exatamente como se davam, o que era exatamente o que fazíamos, pois não dominavam a teoria ou prática, observavam que os pais e adolescentes ficavam mais tranquilos ou davam relatos produtivos da participação após o atendimento. Apesar de, na época, o diretor técnico ser um profissional de nível superior de uma das áreas da equipe técnica, em geral, tinha um conhecimento melhor e podia intermediar com a direção da unidade, diria que alguns dos que ocuparam essa direção não sabiam exatamente quais eram as diferenças nos atendimentos, mas conseguimos permissão, em diferentes gestões, que abrangia podermos trabalhar as famílias e os adolescentes, em grupos ou em atendimentos terapêuticos, focados em núcleos familiares. Os detalhes do atendimento, o paradigma vivencial e construtivista utilizado, as especificidades das dinâmicas, não eram de domínio da maioria, mas não impediu seu desenvolvimento, considerando que o que a cobrança era para que atendêssemos as regras de horário institucional, o espaço utilizado, enfim, entendiam que respeitávamos o coletivo e podíamos realizar o trabalho, sendo certo também que alguns profissionais conheciam a diretriz do trabalho e apoiavam sua existência, com reconhecimento de seu alcance terapêutico.

Em certa ocasião, já depois de terem sido desenvolvidas as modalidades, um diretor da unidade, depois de passar muitos dias olhando para dentro da sala do GM, pelo vidro de uma janela, solicitou que um de seus agentes entrasse no grupo de familiares. Concordamos, pontuando somente a exigência de que não poderia



ficar como observador. O agente socioeducativo entrou no grupo, e junto com todos, como sempre fazíamos, foi informado de como se desenvolvia o encontro e a participação de cada um. No desenrolar do grupo, com o aparecer das histórias e narrativas, a intensidade emocional do encontro o mobilizou de tal forma que não pode prosseguir, solicitou sair, alegando atividades externas a fazer.

A sétima e última modalidade desenvolvida foi o Ciclo de Palestras Multifamiliar (CPM), realizado com profissionais que trabalhavam na área de Terapia Familiar Sistêmica, ou áreas afins, para auxiliar na formação de profissionais do DEGASE. Consistia em palestras para ampliar a compreensão da importância do trabalho com as famílias e promover uma troca produtiva entre os participantes. Tivemos a realização de alguns encontros, com profissionais que contribuíram com a proposta do projeto e participamos de diversos eventos científicos, apresentando os resultados do trabalho desenvolvido.

Em algumas oportunidades, a equipe do Golfinhos foi convidada para implantar o projeto em outros estados do Brasil, mas não foi possível alcançarmos esta proposição, diante de tantos impasses, como dificuldades de financiamento para irmos para outros Estados, dificuldade nos contatos entre as instituições do sistema socioeducativo e entre seus representantes, inviabilizando nossa liberação referente ao horário de trabalho, entre outros aspectos institucionais que apontam para impasses a serem superados, para melhor fluidez entre os trabalhos existentes no sistema socioeducativo a nível nacional, sendo hoje o encontro do FONACRIAD (Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente) um espaço que pode ser extremamente rico de intercâmbio entre gestores (SINASE, 2012).

Durante a realização do Projeto Golfinhos, procurou-se trazer a participação interdisciplinar entre os socioeducadores, em todos os níveis e formações. Participações de professores, agentes socioeducativos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais foram acontecendo no transcurso de sua realização. Em todos os atendimentos, seja com familiares ou com adolescentes, em suas diferentes modalidades, foram feitos registros do processo vivido, assim como são arquivados todos os materiais que faziam parte do trabalho, como a produção escrita e gráfica dos adolescentes e/ou responsáveis, feitos no momento da avaliação do trabalho proposto, sendo sempre sugerida aos participantes uma

avaliação da vivência e de sua participação, do aproveitamento do processo reflexivo acerca das questões abordadas. Os participantes realizaram depoimentos, registros da vivência grupal, através de produção escrita ou gráfica, ou com relatos verbais que anotamos, acerca de resultados pela participação. A equipe do projeto também desenvolvia avaliações sistemáticas e periódicas do trabalho desenvolvido, com registros e arquivamento do conteúdo.

No percurso do projeto, propostas para a continuidade do trabalho surgiram como *feedback* do próprio projeto, como a continuidade na interação com a rede interna, construída institucionalmente, somada à proposta de preparação de profissionais em todo DEGASE, que possam intervir dentro da perspectiva do projeto e do Programa Golfinhos de Atenção às Famílias, que abordarei mais adiante, elaborado em 2002, e depois atualizado em 2012, para implantação no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro; porém, frente ao jogo presente de forças em período anterior e na atualidade, assim como o lidar com poderes institucionais controversos, não foi possível sua implantação.

Consideramos, desde antes do ano 2000, que dentre as políticas públicas que demandam efetividade, a construção de uma rede de atendimento especializado, orientação e informação, se fazem presentes para a assistência aos familiares e adolescentes. Foi assinalada pelos familiares uma lacuna a ser reparada, com a construção de uma rede social que ofereça uma perspectiva ampliada e efetiva de mudança e acompanhamento sistemático.

A importância de sistematizar a metodologia dos Golfinhos foi evidenciada, relatar suas modalidades de atendimento, que foram desenvolvidas no contexto do projeto, fornecendo mais acesso aos dados dos atendimentos e a análise de seus impactos processuais, a médio e longo prazo.

### **2.3. Procurando o caminho da socioeducação**

Retomando meu histórico institucional, no Instituto Padre Severino (IPS), muitas resistências ao trabalho das equipes foram enfrentadas, não somente por parte dos chamados agentes educacionais e de disciplina, como também, de profissionais da própria equipe técnica, mas também sublinhamos participações e suportes vindos de representações diversas. Eu e a Pedagoga, que desenvolvíamos

o Projeto, assim como nosso parceiro, na outra unidade, conseguimos somar alguns apoios essenciais para realização, propondo participação interdisciplinar, e trabalhávamos continuamente a conscientização de socioeducadores acerca da proposta do projeto.

Além de lidar com muitas mudanças de direção da unidade, de 1994 a 2001, a rotatividade na gestão das unidades e do departamento, dentro de períodos curtos, fragmentava os trabalhos existentes, assim como a rotatividade de funcionários e de secretarias: o SSE, do Estado do Rio de Janeiro, enfrentou diversas transferências de Secretarias de Governo sendo, no período de 1994 a 2008, vinculado a doze diferentes Secretarias (Lopes, 2015, p.17). Junto a esta realidade política, em 2002, de mudança de gestão e direcionamento de ações, enfrentando também o fato de uma das profissionais ser transferida para a EJLA, e depois de muita luta ter retornado à unidade, procurávamos prosseguir o trabalho, mas em determinado período, por estarmos com uma direção mais rígida, na unidade IPS, dificultando a realização do Projeto, este foi interrompido nesta gestão “dura”. E, em um encontro que aconteceu em meados de 2002, com o gestor geral do Departamento, que conhecia a proposta do trabalho e perguntou por suas atividades, quando foi informado que naquele momento, mediante tantas barreiras, dissemos que estávamos com as atividades suspensas. Frente a seu pedido de retorno do projeto, apresentamos a inviabilidade de um trabalho de atenção às famílias ficar a *mercê* de gestões que mudavam a toda hora. Se o Departamento acreditava na importância do trabalho com as famílias, deveria investir na criação de um programa, podendo desenvolver uma proposta de alinhamento com implantação do projeto nas unidades. Isso foi aceito pelo gestor e, para tal, seríamos transferidas para uma equipe da Coordenação para investir nesta construção.

Efetivou-se, então, no final de 2002, nossa transferência do Padre Severino, a convite do diretor geral da época, para as coordenações dos CRIAAD's e das unidades fechadas (CRI-CAI)<sup>13</sup>, com objetivo de elaborar e construir o programa de atenção às famílias e desenvolver sua implantação. Nossa transferência somente aconteceu após meses de espera. Chegando à coordenação, estávamos quase no final do ano, trabalhando muitas horas seguidas, “vimos

---

<sup>13</sup> Coordenadoria de Recursos Integrados /Coordenadoria de Atendimento Intensivo (hoje extintas)

noites”, trabalhamos finais de semana, para conseguir elaborar o programa e, finalmente, entregamos o material em torno de final de dezembro. Em janeiro, houve nova mudança de direção e o programa ficou sem apoio. A nova gestão solicitou, então, um “dossiê do Golfinhos” (sic); solicitação que não compreendemos nem atendemos.

O Projeto Golfinhos, apesar de ter frentes de apoio, enfrentou muitos momentos adversos, inclusive após essa mudança de direção do departamento, acompanhando mudanças políticas na gestão do Estado. Logo após concluirmos a proposta para o Programa Golfinhos de Atenção às Famílias, se deram transferências de seus três realizadores, em 2003, para unidades distanciadas de onde trabalhávamos e, também, fomos separados, um do outro, e para lugares distantes da Ilha do Governador, possivelmente por “castigo” de estar trabalhando em consonância com a gestão do diretor anterior. Conseguimos, ao final, que duas ficassem na Ilha, no Pólo de Liberdade Assistida<sup>14</sup>, eu e a Pedagoga, ela no Polo Ilha e eu no Polo Zona Oeste, e o outro participante, o psicólogo, que estava lotado em unidade na Ilha, foi transferido para um polo completamente diverso, distante. E, diante do que sofreu, procurou apoio, e sua transferência foi solicitada para outra instituição do Estado, para se preservar de atitudes do uso do poder de forma arbitrária, em função de termos tido o reconhecimento da gestão anterior do trabalho com famílias, e atendido a solicitação de ampliar a proposta para um alinhamento no departamento.

Muitas vezes ocorreu o movimento de desarticular o projeto Golfinhos e impedir sua interação com outros serviços, e esses impedimentos continuam ainda na atualidade, em 2015, mesmo com o reconhecimento do gestor do departamento sobre os resultados deste trabalho e um pedido informal para sua implantação.

Aqui faço um aparte. No jogo de forças da instituição, a transferência de profissionais, por vezes, aconteceu como um castigo ou um prêmio, que perpassavam questões não de mérito profissional, mas atravessadas pelas questões políticas e pessoais no embate de forças institucionais. Acredito que, mesmo com algumas dificuldades, hoje se aponta para uma relação mais transparente e respeitosa com os profissionais, depois de movimentos feitos pelos servidores e também após mudanças de gestão desde aquela época.

---

<sup>14</sup> Medida ainda executada na época pelo DEGASE, onde diante das dificuldades da gestão da unidade da época realizamos algumas modalidades do projeto de maneira anônima.

Impasses, enfrentados pelo Estado, em torno do ano 2000, para resolução da sede, de uma das unidades, na época de nossa transferência, permitiram que duas integrantes do Projeto estivessem próximas e podendo realizar intervenções dentro das diretrizes do trabalho que desenvolviam. Na L.A. desenvolvemos algumas modalidades do Projeto Golfinhos, mas sem assim nomear, pois havia uma “opressão” em cima de nossa atuação, e fomos conquistando, aos poucos, uma abertura para os grupos de adolescentes e atendimentos aos núcleos de famílias.

No Grupo Multifamiliar conseguimos desenvolver os encontros de forma mais livre, com as famílias dos adolescentes que estavam em nosso acompanhamento da medida socioeducativa. Apesar do Grupo de Famílias, que era realizado pelas equipes do Polo ter um direcionamento, para que fossem desenvolvidos em cima de temas específicos, para cada encontro, pré-estabelecidos, trabalhávamos conforme a proposta do Golfinhos, focando no emergente do grupo, e não em temas pré-determinados. Assim, permitíamos que os pais/responsáveis construíssem o encontro de forma coletiva, junto conosco, sempre utilizando o referencial da Teoria Sistêmica com contribuição do Construtivismo, como citado acima e o mesmo referencial em relação às abordagens nos grupos de adolescentes e com os núcleos familiares.

A medida de Liberdade Assistida foi municipalizada, e passamos então, eu e a profissional da Pedagogia, a fazer parte da equipe de Assessoria de Medida Socioeducativa e Egressos, onde contribuímos com a proposta de formação dos profissionais do município para o atendimento da L.A.. Depois de certo tempo, a pedagoga foi para outra unidade e, em 2009, fui convidada para assumir a direção da Divisão de Psicologia, onde desenvolvi múltiplas ações, durante os últimos seis anos até agosto de 2015.

Sublinho aqui uma atuação, que procuro que seja contributiva. Desenvolvo, durante o tempo em que venho atuando no sistema socioeducativo, minha participação em Grupo de Trabalho (GT), com direcionamento a avanços e mudanças no sistema e novas formas de desenvolver a socioeducação. Fui convidada a trabalhar no GT para implantação do PIA – Plano Individual do Adolescente,<sup>15</sup> em dois momentos diferentes. Também participei do GT para

---

<sup>15</sup> A construção do PIA compõe uma das ações no acompanhamento socioeducativo do desenvolvimento pessoal e social do adolescente, elaborado com metas e compromissos do

implantação da Visita íntima, do GT para elaboração do Programa de Saúde e Sexualidade, os resultados destes dois processos estão compondo parte desta dissertação, desenvolvida mais adiante; e, recentemente do GT para elaboração do Programa de Atenção às Famílias, que tem relações com os trabalhos com famílias realizados no DEGASE, e com contribuições apresentadas também pelo Projeto Golfinhos e do Programa Golfinhos de Atenção as Famílias. Na trajetória de meu percurso, assinalo o uso de dispositivos singulares na socioeducação, na atenção às famílias e adolescentes, sendo necessário transpor impasses institucionais, trabalhando, por exemplo, numa perspectiva de ampliar oportunidades de convivência familiar e intervir junto aos sistemas familiares de forma produtiva para a superação de conflitos. Há um ponto de encontro traçado entre o Projeto Golfinhos e as ações socioeducativas, nas quais acredito que o trabalho a ser desenvolvido envolve a continuidade no investimento em relações afetivas e significativas, para estes meninos e meninas, que passam pelo sistema socioeducativo, onde ações direcionadas à sua saúde física e mental deverão abarcar dispositivos de transformações como o trabalho com famílias, sempre.

Estas indicações de minhas contribuições, entre outras<sup>16</sup>, assinalam meu desejo de impulsionar o sistema socioeducativo para mudanças necessárias, mesmo que enfrentando adversidades e momentos difíceis nessa construção coletiva. E, compreendendo, através de minha atuação, que a implantação da novas ações voltadas a adolescentes e familiares, no sistema, é parte desse processo, vinculada com o PIA e o Projeto Golfinhos. Acredito também que todos estes trabalhos estão entrelaçados no objetivo de proporcionar ao adolescente a construção de um projeto de vida, onde tenha oportunidade de realmente exercer sua cidadania.

Trabalhar com os adolescentes em conflito com a lei e suas famílias continua a ter, na atualidade, uma enorme demanda, frente ao ainda crescente número de adolescentes sendo encaminhados a medidas restritivas de liberdades, à permanência da violência no cotidiano do estado, assinalando a ineficácia de políticas públicas e ainda a existência de famílias em situação de miséria ou outras

---

adolescente pactuados com sua família durante o cumprimento de sua medida socioeducativa. É um instrumental que traz contribuições em seu processo socioeducativo (RJ, DEGASE, 2015).

<sup>16</sup> Contribuição ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do DEGASE; no processo de elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP'S) das unidades; Carta de Lagoa Santa; implantação do PIA junto as equipes técnicas; sensibilização de funcionários ao alinhamento estratégico e operacional; elaboração de diretrizes em Saúde Mental.

violências, o crescimento de medidas por parte do Estado de caráter meramente criminalizantes e repressivas, e a falta de orientação da população para requerer seus direitos e exigir dignidade em sua existência.

A prática pautada em Direitos Humanos no foco deste trabalho é essencial, acreditamos que as possibilidades de transformações na sociedade estão diretamente relacionadas com a consideração a estas diretrizes para a construção de um efetivo atendimento à adolescência em conflito com a lei e às suas famílias, com os direitos e deveres reconhecidos, de forma a garantir o que é de fato determinado. Certo não ser um trabalho isolado que dará conta das demandas existentes, mas todas as mudanças que se fazem necessárias dentro desta área, no sentido de proporcionar o acontecer de transformações que oportunizem novos paradigmas, onde haja espaço para a emergência de singularidades, para uma produção coletiva de subjetividades, assim como, a criação de recursos para engendrar produções e ações criativas, acreditando, motivo pelo qual é apresentado aqui, que um trabalho com as famílias, deverá abranger modalidades como as propostas pelo Projeto apresentado, pois muito poderá ser trabalhado com os adolescentes e companheiros/as na construção de seu núcleo familiar, em torno de questões relativas à afetividade, acerca de convivência familiar e comunitária, abordando suas histórias e memórias, muitas vezes ocultas, o que abordarei mais detidamente no próximo capítulo.

## Memória de vida e histórias reais

Neste capítulo apresento algumas reflexões acerca da temática da memória, da narrativa e da história, e relações existentes com minha prática profissional em psicologia dentro do sistema socioeducativo. Farei aqui uma nova abordagem para uma reflexão do que busco relacionar com o conceito de memória subterrânea, com as histórias de vida destes adolescentes. Tais histórias permeiam os atendimentos realizados com adolescentes e familiares no processo socioeducativo. Associo, num lampejo, esse trabalho, a uma frase de Benjamin: *“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo”* (Benjamin, 1985, p.224). Perigo relacionado a algo importante a ser revisto e significado, perigo e temor de entrar em contato com verdades difíceis de lidar. Perigo de enfrentar conflitos, por vezes transmitido entre gerações, de conhecer tramas sociais, institucionais e familiares que precisam ser desveladas, para se dar um salto de qualidade na vida e nas relações.

Procuramos refletir acerca da importância da escuta cuidadosa às histórias de vida das famílias e adolescentes e uma intervenção que viabilize o alcance de compreensão de sua própria história, sua significação e via de resignificação. Trata-se de valorizar a experiência de poder compartilhar seus enfrentamentos muitas vezes solitários, no dia-a-dia de um cotidiano social, cheio de embates e impasses, tanto no nível do sócio-comunitário como no político-econômico-jurídico.

Desenvolvemos, de forma breve, uma apresentação baseada em contribuições de Walter Benjamin, sobre a relevância de se escovar a história a contrapelo, (Benjamin, 1981, p. 1240), ou seja, fazer aparecer as histórias que não são as oficiais, mas aquelas que não foram contadas, a história que não é a dos vencedores, e sim dos oprimidos. Abordamos os escritos de Maurice Halbwachs, acerca da memória individual e memória coletiva e história; procuramos articular o conceito de memória subterrânea de Michael Pollak, a questão das narrativas e sua marca micropolítica na transmissão de vivências que não estão inscritas na “história oficial”; e, respectivamente incorporamos algumas produções de Pierre



Nora e Jeanne Marie Gagnebin, acerca da memória-arquivo, e de rastros e testemunho.

### **3.1. Uma breve abordagem: O adolescente, a instituição e a sociedade.**

Benjamin, ao iniciar os escritos de suas teses, em suas notas preparatórias, afirma suas diretrizes do método anti-historicista que adota:

O momento destruidor: demolição da história universal, eliminação do elemento épico, nenhuma identificação com o vencedor. A história deve ser escovada a contrapelo. A história da cultura como tal é abandonada: ela deve ser integrada à história da luta de classes (Benjamin, 1981, p. 1240).

Para Benjamin, “todo documento da cultura é ao mesmo tempo documento da barbárie” (Tese VII). Esta é uma concepção dialética da cultura. A barbárie e a cultura, como opostos excludentes, são para Benjamin uma unidade contraditória (Lowy, 2011, p.21). Entende Benjamin que aqueles que são historicistas, contam as histórias oficiais, são identificados com os vencedores, a classe dominante e para ele “contar a história a contrapelo” é poder falar da história dos vencidos, poder analisar os troféus dos vencedores e compreender que podem ter uma representação de opressão implícita neste poder de conquista e vitória.

Lowy, um estudioso de Benjamin, sublinha que os estudos em torno das contribuições de Walter Benjamin sobre a cultura trazem ideias que não se distanciam da concepção geral da história, sendo bem heterodoxas e subversivas, ideias do seu engajamento político em favor das classes oprimidas. “Seu objetivo é menos o de promover uma nova teoria estética que o de despertar a consciência revolucionária” (Lowy, 2011, p.20-21).

No cotidiano institucional socioeducativo, no acompanhamento aos adolescentes e suas famílias, em suas histórias, pode se observar o enfrentamento de dificuldades, impasses e violências que não se remetem unicamente a conflitos vivenciais dentro de uma instituição, sendo evidente que, quando acontecem, certamente, devem ser trabalhados os impasses e abolidos, integralmente, quaisquer violações de direitos. Isso demanda, de todos os socioeducadores, uma implicação ético-política, não só com sua prática e no investimento do alcance do exercício da socioeducação em sua integralidade, como na consideração de todas

as normativas que compõem o sistema de garantia de direitos da infância e juventude. Voltaremos ao tema mais adiante. Contudo, aqui o foco é abordar a possibilidade de intervenção junto aos núcleos familiares, promovendo transformações a partir de suas narrativas e histórias interacionais e transgeracionais.

Lembro de certo atendimento com a mãe de um adolescente, quando esta me relatou com detalhes uma execução feita em público pelos envolvidos com o tráfico de drogas na região. No início de sua fala evidenciou a violência do que havia vivido e a necessidade de poder contar para alguém que confiasse, sem se colocar na linha de ameaça pelo grupo do tráfico de sua localidade.

Contou detalhadamente desde a exposição inicial da vítima por um grupo da comunidade, feita a todos, num local onde colocaram diversos pneus em torno dela e a queimaram, como um exemplo do que aconteceria se alguém traísse o grupo ou fizesse qualquer ação que não gostassem. Fato e imagem chocante, ação atroz e violenta, parte de um cotidiano de muitas comunidades no Rio de Janeiro. Na época isso não era conhecido, mas hoje sim, após a morte do jornalista Tim Lopes que trouxe à tona tal atrocidade, entre outras.

O que foi possível naquele momento fazer foi escutá-la, acolher seu desespero por ter presenciado tal situação, orientá-la em opções para encaminhar seu relato, caso quisesse denunciar, mas principalmente apontar caminhos para lidar com seu filho e família na reflexão sobre respeito à vida e promoção de mudanças quando necessário.

Assim como escutei este relato, entre outros, de situações de violência na comunidade pelo tráfico de drogas ou outros grupos envolvidos com a criminalidade, também havia relatos de violência policial na abordagem aos adolescentes no momento da apreensão e/ou institucional, entre outras violências que não discorrerei aqui, mas pontuo para marcar sua existência.

O profissional da psicologia tem, em sua dimensão interventiva, o compromisso de realizar uma escuta atenciosa, - podemos dizer ativa - dos adolescentes e suas famílias no percurso do cumprimento de medida. Não nos estenderemos aqui abordando todas as atribuições desta categoria, pois o foco é assinalar a importância sobre as narrativas, a história de vida destes adolescentes e suas famílias, a relação com a convivência familiar e comunitária, a interação com

a visita íntima, e a contribuição da intervenção junto às histórias de vida para abertura de transformações a partir da sua realidade atual.

### **3.2. Estudos acerca da memória individual e memória coletiva**

Maurice Halbwachs (2004), em seus estudos acerca da memória coletiva assinala a importância do testemunho, aos quais se procura, muitas vezes, para confirmar ou descartar algo de nosso conhecimento acerca de algum acontecimento, sendo o primeiro testemunho o nosso próprio. A credibilidade na lembrança se fortalece no encontro da recordação com outros que a referendam, é como olhar com os “olhos do outro” para uma experiência que passou.

Assinala, em suas observações, que mesmo ao estarmos sós, não necessitamos da presença real do outro para lembrar e confirmar o que vivemos, pois, a todo o momento, levamos muitas pessoas dentro de nós, e nuances em nossa forma de olhar irão se fazer presentes, conforme o que é evocado, ou seja, a referência ativada. “Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob a forma material e sensível” (Halbwachs, 2004, p.31). O fato de se juntar, a algumas lembranças reais, o que rearrumará a lembrança recortada, incorporando a ela as imagens fornecidas:

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva, quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora, no momento em que recordamos, do ponto de vista deste grupo (Halbwachs, 2004, p.41).

Remetendo ao fato traumático relatado antes, observamos que a comunidade testemunha muitas situações ultrajantes, mas teme tomar atitudes pelos meios legais, e desacreditando nos resultados a serem providenciados pela justiça. O coletivo que vive determinadas situações fica vinculado por essas lembranças, mesmo que estas não possam ser compartilhadas abertamente ou, por vezes, são esquecidas por alguns, dentro de múltiplas dimensões que o episódio pode provocar. Segredos e interditos presentes nas memórias.

Crianças e adolescentes lidando com uma realidade violenta podem apresentar traumas e dificuldades de lembrar-se de certas vivências, em períodos de seu desenvolvimento, mas que estão em seu registro de memória, podendo ser ativadas no encontro entre outras pessoas que testemunharam a mesma cena, com partes da realidade e partes de fantasia. O tema das execuções é quase sempre proibido, tem a ver com vida e morte todo o tempo, podendo ser falado somente onde e quando é “permitido”. O medo está presente.

Vilhena et al. (2011) situam sobre essa realidade em nossa sociedade, quando apontam em seu artigo “Medos infantis, cidade e violência: expressões em diferentes classes sociais”, que os lugares onde crianças e adolescentes vivem e estudam são seus territórios subjetivos e têm relação com suas produções subjetivas. As crianças e adolescentes moradores de comunidades pobres vivem na pele a exclusão e enfrentam um sofrimento psíquico rotineiro. É um fato cotidiano a possibilidade de que possam sofrer uma agressão em situações de confronto, serem mortas ou feridas em tiroteios na favela, apreendidas e/ou confundidas por policiais, com envolvimento com o tráfico e passarem por maus-tratos.

Halbwachs questiona se poderá acontecer de uma lembrança retornar e não ter nenhuma relação com qualquer grupo, por ter sido vivida somente por aquele que lembra, e por tê-la percebida, num momento em que estava só, não tendo registro de imagem no pensamento de mais ninguém, e introduz uma reflexão acerca do que chama de ‘intuição sensível’, que seria um estado de consciência individual, diversa das percepções com elementos do pensamento social (2004, p.42). Porém, no desenvolvimento de sua reflexão, assinala que mesmo ao estarmos sós, por sermos sujeitos sociais, transportamos dentro de nós muitos outros, de grupos diversos, de múltiplas referências. Ele sublinha que “uma “corrente de pensamento” social normalmente é tão invisível quanto a atmosfera que respiramos (Halbwachs, 2004, p.46), fazendo que nem percebamos sua constante influência.

Podemos encontrar as lembranças que procuramos, no momento em que queremos, não é sempre algo que possamos alcançar, pois há necessidade de que “as circunstâncias, sobre as quais nossa vontade não tem muita influência, as despertem e as representem para nós” (Halbwachs, 2004, p.53) e, para acontecer

há uma demanda de uma aproximação de percepções que promovam a lembrança e está associada à dimensão de sua própria complexidade.

Tais estudos me remetem a falas de adolescentes que não conseguiam inicialmente compreender ou explicar o que o levou ao cometimento do ato infracional, necessitando de um trabalho desenvolvido em seu acompanhamento, para que pudesse alcançar, depois de percorrer um caminho interno emocional, a memória de vivências onde percebia associações com o ato. E, a partir desta constatação podia começar a refletir em outra forma de lidar com sua vivência, direcionando para outras ações que não um ato infracional.

Nos grupos de reflexão com os adolescentes, observávamos o momento em que cada um começava a compreender sua implicação com o ocorrido em sua vida, ações que o levaram a ser apreendido, para chegar à sua privação de liberdade. Sinalizava, então, no processo grupal, que podia pensar novas formas de lidar com seus registros, para alcançar outras opções, soluções para seus conflitos.

Certa vez, em um Grupo de Reflexão Multifamiliar, trabalhando com os adolescentes os significados de seus nomes, como/por quem/por que foram escolhidos, abordamos também de que maneira se sentiam em suas famílias, como viam seus desejos de investimentos profissionais. Um dos adolescentes disse, entre outros que falavam sobre seus desejos e sonhos:

Adolescente: *\_ Quando crescer eu não quero ser nada.*

Equipe: *\_ Como você está fazendo essa escolha? Para que deseja ser nada?*

Respondeu: *\_ Em minha família todos são peixeiros, e eu não quero ser peixeiro, então não poderei ser nada, não tenho opção...*

Sua forma de compreender seu possível pertencimento familiar passava por reproduzir os movimentos e perfil da família, e se não queria ter a profissão de referência de seu grupo familiar, um registro de gerações da família, não tinha outro lugar no mundo que o de infrator, que seria como um “ser nada”.

Trabalhamos, a partir de sua fala, as possibilidades de se diferenciar, de poder ter outras escolhas, podendo preservar seu pertencimento à sua família. Desenvolvemos uma reflexão acerca de cada membro da família poder ter diferentes escolhas profissionais dentro de suas aptidões e vocações, e

preservarem o afeto entre eles, respeitando suas escolhas. Para o adolescente foi um dia de descoberta, compreender que pertencia à sua família mesmo com desejo de ter outra profissão. Nesta intervenção podemos considerar o emaranhamento emocional familiar vivido pelo adolescente, e sua dificuldade de lidar com sua singularidade em seu núcleo. A compreensão de que ter uma individualidade, diferenciada de membros da família, não demanda cortes emocionais, permitiu que o adolescente pudesse reparar internamente o temor ao rompimento.

Halbwachs cita dois tipos de reconhecimento de objetos (que foram definidos por outro estudioso, Henri Bergson): reconhecimento por imagens e reconhecimento por movimentos; o primeiro se dá diante do objeto, no seu reconhecimento visual, que remete à lembrança, e o segundo se dá quando observado em nosso corpo um movimento que é referência do mesmo movimento do momento da percepção anterior e que foi provocado por tal objeto visto ou evocado. O reconhecimento por imagens promove a associação desse objeto com outros, tais como pensamentos e/ou sentimentos. (Halbwachs, 2004, p.55).

No trabalho com as famílias, a visão de mundo é considerada significativa, como o adolescente e sua família olham seu universo de relações, como lidam com sua realidade, e ao chegarem à “unidade-escola” do sistema socioeducativo como é para eles tudo aquilo que se apresenta como um serviço do estado, da justiça, e que tem uma função socioeducativa ou deveria ter. Esses adolescentes e famílias reconhecem os profissionais em suas diferenças, seja associando com imagens ou movimentos os verdadeiros socioeducadores aos quais pedem atenção, ou aqueles que querem se afastar por temor à violência, e não por respeito. Acontece também o fato de adolescentes desafiarem, em certos momentos, aqueles que relacionam entre os que são temidos, como buscando uma fagulha de espaço para sua existência ser mais respeitada, mesmo que se expresse através de uma transgressão, busca sinalizar algo que precisa mudar (Vilhena & Maia, 2002; Maia et al., 2007).

No intuito de melhor compreender o comportamento de adolescentes que cometeram atos infracionais e a possibilidade de redirecionar suas escolhas, guardando as devidas diferenças, aponto algumas contribuições de outros estudiosos. Vilhena et al. (2015) assinalam que, segundo Winnicott, a tendência antissocial, que pode ser observada em pessoas consideradas normais ou com distúrbios (2000b), é vinculada à vivência de uma falha ambiental em termos da

continuidade dos cuidados à criança, falha vivida durante a fase da dependência relativa (deprivação). Winnicott compreende o comportamento antissocial como um pedido de socorro, que aparece em casa ou num contexto mais amplo, seja na escola ou em suas relações sociais, podendo ser visto como positivo, uma esperança de que possa redescobrir a experiência boa vivida na dependência absoluta e que foi perdida na dependência relativa. Portanto,

[...] quando Winnicott (2000b) refere-se ao comportamento antissocial que não foi tratado, ele quer enfatizar tanto a possibilidade da esperança e criatividade quanto a importância da restituição de um lar suficientemente bom na constituição do sujeito, sublinhando sempre que essa falha terá a delinquência como consequência (Vilhena et al., 2015, p.897).

A lógica na qual a memória das percepções se apoia, com divisões e ligações que correspondem a uma espécie de lógica espacial ou material, havendo uma coesão que se dá em função das lembranças evocadas serem coerentes, como devem ser os fenômenos exteriores, é abordada por Halbwachs. No aprendizado referencial do pensamento coletivo, encontramos os meios de evocar a sequência e seu encadeamento (Halbwachs, 2004, p.61).

Assegura o autor que a memória coletiva tem uma força e duração caracterizada por estar pautada no registro de um grupo, e estes membros do grupo são as pessoas que lembram, e fazem uma massa de lembranças comuns, que mesmo apoiadas umas nas outras, terão diversidade na intensidade para cada um deles. “De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. A memória coletiva, então, é referência de uma memória interna e autobiográfica e a outra memória, dita histórica, é social, externa. Podemos entender por história, não uma sucessão de eventos e datas, dados de forma cronológica, mas o que faz com que um período se diferencie de outros.

A história vivida por nós é a base de nossa memória, e as correntes de pensamento são representadas por quadros coletivos de memória que “não conduzem a datas, a nomes e a fórmula”, onde o passado é encontrado por ser atravessado por tudo isso, de modo que “a história não é todo o passado e também não é tudo o que resta do passado. Ou, por assim dizer, ao lado de uma história escrita há uma viva, que se perpetua ou se renova através do tempo [...] (Halbwachs, 2004, p.86). Desde a infância, o indivíduo tem sua vida bastante

implicada no e pelo social, por onde se encontra um passado no qual se dá o contexto de suas lembranças, e neste passado vivenciado é que sua memória será referida posteriormente, mais do que na história escrita (Halbwachs, 2004).

O passado fica, assim, intacto em nossa memória, segundo Bergson, que pontua a possibilidade de ocorrerem impedimentos, pelo comportamento de nosso cérebro, de alcançar a evocação de partes destas lembranças, apesar de estarem íntegras as imagens dos acontecimentos passados “como páginas impressas nos livros que poderíamos abrir se o desejássemos, ainda que nunca mais venhamos a abri-los” (Halbwachs, 2004).

As histórias de vida de cada adolescente estão entrelaçadas com suas ações, por vezes conscientes, outras vezes não. Muitos adolescentes e famílias apresentaram relatos onde o sofrimento estava presente, mas não se davam conta da dimensão e alcance emocional deste, e ao poder entrar em sua história - transversalizada por todas as instâncias sociais, políticas, jurídicas podiam compreender melhor o contexto dos acontecimentos para poderem mudar o rumo.

A história de Flávio<sup>17</sup> e sua família levaram à constatação de acontecimentos que repercutiam em todos os membros e os levavam a vivenciar conflitos que permeavam seu cotidiano e provocam maiores destabilizações em sua organização. O adolescente estava em MSE de internação, seus pais adotivos estavam separados, e morando próximo na mesma comunidade. Para o filho esta situação poderia ser confortável, pois permitia que encontrasse seu pai com mais frequência, mas parecia que não era a ideal. Flavio e sua mãe adotiva estavam morando juntos, e enfrentando risco à vida, após determinado cometimento infracional feito pelo adolescente, o que impactou na família com a necessidade de ir morar em outra localidade.

O pai adotivo ficou com problemas na perna após sofrer um acidente alguns anos atrás, provocado por uso abusivo de álcool, uma dependência que demandava tratamento, e ficou andando com dificuldade, desde então. Mesmo assim comparecia aos atendimentos familiares realizados na unidade.

A mãe adotiva, muito ansiosa, preocupada com as decisões necessárias para preservação e integridade de Flavio, estava consciente de que teria que mudar sua

---

<sup>17</sup> Todos os nomes são fictícios.



vida por conta do ato do filho, tendo tido sua casa invadida, quando estavam atrás do adolescente. Com a mudança, a mãe perderia seu emprego.

O adolescente, nos encontros dialógicos familiares, alcançou a compreensão de que suas ações não prejudicaram só a ele, mas atingiam a todos e que as expectativas (fantasias) de mudanças na família não seriam alcançadas dessa forma. O pai e a namorada ficariam na região, mas o adolescente não gostou desta situação, pois ficariam distantes. Este é um ponto importante em relação a sua possível expectativa de reaproximar o casal parental, que falhou completamente. Dentro da leitura sistêmica seu comportamento apresenta articulações com as relações intrafamiliares e a procura de provocar mudanças, que caminhou de forma improdutiva.

Flávio tomou consciência, através das reflexões junto à sua família, que suas ações estavam relacionadas com sua história, e que devia considerar seu grupo familiar, os desejos diferenciados, e as pessoas em torno de sua vida. No grupo de adolescentes realizado na unidade, pôde perceber, também, que suas atitudes provocavam reflexos nos outros participantes e que em todas suas escolhas deveria responsabilizar-se por seus atos e compreender o que o impulsionou e como lidar com isto para obtenção de resultados produtivos em sua vida.

Halbwachs assinala o pertencimento das pessoas a muitos grupos simultaneamente, e tais grupos se dividem e se contraem no tempo e no espaço. A memória coletiva diferenciada da história é uma compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. O autor sublinha a importância de não se perder a história e assinala que o único meio de preservar as lembranças é através da escrita de sua narrativa, “pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem” e complementa seu pensamento refletindo que pode ser que “um dos objetivos da história talvez seja justamente lançar uma ponte entre o passado e o presente; e restabelecer essa continuidade interrompida” (Halbwachs, 2004, p.100-101). Assim, o autor faz a distinção entre memória coletiva e história, apontando que a primeira é uma “corrente de pensamento contínua, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém o passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” e “a história divide a sequência dos séculos em períodos, [...] e se situa fora desses grupos e acima deles, não hesita em introduzir divisões simples

na corrente dos fatos, cujo lugar está fixado de uma vez por todas [...] obedece a uma necessidade didática de esquematização” (Halbwachs, 2004, p.102-103).

Afirma Halbwachs que a memória de uma sociedade não pára de se transformar, o próprio grupo está sempre mudando, existindo muitas memórias coletivas, característica pela qual elas se distinguem da dita história oficial, que é uma só. Na constituição da história existe uma interligação em tudo, cada possível mudança promove uma reação sobre as outras partes do corpo social e prepara aqui ou ali a inserção desta mudança (Halbwachs, 2004, p.105-109).

Pensando na potencialidade de transformações na vida de adolescentes e famílias, através da possibilidade de poderem entrar em contato com suas histórias e alcançarem uma nova significação em certas vivências, remeto a um breve relato da história do adolescente Luciano. Ele era um adolescente bonito e simpático, e diante de um comportamento infracional - uso de drogas, pois fazia uso de maconha, recebeu a MSE de Liberdade Assistida para cumprir no Polo Ilha.

No começo fugia do comparecimento ao acompanhamento por temer ser apreendido lá mesmo. Por vezes, ao tentar comparecer, só de olhar para um agente de disciplina saía correndo! Depois de muito insistirmos, ele compareceu, mas ficou olhando de longe e ao primeiro sinal que considerou ter “perigo” já ia embora. Corremos atrás dele e conseguimos que voltasse e participasse do atendimento com sua avó, depois de apontar que o socioeducador não estava ali para prendê-lo, mas para contribuir com seu processo socioeducativo. Laçamos e enlaçamos, construímos um vínculo de confiança com ele e sua família, o que oportunizou um processo de amadurecimento e superação do luto que enfrentava.

Sua mãe, ainda jovem, tinha falecido a pouco tempo. Todos lidavam com esta perda. Trabalhamos este luto, este desamparo que viviam neste núcleo familiar. Eram dois irmãos de uma primeira união, já adolescentes, e mais um irmão da segunda união, ainda criança. Todos eram filhos de pais separados, e que não proviam pensão alimentícia, estavam recasados em novas uniões, com madrastas que não se davam com os enteados.

A avó era costureira de excelência, mas com a profissão desenvolveu dores na coluna que a impediam de trabalhar, e mal tinham recursos para se alimentar. Tinha uma pequena plantação em seu terreno, mas nem pão podia comer todo dia. Encaminhados para receber o apoio no que se referia à alimentação, no transcorrer

dos atendimentos, quando começamos a intervir para que as pensões fossem regularizadas, surgiram relatos de violência doméstica com a irmã de Luciano.

Maia et al.(2007) em seu artigo “Crianças impossíveis quem as quer?” assinalam que Winnicott compreende o desajustamento da criança, em suas relações, com um fracasso do ambiente, dentro do período de sua relativa dependência, que falha em dar conta de atender suas necessidades da criança. A este se soma o fracasso da família no lidar e superar o que resultou dessas carências. Complementando também há o fracasso da sociedade, ao ocupar o lugar da família. “É neste cenário de falhas sobre falhas que a criança se constitui: ou seja, como pode” (Maia et al., 2007, p.337).

A família de Luciano passava fome, não tinha inserção até aquele momento em nenhum serviço de apoio da assistência, não recebiam as pensões a que tinham direito, perderam a figura materna estando em processo de luto. A avó enfrentava problemas de saúde e existiam narrativas de violência doméstica, não só de abuso, mas também negligência e abandono por parte dos genitores paternos. Enfim, estavam lidando com todos esses fracassos e ainda conseguiam sobreviver.

O abuso, relatado pela adolescente, aconteceu com o pai dela e de Luciano, que foi chamado junto com os filhos, quando intervimos sobre o fato revelado pela menina, em um dos atendimentos familiares. A situação pôde ser trabalhada com o núcleo familiar e ser encaminhada a situação, com abordagem ao genitor, preservando a menina de sequelas mais danosas ou novos traumas. Era como um segredo na família que pôde ser revelado e desfeito uma trama perversa.

No trabalho de prover a pensão alimentícia de cada genitor, um deles, o pai de Luciano, concordou em prover a pensão sem precisarmos encaminhar para um processo judicial. Ele assinou o termo de concordância, encaminhamos para o tribunal para regularizar o desconto em folha, e tudo correu bem. O outro, apesar de componente de uma das forças armadas e conhecedor de regras e leis, se negou e chegou a ameaçar a advogada, que trabalhava voluntariamente no processo, e era diretora do Polo de LA na época. Foi necessário acionar a justiça para pagamento por determinação judicial.

Deste acompanhamento recordo que o adolescente havia sido inserido num curso de capacitação para se preparar para exercer atividades laborativas, algo como “cidadania e trabalho”, com oportunidades de estágio, diversas atividades formativas. Em uma dinâmica que realizaram com os adolescentes, quando

perguntaram em que investiria, para ter bom retorno financeiro, responde: “numa plantação de maconha”, queriam desligá-lo imediatamente do curso!

Conseguimos que tivesse a oportunidade de continuar o curso e a estagiar, argumentando acerca de seu universo e referências de suas vivências, e que não tinha intenção de desrespeitar ao grupo ou a lei, mas observava no seu meio a rentabilidade deste “negócio”, real apesar de ilícita. Quase que enfrentava uma nova grande perda, seria mais uma vez abandonado a sua própria sorte, na profissionalização, se não houvesse a aceitação pelo grupo do curso de formação, das argumentações feitas pela equipe de referência, que contextualizou sua fala dentro de sua realidade. Luciano empreendeu um processo de amadurecimento no cumprimento da MSE, mas há o reconhecimento de que sua participação no curso poderia ter sido mais trabalhada, como no exemplo da maconha.

Considerando o desenvolvimento psicológico, que pode e deve acontecer no processo socioeducativo, e que equivale a superação de uma condição aprisionadora e cristalizada, evidencia-se que, no surgimento de novos posicionamentos e/ou novos recursos, que possam favorecer o colocar em movimento a subjetividade, o processo não deve ser reprimido.

Poderia ter sido utilizado como tema para falar da cidadania, por exemplo, refletir com ele e outros adolescentes como usar suas habilidades e potencialidades, para poder pensar em outros negócios mais rentáveis que chuchu, por exemplo, e não ilegais como a maconha. A participação de Luciano poderia ter sido propiciadora de um conjunto de reflexões mediadas também pelo atendimento socioeducativo, assim como pelo órgão formador profissionalizante, responsável pelo curso acerca de cidadania e trabalho.

O adolescente pôde terminar o curso, mas infelizmente, por algumas horas de presença não confirmadas, não recebeu o certificado. E, mesmo ciente que não receberia o documento, nos retornou uma avaliação produtiva, consciente que teve a oportunidade na experiência proporcionada pelo curso, em viver situações de organização da equipe, de lidar com o público e com o cotidiano de um trabalho no estágio, que não havia pensado poder participar. Tinha compreendido que existem caminhos alternativos, diferentes de se envolver por atos infracionais, para seguir seu rumo. Ficou em seu registro de lembranças e memórias uma nova experiência, da organização de trabalho, de estar em equipe, de vivenciar espaços laborativos diferenciados do que conhecia. Próximo a sua liberação do

cumprimento da MSE, observamos que sua postura corporal modificou, sua autoestima apresentou mudanças no relato que nos fez ao receber sua progressão, concluindo sua Liberdade Assistida.

Durante todo seu acompanhamento, muitas histórias, vivenciadas por ele e sua família, puderam ser ressignificadas. Em relação a cada membro de seu núcleo familiar, sua avó pôde organizar melhor as condições de vida, financeira e emocionalmente. Sua irmã ficou bem melhor após as intervenções familiares, e o irmão menor, muito inteligente e participativo, apesar de ficar triste com a atuação do pai, negando sua pensão, compreendeu que era um direito que ele tinha e pôde expressar para a advogada sua posição de que fosse adiante. A preocupação com a avó idosa, a perda de sua mãe, e as dificuldades com o pai e a madrasta magoavam profundamente Luciano, e pelas intervenções feitas pôde refazer alguns espaços em branco, ou outros com muitas manchas, preencher lacunas, podendo redesenhar seu futuro, ao ter sido acolhido no cumprimento de sua medida.

Os profissionais que realizam acompanhamento de medidas socioeducativas lidam com uma multiplicidade de ações necessárias para dar suporte à família e ao adolescente e abrandar e/ou, com resiliência e determinação, contribuir na superação de dificuldades e impasses existentes, que possam estar relacionados tanto ao ambiente, às questões sociofamiliares, interpessoais, que os meninos e meninas carregam consigo quando chegam ao sistema, e então, conseguir oportunizar a estes uma via de expressão, que seja construtiva.

### **3.3. Memória subterrânea; memória-arquivo e lugares de memória; rastro e testemunho**

Outras contribuições produtivas de estudiosos acerca da história, narrativa e memória, são valiosas no sentido de poderem ampliar a dimensão das intervenções realizadas.

Michael Pollak (1989) aborda em seu artigo, “Memória, Esquecimento e Silêncio”, o desenvolvimento dos escritos de Maurice Halbwachs mostrando que este assinala, não somente a característica de seletividade em toda memória, mas também um processo de negociação entre memória coletiva e memórias individuais:

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (Pollak, 1989, p.3-4).

A abordagem construtivista aplicada à memória coletiva se debruça sobre os “processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (Pollak, 1989, p.4). Michael Pollak expõe que ao se voltar para a análise dos excluídos, a história oral destaca a memória subterrânea, que viabiliza a revelação de uma história diversa da dita ‘oficial’, por abranger vivências não reveladas por motivos diversos, principalmente de muito sofrimento e vivências traumáticas, e que ficam numa posição de resistência. Através do silêncio, que tem uma complexidade depositada em suas razões, as memórias coletivas são transmitidas entre gerações através da forma oral, permanecendo vivas, aguardando o possível momento de revelação. “Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” (Pollak, 1989, p.6).

Pontua o autor a existência zonas de sombra, silêncios, “não-ditos de lembranças de uns e de outros”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” não são paralisados, estando sempre em movimento, memórias transmitidas entre gerações, por muitos anos, de forma não perceptível pela sociedade.

Relato, procurando articular com as “zonas de sombra”, e a vivência de sofrimento presente na narrativa, um acompanhamento com uma temática complexa em torno da morte da genitora do adolescente Maurício. Filho de Andre e Ana, já falecida, o adolescente, vivia nas ruas, apesar de seu pai relatar boas condições de moradia.

O pai trabalhava como pedreiro e compareceu para atendimentos familiares com a equipe do Projeto Golfinhos, no IPS. O adolescente demonstrou muito revolta com sua presença e afirmava para a equipe que ele, o pai, havia assassinado a mãe a facadas, jogado seu corpo em um poço do terreno onde moravam, onde foi encontrada. Foi após o falecimento da mãe que Maurício saiu para as ruas, e desde então não via sua família. Ao encontrá-los na unidade não fez nenhum movimento de aproximação, nem com os três irmãos.

O pai apresentou um discurso pautado na religiosidade, diz ter abandonado a forma como vivia anteriormente, com atitudes violentas e uso abusivo de álcool, querendo que seu filho retornasse à casa da família, porém o adolescente se manteve reativo a qualquer movimento de afeto, chegando a pedir em um dos atendimentos para sair e voltar para o pátio. Conversamos com ele, que aceitou ficar, mas olhava de forma hostil para o pai, que dizia acreditar que seu filho ia retornar a viver com a família, pois crê em Deus e diz ser inocente da acusação do filho. Não conseguimos obter informações acerca de qualquer acusação ao pai ou de investigação da morte da mãe. Maurício também perdeu dois irmãos mais velhos depois da morte da mãe, assassinados, que estavam na “vida errada”. A família parece carregar muitos segredos, muitos não ditos, e esta realidade mobilizava o adolescente, que expressava toda sua angústia na hostilidade dirigida ao pai.

Maia et al. (2007) apontam o sentimento de abandono como constituinte da tendência antissocial, como se apresenta nos estudos de Winnicott. O enfrentamento da perda de sua mãe desorientou Maurício em seu percurso de vida, e de certa forma seus irmãos que apresentam certa inadequação e despreparo:

O abandono, não sofrido pela maioria das pessoas, constitui a base da tendência antissocial. A criança perde de vista o objeto e passa a buscá-lo no meio que a deixou só e triste. Exatamente porque sofre e se entristece, exatamente porque possui em si o ressentimento e uma justificada reclamação em relação ao meio que a insultou e quase é capaz de recordar-se desse insulto, que Winnicott afirmará que essa criança ainda possui em si uma esperança (Maia et al.,2007, p.336).

Os irmãos que compareceram, todos mais novos, muito apegados ao genitor, não falavam quase nada, se mostrando por momentos arredios e por outros rindo bastante, inclusive em momentos de abordagem a assuntos sérios. Maurício disse que preferia ficar internado a ter que voltar a morar com o pai, e, neste momento o pai relata já ter sido interno de uma das unidades quando adolescente, por não ter familiares, como abrigado, modalidade de internação que existia na época da FUNABEM. E, também nesse atendimento informou ao filho que sua companheira irá morar com eles, o que revoltou mais ainda o adolescente.

As histórias da família trazem esconderijos que vão se desvelando aos poucos, provocando mobilizações e mudanças, mas demandavam elaborações.

Procuramos trabalhar com os integrantes da família, para que Maurício retornasse ao convívio familiar e assinalamos a importância para o pai de esclarecer a questão que afastava o adolescente da família. Como o tempo de permanência na unidade foi curto, não foi possível caminhar mais a frente com este núcleo, apesar de trabalharmos em alta intensidade emocional as intervenções, mas começamos uma via de diálogo entre o pai e Maurício, e os irmãos, o que antes não acontecia.

Pollak aborda a existência de uma interação contínua “entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”. Tais constatações são aplicáveis a toda a forma de memória, seja a individual e coletiva, assim como a familiar, nacional e de pequenos grupos:

O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização (Pollak, 1989, p.9).

Memórias coletivas demandam, para melhor compreensão, uma análise de sua função. A memória que desenvolve uma determinada organização para reforçar sentimentos de pertencimento, e procura uma versão na qual a referência ao passado contribua com a coesão dos grupos e instituições, abarca duas funções da memória comum: fornecer um quadro de referências e de pontos de referência, podendo ser compreendida como uma memória que realiza um enquadramento, nomeada ‘memória enquadrada’ (Pollak, 1989, p.9).

Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (Pollak, 1989, p.12).

O autor sublinha, que neste movimento, na reconstrução de si mesmo, “o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.” E, para esta construção e prosseguimento em sua história, ressalta a dificuldade enfrentada por todos que tiveram sua vida marcada por vivências traumáticas e



fragmentadoras, e afirma que “mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida” (Pollak,1989, p.13-14).

Trabalhando com famílias escutamos muitas falas, onde a vida de cada um tem um universo de acontecimentos, que perpassam o conviver deste grupo. Apresento, a seguir, brevemente, a história de Claudio. A mãe de um adolescente em internação nos procura para conversar sobre suas preocupações a respeito do adolescente, seu filho, Claudio. Observou que ele tem apresentado modificações em seu comportamento e não sabe o que esperar quando sair da unidade. Assinala que o adolescente se sentiu desamparado com a saída do pai da casa da família, e que ela não sabe mais onde vive.

Este genitor fazia uso de drogas e eles têm uma filha que sofreu violência sexual aos 15 anos, depois que ele saiu de casa. Ela, a mãe, procurou o “poder local”, que castigou um de seus membros, responsável pelo estupro da adolescente. Seus filhos têm ficado na casa de uma tia e ela está morando com seu companheiro atual. Em atendimento familiar se evidenciou a mágoa dos filhos dessa mãe não estar com eles, e com o padrasto, com quem não se dão muito bem. Procuramos intervir sobre esta questão com a família e viabilizar uma nova organização, onde os filhos possam conviver mais proximamente com a mãe e o padrasto.

O padrasto João demonstrou afeto por seus enteados, apesar das dificuldades interacionais existentes. Trabalhamos o sistema familiar no sentido de poderem viabilizar a convivência respeitosa e afetiva, com as diferenças existentes, assim como compreenderem que podem se relacionar de forma mais próxima, sem competição de afeto da mãe por eles ou por João. Também realizamos intervenções focadas nas funções parentais com o casal, trabalhando a importância dos limites claros, a expressão da afetividade, a reorganização da família.

Como retorno do trabalho, após algumas sessões, a família assinalou ter percebido melhoria em suas interações. Relataram que de início alguns estavam resistentes a comparecer, e após o atendimento compreenderam melhor a importância do atendimento familiar. O adolescente e membros da sua família se conscientizaram da importância de lidar com mudanças e novas organizações, que podem e devem acontecer, mas não impedem a afetividade de circular na família.

Michael Pollak, em conferência proferida no Brasil, em 1987, “Memória e Identidade Social” (1992), trouxe contribuições importantes na relação entre estes dois conceitos. O autor iniciou sua abordagem evidenciando que os acontecimentos vividos pessoalmente são os elementos constitutivos da memória individual, e, seriam os acontecimentos que chama de “vividos por tabela”, que são os vividos pelo grupo, pela comunidade a qual a pessoa sente ter pertencimento, nem sempre vivenciados pela própria, mas sendo possível uma identificação deste passado por esse sentimento de pertencer ao grupo, podendo se falar de uma ‘memória herdada’. Pollak assinala que a memória é constituída por acontecimentos, pessoas, personagens, lugares, e é seletiva, e, conforme aponta Halbwachs, por sofrer flutuações do momento em que esta sendo articulada na sua organização dentro do ponto de vista individual assim como na preocupação da visão política, a memória pode ser compreendida como um fenômeno construído.

Assinala Pollak, ao considerar também a existência de uma ligação estreita entre memória e sentimento de identidade, que a imagem adquirida por uma pessoa em sua vida de si, que construiu e apresenta a todos, tem a direção de acreditar na sua própria representação, no sentido da forma de ser percebida encontrar aquela pela qual quer ser percebida pelos outros:

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si [...] Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (Pollak, 1992, 204).

Apresento o relato da história de um adolescente que se dizia “filho do capeta”: Humberto era um adolescente muito ativo, atento e participativo nos atendimentos. Quando iniciamos nossos atendimentos Humberto, depois de certo tempo, relata que descobriu no enterro de seu avô que era filho dele, e não neto. Esta “verdade” foi contada por sua avó, quando estava em frente ao caixão de seu avô, se despedindo de quem amava neste lugar de avô. Fica ciente, neste momento de dor, da perda que enfrentava, que era filho de uma relação incestuosa, entre seu avô materno e sua mãe.

Sua avó materna lhe disse ao vê-lo olhando para o avô: - “Este que está aí olhando era seu pai...”. Humberto conta, com muita emoção, que foi um choque ver ruir uma imagem que tinha de sua família, como se fosse perfeita: dois casais, sua mãe e aquele que acreditava ser seu pai e sua avó e aquele que acreditava ser seu avô, dois casais que amava e que ao observar, em tantos encontros se sentia acolhido. Uma família que se encontrava e parecia feliz, mas que agora para ele era uma farsa e ele era o “filho do capeta”, do demônio.

Humberto fez uma tatuagem de um tridente na parte interna de seu braço, marca e dor de sua história, que apontava todo o caminho que trilhou, para se destruir, quando não pôde superar a história, e certamente a forma de desamor e raiva em que foi para ele contada.

Procuramos resgatar sua família para trabalhar as questões e emoções conflitivas de Humberto, mas esta família não se apresentou, e o adolescente foi liberado. Ao sair do sistema, pouco tempo depois, Humberto enfrenta o último paradoxo de sua revolta, - pois também se culpava e se maltratava em função de sua história, sempre se colocando em riscos, procurando o perigo, mas queria viver e ser feliz, ao mesmo tempo que odiava e amava sua família: foi morto de forma violenta, queimado, como se castigado (ou se castigando) por ser um filho de uma relação que não podia acontecer, “filho do capeta”, “do demônio”, como se denominava, como se fora culpado do ato incestuoso de seu avô/pai com sua mãe, do qual, na verdade, não tinha nenhuma culpa. Carregava no peito a tristeza inocente e no braço a marca de ser filho de uma relação incestuosa, e, de ter percebido que nenhum daqueles que confiava contou para ele, ao menos de outra forma, e em momento adequado, o acontecido. Sentiu-se traído e indignado. Nos atendimentos, o adolescente estabeleceu um bom vínculo com a equipe, e pôde se sentir livre em sua mente, em alguns momentos, chegando a compor uma música com falas alegres, como para se autorizar a ser um adolescente com direito a ter momentos felizes.

Pensando na história de Humberto, observamos como desorganizou todo seu percurso de vida, após a revelação de sua avó, saindo de uma vida anterior, com certa organização familiar, social, estudantil, nas inter-relações pessoais, que vivenciava com afeto e carinho pela família, para uma vida desarvorada, sem limites, pelo horror que sentiu por sua história de gestação e pelas mentiras em torno dela, de como a família prosseguiu convivendo.

Apesar da importância da verdade nas interações familiares, as questões secretas, que ficam no oculto, verdades escondidas, existentes em alguns núcleos familiares, demandam um espaço construtivo para sua revelação. Podem provocar, ao serem segredos revelados, em narrativas abruptas, entre seus membros, resultados trágicos, principalmente considerando uma forma hostil pela qual são reveladas. Humberto parece ter procurado sua destruição, depois de saber sua história da forma que foi revelada. Sublinho a importância de intervenções familiares oportunizarem o trabalho emocional entre seus membros, com seus significados e possíveis traumas que possam estar relacionados, ampliando as chances de superação no lidar com tais revelações.

Uma história social da história seria a análise do trabalho de enquadramento da memória, que pode se dar em termos de investimento, e também ocorre o trabalho da própria memória em si, onde um movimento de organização se dá a cada vez que a memória se constitui, efetuando a partir desta constituição um trabalho de “manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade” (Pollak, 1992, p.206).

Pierre Nora (1993), outro estudioso nessa área, aponta uma contraposição entre memória e história, ressaltando que “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos” assinala seu caráter evolutivo, e dinâmico: “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” e sua vulnerabilidade ao uso e manipulações que de seu conteúdo podem ser feitas, sendo um fenômeno sempre atual. Sublinha Nora, que “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, uma representação do passado.

Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, cesura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico (Nora, 1993, p.9).

O autor apresenta uma mudança na relação do social com a memória e a história, apontando uma forma diversa da existente, onde a história sofre oscilações em relação a sua forma anterior de existir, acontecendo com a memória um deslocar-se para se tornar ‘referência de lugares’, e se torna pautada em arquivos, para se dar o registro, uma ‘memória arquivística’, que “se apoia inteiramente no que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais

concreto no registro, mais visível na imagem” (Nora, 1993, p.14). Sublinha Nora a obsessão que toma conta do contemporâneo: o arquivo, levando a uma metamorfose da memória em história, “não existe mais um homem-memória, mas um lugar de memória.” (Nora, 1993, p.18) e estes lugares tem significado em três sentidos: material, simbólico e funcional.

[...] a memória, com efeito, só conheceu duas formas de legitimidade: histórica ou literária. Elas foram, aliás, exercidas paralelamente, mas, até hoje, separadamente. A fronteira hoje desaparece e sobre a morte quase simultânea da história-memória e da história-ficção, nasce um tipo de história que deve seu prestígio e legitimidade à sua nova relação com o passado, um outro passado... O interesse pelos lugares onde se ancora, se condensa e se exprime o capital esgotado de nossa memória coletiva que ressalta dessa sensibilidade. História, profundidade de uma época arrancada de sua profundidade, romance verdadeiro de uma época sem romance verdadeiro. Memória, promovida ao centro da história: é o luto manifesto da literatura (Nora, 1993, p.28).

Gagnebin (2006) desenvolve seu livro “Lembrar Escrever Esquecer” em torno de conceitos tais como memória, narrativa, rastro, testemunho, entre outros, que estão no foco do interesse deste trabalho. Gagnebin contextualiza Walter Benjamin, em suas teses “Sobre o conceito de história”, escritas em 1940, apontando que o autor realiza uma crítica ao ideal da ciência histórica, que se pretende isenta de implicações no discurso científico, com pretensões de alcançar uma descrição exata do passado, quando sob tal aparência constrói-se na verdade uma história pautada em interesses de uma ideologia dominante. “Nós articulamos o passado, diz Benjamin, nós não o descrevemos...” (Gagnebin, 2006, p.40). Delineia-se uma história que na verdade atende a interesses precisos, dentro de uma lógica detentora de poder, que trabalha esta história de forma a garantir seu roteiro, dentro de uma expectativa de equilíbrio. Uma manipulação da história que se remetia, como exemplo trazido pela autora, aos fatos omitidos na época das atrocidades cometidas por Hitler e seus seguidores. Ainda hoje se encontram teses revisionistas, com a conseqüente estratégia de abolir provas aniquilatórias, denegação da violência cometida, anulação da história verdadeira e inviabilização de combater a repetição deste horror.

Algumas histórias de nossos adolescentes enfrentam um apagamento pelo horror que nelas existem, histórias atravessadas pelo sentimento de impossibilidade da narrativa, vivenciado por comunidades ou famílias diante de

certas atrocidades. Gagnebin sublinha, em suas reflexões, que tais histórias precisam ser contadas para não se repetirem:

[...] o historiador atual se vê confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados [...] . Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que nos deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro (Gagnebin, 2006, p.47).

Remeto aqui a um relato parcial de uma história, entre outras, que ainda hoje nos impacta. Fernando era um rapaz negro, de classe pobre, não tinha feições bonitas, sua autoestima era baixa. Era um dos filhos de uma prole numerosa, uma genitora pouco orientada, com muitas limitações emocionais. O pai era falecido. Sofria numerosas discriminações e era sempre visto como infrator.

Contudo, o adolescente não desistia de seus objetivos, com uma determinação que merecia elogios. Estudou com esmero e chegou ao ensino médio, apesar de lidar com dificuldades para se matricular. Enfrentou algumas dificuldades em matérias e nos pediu ajuda e enfim concluiu o ensino médio. O rapaz se inscreveu para concurso em órgão municipal e foi aprovado. Estava muito feliz, já trabalhando e ia receber seu primeiro salário. Contou que faria uma festa para comemorar este marco. Neste período, teve uma desavença com um vizinho comerciante, que o ameaçou de morte. Apesar de ter sido orientada a afastar Fernando e a procurar proteção, a família insistiu que ele voltasse para casa. Fernando apareceu morto, sem ninguém saber como aconteceu. Comunidade silenciosa, e segundo a família, o crime nem foi investigado. Afinal o adolescente era infrator. São incontáveis esses horrores silenciosos, perdas de vidas tão jovens. Waiselfisz (2015) assinala que, em 1998, quando foi divulgado o primeiro dos Mapas da Violência, foi destacada, sobre os dados existentes na época, uma evidência não muito diferente da atualidade:

[...] mais um de nossos esquecimentos. Jovens só aparecem na consciência e na cena pública quando a crônica jornalística os tira do esquecimento para nos mostrar um delinquente, ou infrator, ou criminoso; seu envolvimento com o tráfico de drogas e armas, as brigas das torcidas organizadas ou nos bailes da periferia. Do esquecimento e da omissão passa-se, de forma fácil, à condenação, e daí medeia só um pequeno passo para a repressão e punição (Waiselfisz, 1998).

O conceito de rastro abordado por Gagnebin tem o interesse de trabalhar o liame entre rastro e memória: “o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (2006, p.44), e, articula o conceito de rastro com o conceito de memória, assinalando a existência em ambos da tensão entre presença e ausência, assinalando a questão de sua fragilidade, assim como da memória e da escrita, o que levanta a questão para o historiador, do enfrentamento do esquecimento e da denegação do que não se pode perder na história.

Gagnebin (2006) sublinha uma missão política de comprometimento, que é a luta contra o esquecimento dos acontecimentos que devem ser impedidos de nova ocorrência pela sua monstruosidade evidente. Ao analisar o mundo na atualidade, transpondo para os dias de hoje, considerando inclusive o advento das normativas em torno dos Direitos Humanos, este desafio está posto: “A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente.”

Mais um pouco de tantas histórias, todas importantes e assinalando uma demanda enorme de atuação das políticas públicas e mais intervenção pelos Direitos Humanos:

Antonio era um adolescente muito alegre, chegava para o acompanhamento sempre disponível para nossos diálogos, veio demonstrando muita consciência das possibilidades de mudanças em sua vida e em seu desenvolvimento. Sua família foi participativa todo o tempo.

No transcorrer deste acompanhamento, onde foram feitos os encaminhamentos necessários para o alcance do objetivo de uma medida socioeducativa, Antonio estava com a indicação pela equipe de progressão de MSE, quando é atropelado e quase morre. Perdeu vários dentes, sendo encaminhado para restauração, com indenização, o que o fez acreditar um pouco mais na justiça social para pessoas carentes como ele.

Após terminar este tratamento, nem acreditou! Estava novamente se sentindo bem, podendo voltar a sorrir, mas trouxe o fato que enfrentava ameaças de morte, e não as temia, apesar de ser orientado inúmeras vezes, assim como sua família, de que deveria se proteger, sair do local, não transitar por onde era arriscado, onde tinha presença de facções contrárias à sua região de moradia. Porém, não atendendo às orientações, depois de já liberado do cumprimento de

MSE, recebemos a notícia que, no caminho para visitar a namorada, foi assassinado, quando passava em sua bicicleta. Apagaram sua alegria, tiraram sua vida, grande tristeza... Não tivemos notícia de ter sido desvendado este crime ou punidos os criminosos.

Assim como ele, muitos adolescentes têm sua vida subtraída de forma violenta. Principalmente quando acompanhava a medida de Liberdade Assistida, enfrentei inúmeras perdas, pois os adolescentes já podiam circular livremente na cidade, “curtir a liberdade”, mas também tinham de lidar com os perigos e ameaças existentes “na pista”, como falam.

Podemos pensar quais seriam as violações de direitos? São muitas, mas citarei aqui apenas algumas enfrentadas nas comunidades pobres, de onde vem o maior número de adolescentes que ingressam no sistema, tais como a prática das “milícias”<sup>18</sup> e sua existência não reconhecida. Em raras exceções a justiça alcançou os envolvidos, acusados, por exemplo, de assassinato e de controlar suas vidas, em regiões de condições precárias de subsistência. Ao menos ao que parece absolutamente nada acontece acerca das perdas de vida, principalmente de adolescentes e mais ainda se for egresso ou evadido do sistema. Citamos também, brevemente, o confronto entre as chamadas ‘facções’<sup>19</sup>, (grupos, ‘comandos’ compostos por membros envolvidos com o crime) exercendo poder absoluto sobre o direito de viver e morrer dentro de comunidades (e fora dela também, como em presídios e unidades socioeducativas). Pouco ou nada se fala ou se faz acerca disto, efetivamente para uma desconstrução de tudo que envolve e ameaça aos cidadãos de inúmeras regiões em diversos estados do país. O “poder do tráfico”, pessoas envolvidas com o tráfico de drogas com poderes sobre os moradores da região, de vida ou morte, de atos diversos cometidos por ordem de sua força, inclusive armada, tais como invasão de casas, abuso de moradores(as), e outros, e da capacidade de cometimento de atrocidades com o corpo humano, como

---

<sup>18</sup> Sentido popular que adquiriu o termo ‘milícia’ no Rio de Janeiro: grupo de pessoas que se autodenominam ‘guardiões da comunidade’, e cometem atos que dizem ser justiceiros, de controle da região. Algumas fontes associam a origem desta denominação como advinda do sentido do vocabulário que tem o significado de grupos militares ou paramilitares, compostos por cidadãos comuns, armados ou com poder de polícia. (disponível em [www.dicionarioinformal.com.br](http://www.dicionarioinformal.com.br))

<sup>19</sup> As facções criminosas são organizações compostas por pessoas envolvidas com a criminalidade, onde os diferentes comandos se contrapõem entre si, de forma violenta, definindo territórios e áreas de atuação e vivência.



exemplo para os outros, principalmente contra aqueles que consideram ‘traidores’, que chamam de ‘X9’<sup>20</sup>.

A falta de aparato e suporte pelos setores públicos nas ações e intervenções na área da saúde, educação, segurança, e tantas outras, são violações de direitos, que também ficam evidenciadas, a todo o momento, diante de notícias transmitidas pelos órgãos de comunicação, todos os dias, falando de assassinatos de jovens, sumiço de pessoas, falta de recursos em diversos setores, assim como por todas essas histórias que acompanhamos, que ficam sem soluções ou providências.

Ao escutar as falas e narrativas de tantas famílias e adolescentes, que além de todos os enfrentamentos referentes à sua história, como se organiza o sistema familiar, os conflitos existentes, o lidar com perdas significativas, a existência de segredos a serem revelados, ou se revelados de forma inadequada, vivência de traumas, dificuldades de lidar com as relações afetivas, múltiplas vulnerabilidades, e por vezes a existência de violência doméstica, constata-se também estas narrativas em torno do que enfrentam na realidade de seu cotidiano.

Recordo-me da história de uma família na qual os avôs de Fábio estavam criando os netos, pois os pais faleceram. O pai teve uma morte violenta, em acidente trágico de trabalho, em embarcação marítima, e nunca conseguiram receber seus direitos de trabalhador, tendo morrido em exercício laboral. Os avôs se sentiam enfraquecidos, para lidar com os netos e suas dificuldades, pela fragilidade de suas idades e condições físicas.

Para Fábio, a história do pai era mal resolvida, sentia-se injustiçado, faltando algo que foi tirado dele, e nem o que tinha de direito foi ressarcido. Procuramos trabalhar o sistema familiar, com os avós, um irmão, e a existência de conflitos internos no cotidiano da família, a dificuldade de lidar com limites, uso de drogas pelo adolescente, avó com saúde agravada com uma doença que requeria uma medicação específica, custo financeiro alto, entre inúmeras questões que surgiam.

Em relação ao medicamento, encaminhamos a avó para a defensoria pública. Depois de enfrentar adversidades, obteve a garantia de seu direito ao remédio que precisava. Temeroso por sua saúde, Fábio, demonstrava muito afeto

---

<sup>20</sup> Expressão que significa delator, dedo duro, informante.

por ela. O adolescente era usuário de drogas, mas conseguiu parar durante um tempo. Enquanto cumpria sua medida, fez o curso técnico de mecânica de automóveis, acompanhado por nós e pela equipe do centro profissionalizante, saindo-se bem, apesar de alguns tropeços.

Depois de um tempo já liberado, não conseguia inserção no mercado de trabalho, e demonstrava muita angústia com isto. Seus avós, depois de um período, entram em contato, e relatam que voltou ao uso de drogas, abriu um surto psicótico, ficando desorientado e perdido na comunidade. Orientamos e solicitamos que a família o inserisse em atendimento na rede de saúde mental, realizamos encaminhamentos, solicitamos seu comparecimento na unidade, informamos o novo endereço, pois o local de trabalho da equipe havia mudado.

Chegou a vir uma vez, atendendo ao nosso convite. Mas não foi onde estávamos, esteve na antiga sede do Polo e não nos localizou. Procurávamos fazer contato com ele por telefone, e encaminhamos um informe, para o Juizado, em caráter de urgência, solicitando inserção em tratamento de saúde mental.

A avó relatava que ele perambulava pela comunidade, e foi “avisado” que não podia andar a noite, mas como estava em surto mental, segundo sua informação, saía mesmo com a proibição local. Procuramos trazê-lo para um curso profissionalizante e inserção em atividades e encaminhamento para tratamento, porém não conseguimos. Depois de certo tempo em liberdade, soubemos, através dos avós, que Fábio fôra assassinado, e que eles foram proibidos de procurar o corpo. A família suspeitava que havia sido jogado ao mar, com pedras para afundar. Vieram conversar conosco, relataram todo o ocorrido e a tristeza que enfrentavam. Procuramos acolher o casal de idosos, em seu luto e desespero, por mais uma perda na família. Posteriormente nos informaram que decidiram ir à delegacia, pedir ajuda, para ter o direito de ao menos enterrar seu neto.

Triste destino, também trágico, corpo no mar como seu pai, mais uma morte sem justiça.

Muito temos a trabalhar para o bom encaminhamento de todas as questões, somando a abordagem psicoterapêutica propriamente dita, buscando tecer redes no meio social para que os adolescentes e famílias tenham acesso a seus direitos, e para que possam bem cumprir seus deveres de cidadãos. Os socioeducadores, incluindo na prática socioeducativa os profissionais da Psicologia, Pedagogia e

outros, realizam suas ações no sentido dos encaminhamentos das questões trazidas, mesmo de cada demanda de intervenção que, por muitas vezes, vai, de certa forma, além da proposição direta da socioeducação, abarcando, na verdade, demandas que alcançam ações sócio-político-econômico-jurídicas mais amplas, dentro da e pela sociedade.

Ainda há o enfrentamento da população com as dificuldades para obter respostas a demandas pelas representações de poderes e setores públicos, se vendo sem autonomia para movimentar ações, no sentido de ir ao enfrentamento de violações de direitos sofridas. Muitas vezes, por descrédito, por acreditar que não tem como se colocar e alcançar mudanças efetivas em seu território, por medo de retaliações, o cidadão se fecha em silêncio, escutando ou vendo em seu espaço cotidiano atos absurdos e errados, não tendo como dar conta de proteção e prevenção, para si e para sua família.

Cada membro de uma comunidade tem sua história, individual, coletiva e comunitária, cada adolescente e família têm suas singularidades e pertencimento a seu meio, e demandam reconhecimento de sua força, de suas potencialidades, de seus direitos e lugar enquanto cidadãos, devendo também alcançar a consciência da importância da implicação de suas ações em mudanças necessárias para o bem estar de suas vidas.

Gusmão & Souza (2010) assinalam a importância da singularidade dos indivíduos sublinhando “a importância da experiência singular e a presença única de cada pessoa”, e penso que se deve levar em consideração a narrativa de suas histórias e a capacidade de criação de novas formas de estar no mundo, articulada com as escolhas feitas a partir de suas histórias: “O nascimento inaugura uma história possível. O que vem a seguir é a ação dos homens no mundo. O homem como artífice da materialidade e da cultura, expressão de sua existência única e singular até o dia do juízo final” (Gusmão & Souza, 2010, p.288).

Diante destas reflexões, visualizo a necessidade de articular os conceitos estudados, tal como o conhecimento acerca da construção de memórias coletivas destas famílias, a memória individual, a memória subterrânea que resiste a tantas injustiças e busca meios de sobrevivência, a história e a ‘verdadeira história’ que precisa ser conhecida. Como lidar com tudo isto da forma mais produtiva possível, enquanto profissional da Psicologia, desvelando falas que ocultam riscos e situações? Como contribuir com verdadeiras transformações?

Gusmão & Souza (2010) apontam uma colocação de Arendt que assinala a capacidade dos homens de trazer, de produzir mudanças no mundo, através de suas ações: “a ação dos homens no mundo é um ato político que se renova a cada dia, e as escolhas que realizam na vida prática são os modos como dela participam, pelo simples fato de existirem, na construção do futuro.

As autoras assinalam o risco constante que envolve o viver e a importância de confiar, citando Arendt que diz:

[...]a palavra é também uma forma de ação. Eis então o primeiro risco. O segundo é o seguinte: nós começamos alguma coisa, jogamos nossas redes em uma trama de relações, e nunca sabemos qual será o resultado ... Isso vale para qualquer ação, e é simplesmente por isso que a ação se concretiza - ela escapa às previsões. É um risco. E agora acrescentaria que esse risco só é possível se confiarmos nos homens, isto é, se lhe dermos nossa confiança - isto é o mais difícil de entender - no que há de mais humano no homem; de outro modo seria impossível (Arendt, 1993, p. 143 *apud* Gusmão & Souza, 2010 p.289).

O conceito de testemunha apresentado por Gagnebin (2006) traz uma breve exposição do que muito se tem a fazer e desenvolver no processo de escuta/intervenção junto aos adolescentes e suas famílias:

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (Gagnebin, 2006, p.57)

Remeto a seguir, para uma breve ilustração, a uma história que, em certa ocasião, diria que fomos testemunhas uns dos outros: Um dia em audiência, acompanhando William, um adolescente de comarca fora do Rio de Janeiro, observo o Juiz, que durante a audiência frisava para o adolescente, pela proximidade da época do ano, que ele iria passar o Natal no Padre (se referindo ao Instituto Padre Severino). Falava de forma a assinalar que seria como um castigo para o adolescente e o defensor nada falava.

Enquanto ainda estavam em trâmite as leituras dos documentos, e o relatório do adolescente no qual a equipe se posicionou favorável a sua liberação, o juiz ainda não havia concluído sua determinação judicial, apesar de ficar falando para o adolescente diversas vezes que passaria o Natal na instituição, falava inclusive

seu nome muitas vezes, parecia que o conhecia bastante, pois tinha diversas passagens e já havia estado em diversas audiências.

De certa forma deu a impressão de que o Juiz parecia estar se divertindo com a angústia do adolescente ao escutar que retornaria ao IPS, com uma audiência tão perto do Natal, que para ele era a grande chance de voltar a sua casa. E, como não houve movimento da defesa, assinalei diretamente para o defensor que o adolescente tinha direito ao “Habeas Corpus”<sup>21</sup> pois já estavam passados mais de quarenta e cinco dias na internação provisória<sup>22</sup>. O instrumento era muito raramente utilizado nas audiências, apesar de ser um direito do adolescente.

O defensor então colocou a questão em pauta na audiência, solicitando o Habeas Corpus para o adolescente, o que daria direito a ele de ir direto para casa, e passar o Natal com sua família! O juiz ficou muito aborrecido com o defensor e começou a falar de desavenças entre eles em outras ocasiões, discutiram e se exaltaram. Eu e o adolescente permanecemos em silêncio, testemunhando toda uma cena descabida, os dois nervosos falando de suas diferenças em situações que nada tinham a ver com aquela audiência...

Enfim, todos sabiam de seu direito, e ao final o adolescente recebeu a liberação e foi entregue à sua família, muito feliz de poder passar o Natal com eles. No período de sua internação provisória, sua família participou do Projeto Golfinhos, em algumas de suas modalidades. Seu núcleo familiar apontava para um investimento no futuro do adolescente, precisando lidar com os conflitos internos, retomada de limites e exercício da função parental, mas não cabendo o afastamento, com o adolescente com indicação de progressão, numa data tão importante para estarem juntos.

Fomos testemunhas de uma briga entre poderes, ou poderosos, não muito comum de presenciarmos, que podemos observar o quanto pode interferir na avaliação jurídica de socioeducandos, assunto não divulgado ou abordado em geral, com múltiplas questões implícitas, às quais não me debruçarei aqui.

Entre muitas histórias de vida que acompanhamos, para finalizar esta parte, relato a de Leandro, um adolescente muito simpático, criativo, que pertencia a

---

<sup>21</sup> Medida que visa proteger o direito de ir e vir. É concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=H&id=155>

<sup>22</sup> Art. 108. “A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.” (BRASIL, 1990).

uma família numerosa. Ele ingressou no sistema por diversas vezes, em internação provisória e em privação de liberdade. Seus pais aderiram ao projeto e apresentaram diversos conflitos vivenciados no sistema familiar. Com a família de Leandro tivemos a oportunidade de trabalhar com diversos recursos da terapia sistêmica construtivista, no Projeto Golfinhos.

Leandro ficava nas ruas, gostava de usar maconha, pois o relaxava, e por esta via ficava se envolvendo com o tráfico e com pequenos furtos de sistemas de sons em automóveis. Adorava música. Leandro sonhava em ser DJ e MC. Sua primeira entrada, de muitas, foi aos 15 anos, parou de estudar na quarta série e sua capacidade de aprendizado e seus conhecimentos apresentavam uma inteligência acima da média, observada em suas participações nos grupos de reflexão e outras atividades na unidade.

O MC Leandro fugia quando queria, ninguém sabia como! Nem certo gestor que parecia conseguir controlar mais a unidade, podia evitá-lo: o menino o deixava estupefato! Sempre conseguia encontrar brechas no sistema de segurança e sumia. Mas depois de um tempo voltava, reapreendido por algum novo ato infracional ou por mandado de busca! Leandro havia fugido mais uma vez, poucos dias antes de um incêndio.

Este incêndio foi provocado por dois adolescentes, dentro de um alojamento na unidade, ao colocarem fogo num colchão, não calcularam o que ia acontecer. O fogo atingiu os outros colchões rapidamente, antes de poderem abrir a porta do alojamento e foi um horror! Para grande tristeza, adolescentes morreram e outros ficaram com partes do corpo queimadas.

Em nova entrada foi perguntado a ele se sabia de algo sobre o assunto. Disse muito assustado, ter escutado “coisas” a respeito do que ia acontecer, mas que tinha medo, por isso nada falou, mas entendia que devia ter conversado conosco, apesar de tudo. Não imaginava o tamanho da tragédia que ocorreria, perto do Natal, queria estar com sua família, imaginou que seria uma grande confusão, mas não que haveria mortos e feridos, não era a primeira vez que faziam isto.

Contou em certo atendimento, depois de já estar bem vinculado ao nosso trabalho, ter sofrido agressões físicas, dentro da unidade, em suas internações, mas só relatou isto muito tempo depois do acontecido, o que dificultou os encaminhamentos necessários para apuração e responsabilização dos culpados. Observamos que o medo o impedia de falar tudo que sabia, tanto da parte dos

adolescentes como dos funcionários, e como era um adolescente que interagiu na unidade, em diversos setores, observava os fatos, mas temia revelar e ser prejudicado.

Seu pai e sua mãe moravam juntos, com os 6 filhos, Leandro ficava nas ruas, fugia de casa, dormia perto de um canal, em bairro nobre do Rio de Janeiro e por vezes dormia na Rocinha, na casa de um colega. Seus pais relatam condições razoáveis de moradia, pai trabalhava como técnico de refrigeração junto com a mãe do adolescente. Sua mãe demonstrava muita afetividade, mas evidenciou dificuldades para lidar com o parceiro, que não registrou os filhos por suspeitar que alguns poderiam não ser dele e por querer ser sempre um “homem jovem” – o pai de um adolescente não seria tão jovem assim...

Leandro era um dos filhos com quem tinha uma relação forte e afetiva, mas permeada por certa rejeição. Leandro já trabalhou com eles, mas atualmente é músico, cantor de RAP, MC, como nos explicou, sua profissão de vocação. No primeiro atendimento familiar, o pai não compareceu, e a mãe trouxe quatro filhos, menos os gêmeos que são os mais novos.

Os filhos pareciam ver o pai de uma forma próxima a vista pela mãe. Falaram que era “doidinho pelo carro” e não compareceu porque seu carro estava com problema, e de ônibus não vinha ao IPS. Neste encontro evidenciaram-se as relações de afeto entre os membros da família, todos se abraçando no momento em que Leandro chegou à sala, e eles se viram. Um deles, Ciro, que enfrentava rejeição pelo pai, que duvidava desta paternidade, por ser o menino mais claro de pele, cabelo louro e com olhos claros, ficou mais emocionado, e correu para fora, sem querer ver o irmão preso. A mãe diz que eles são muito parecidos e temia que ele entrasse no sistema também: “- tenha o mesmo destino que Leandro”.

Mãe se sentia ofendida, pela dúvida do companheiro e pela forma que tratava Ciro, mas não conseguia dialogar esta questão com ele. O encontro foi muito dinâmico, e no seguinte, Afonso, o genitor, compareceu e trouxe os gêmeos também. Todos muito participativos e afetivos, mas se evidenciou que o genitor controlava as falas da família, não permitindo a liberdade no conteúdo, parecendo que havia algo que queria ocultar, como uso de drogas, ou outra ação ilegal.

O casal já vivia junto há muitos anos, mas não legalizaram sua união, pois Afonso tem um casamento anterior, e não regularizou a separação. Em relação aos filhos, não registrou nenhum ainda. No atendimento familiar desenvolvemos uma

intervenção no sentido de contribuir com a circulação de afeto na família. Assinalamos a importância deste registro de paternidade e encaminhamos o casal para o órgão de referência.

Afonso buscava demonstrar simpatia, e se comportava como se fosse um “garotão”. Clara, muito afetiva e alegre, quando junto com o companheiro ficava mais reservada, procurando não tocar nos pontos de conflito. Trabalhamos com eles as questões que surgiam e iam aos poucos sendo expostas.

Observamos que demonstravam ter segredos familiares, que atrapalhavam suas interações familiares e o desenvolvimento dos filhos, e a própria relação conjugal. Trabalhamos com diversas técnicas terapêuticas e foi um trabalho produtivo com este núcleo familiar, que prosseguia quando Leandro tinha nova entrada no sistema, por evasões e/ou novo cometimento de ato infracional.

Em seu próximo retorno, o adolescente se reconheceu mais amadurecido, mais responsável e disposto a residir com seus pais, que mudaram de casa. Afirmando não cometer mais furtos, conta que foi apreendido por estar fumando maconha, e ter evadido da internação anterior, em outra unidade, antes de sua progressão. Relata que evadiu por estar apanhando muito de outro adolescente, naquela unidade, e não estar conseguindo se defender.

Na continuidade do acompanhamento à família de Leandro, esta cresceu, sua irmã teve um bebe, Leandro e seus irmãos se tornaram tios. Trabalhamos a relação entre Leandro e Afonso, pois o adolescente quando se desentendia com o pai saía de casa, no impulso. Assinalamos a existência de outras alternativas, diferentes dessas que usa, para lidar com seus conflitos. Leandro revelou que a mesma coisa que acontecia com Ciro também acontecia com ele, ao mesmo tempo superproteção da mãe, rejeição do pai, conflitos intrafamiliares. Foi possível aprofundar o trabalho com ele, pois estava se colocando mais, pensando em sua história.

Foram prescritas para a família algumas tarefas, como registro dos filhos pelo pai, espaço para o casal mais preservado, exercício parental de limites coerentes e claros, propiciadores de circulação de afeto com maior reconhecimento do pertencimento familiar.

Entre entradas e saídas, meses depois, novamente encontramos Leandro e sua família, o encontro deles foi de muita emoção, não se viam há alguns meses. O avô materno faleceu, o que abalou a família, foi repentino e inesperado, a ponto



de um dos irmãos de Clara, detento, não conseguir comparecer, apesar da família ter tentado sua liberação, ser um direito do preso, e no dia seguinte, receberia a liberdade, não foi autorizada sua saída da unidade prisional, para estar no enterro de seu pai. Leandro ficou muito sentido com a morte do avô, chorou muito, e também soube que seu pai encontrava-se hospitalizado, por ter sido acometido por bactérias, advindas de seu uso anterior de drogas, estando limpo há seis meses. Ficou muito abalado e preocupado. Segredos se revelando.

Conta Clara que o sobrinho de Leandro foi raptado pelo genitor, e que junto à filha estavam tentando na justiça seu retorno a família, estavam encontrando dificuldades para resolução desta questão, apesar de já ter sido a guarda materna estabelecida em juízo.

Em atendimento seguinte, com os pais, em dia de visita, Afonso compareceu junto com Clara, e Leandro reafirmou suas decisões de voltar para casa da família e voltar a trabalhar com o pai, reforçando seu compromisso com estas metas. Clara relatou que Afonso também se compromissou a realizar os registros dos sete filhos, regularizar sua separação/divórcio do primeiro casamento e oficializar o casamento deles, de 18 anos. Passos importantes dados pela família, em direção a uma nova organização.

Na semana seguinte, Clara informou que Afonso foi novamente internado, no sábado mesmo, após a visita, mas que está melhorando aos poucos. Leandro se emocionou e se preocupou com o pai, e voltou a se compromissar em retornar a casa, trabalhar com o pai, e sair das ruas. Afirmou também que não abandonará a música, que continuará a apresentar o RAP, porque gosta muito de cantar e compor, já tendo feito demonstrações para a equipe da unidade, que gostou muito de suas composições e interpretação como cantor.

Clara, mãe de Leandro demonstrava empenho no trabalho de refrigeração, apreciou que Leandro irá trabalhar com eles e relatou que fará sua matrícula no curso de alfabetização, em Igreja que frequenta, retomando os estudos. Esta atitude foi extremamente positiva para o sistema familiar apontando para novas direções de seus membros.

Na semana seguinte, em audiência, sem evasão, Leandro recebeu a determinação de liberdade, recebeu progressão de medida, com entrega ao responsável. Momento de emoção para toda a família e para a equipe que o acompanhou durante dois anos, entre algumas entradas e evasões! Saiu em

liberdade, de forma oficial!! Fizemos a entrega aos pais, na própria unidade, onde compareceram, Afonso já melhor e trabalhando, e Clara bem mais magra, mas bem de saúde.

Agendamos um atendimento para encerramento com os pais na semana seguinte, para reforçar o trabalho com o casal e a função parental. Dois meses depois Leandro retornou, conseguiu ficar um mês em casa e depois de brigar com o pai saiu de casa novamente, nem lembra o motivo da briga e reconhece que estava com vontade de voltar para as ruas, havia até pensado em voltar para casa depois de um tempo, mas ficou nas ruas e foi novamente apreendido furtando acessórios de um carro no bairro de sua preferência.

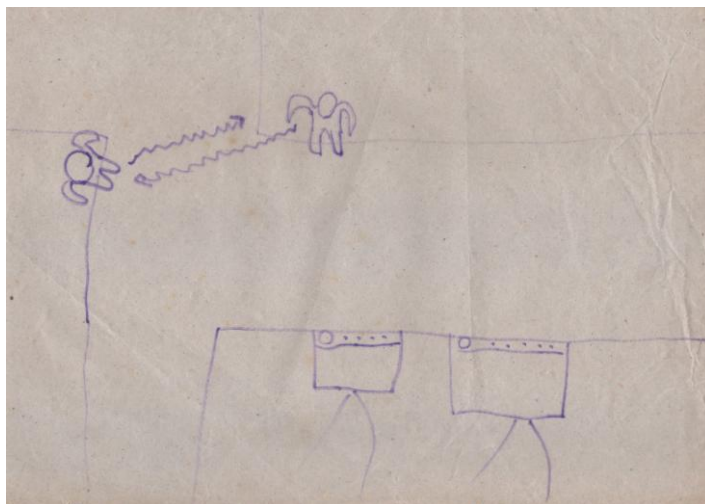


Figura 6 - Desenho de Leandro no relato do desentendimento com o pai

Leandro, depois de trabalharmos com ele sobre suas escolhas, diz que compreende o que falamos, mas que não conseguia conectar com seu sentimento. Leandro diz nessa ocasião que está achando seus pais envelhecidos, que seu pai perdeu clientes e ele tinha uma clientela grande na outra casa onde residiam antes e era muito reconhecido.

Reafirmou desejo de mudanças, sendo provocado e desafiado pelas terapeutas se realmente vai ser firme desta vez. Realizamos uma dinâmica com desenho da casa, e observamos uma grande fusão entre os membros da família, um emaranhamento emocional que dificultava o desenvolvimento de seus membros (figura abaixo) e uma falta de privacidade, para o exercício da sexualidade do casal, e para o cotidiano dos filhos. Sendo Leandro o mais velho, o sair de casa parece assinalar a busca de um espaço mais seu, de certa forma mais

organizado, em seu nível interno, mais livre e sem participar tão proximamente da vida íntima dos pais.

Leandro tentava se diferenciar, mas enfrentava dificuldades, e sua produção gráfica mostrou esta relação com a mistura do sistema familiar. Leandro tentou dormir em espaço separado, quando a família foi orientada para o casal ter seu espaço, e os filhos terem outro, pois Leandro também estava crescendo e seria bom que a família se organizasse melhor. Então, quando ele voltou para casa, falaram para ele dormir em um quarto sozinho e toda a família foi dormir junta na sala! Leandro ficou três dias no quarto, e no quarto dia passa a dormir na sala com todos, onde o emaranhamento continuava, mesmo sem ele, e o quarto fica vazio... Mudanças são processuais, vão se dando aos poucos...

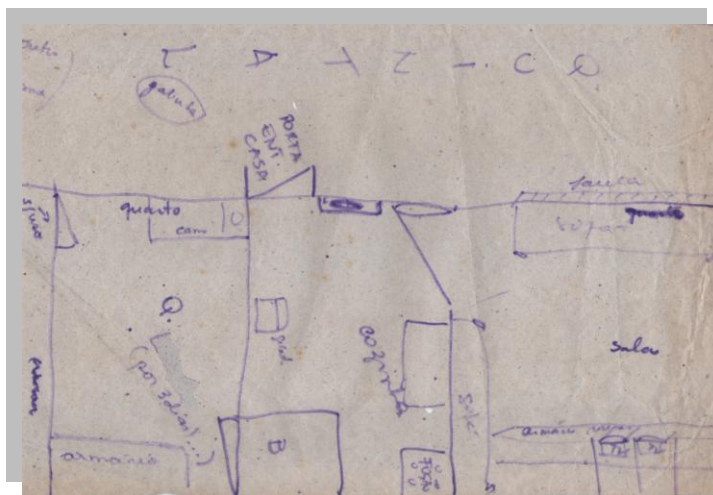


Figura 7 – Organização espacial da casa de Leandro

Prosseguimos trabalhando Leandro, sua matriz familiar e o investimento em sua diferenciação familiar, com preservação dos laços afetivos. No trabalho de finalização o adolescente fez um desenho representando o presente e outro projetando seu futuro (figuras abaixo):

## O PRESENTE

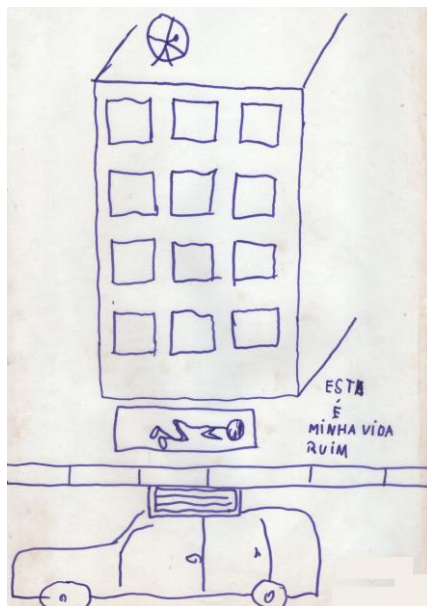


Figura 8 – O passado e presente

## O FUTURO

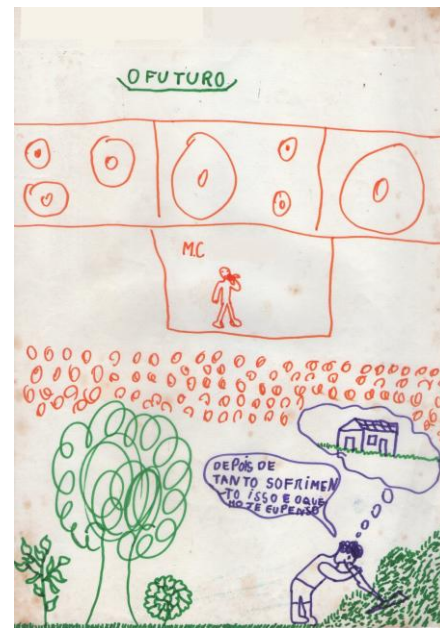


Figura 9 – O futuro

Trabalhamos muito com seu núcleo familiar as funções paternas, as lembranças e significados familiares, e alcançamos com o pai uma postura mais responsável com ele, e o reconhecimento e registro da paternidade de seus filhos não registrados.

Finalmente, Leandro cumpriu sua medida integralmente, recebendo Liberdade Assistida, foi entregue ao responsável e não mais retornou. Algum tempo depois, nos visitou, no IPS, para contar que estava bem, construindo sua vida familiar e que podíamos contar com ele, agradeceu nosso acompanhamento com ele e com a família, relatou estar trabalhando e estar bem com a vida e com a família. Interessante observar que, depois de sua saída, não registramos a entrada de nenhum de seus irmãos. O sistema familiar parece ter se organizado de forma mais saudável.

A escuta as falas de adolescentes e familiares promoveram uma abertura para uma construção que deve ser coletiva, onde poderão se articular as histórias de família, as vivências comunitárias, a história que não é revelada ter lugar nas narrativas. A singularidade de cada adolescente e seu/ua parceiro/a, amadurecendo numa vivência integralizada de suas experiências, onde o exercício da sexualidade também faz parte, incluindo a emoção, o afeto, não deve ser ignorado, pois constitui relação de referencia sociofamiliar. Os conceitos apresentados sobre

memória se entrelaçam também no trabalho no sistema socioeducativo, o desconstruir estigmas e a revelação de histórias e segredos contribuem com o trabalhar os conteúdos que atravessam o desenvolvimento de adolescentes.

O conceito de memória subterrânea, respeitando suas múltiplas dimensões, mas articulando com as histórias vividas e não narradas, daqueles que se sentem vencidos de antemão, tem uma importância no trabalho socioeducativo, no sentido de implicar uma escuta diferenciada às histórias de vida, as narrativas trazidas pelos adolescentes e suas famílias, em seu enfrentamento cotidiano de violações de seus direitos enquanto cidadãos. Abrangendo também aqui, o que se refere à ausência de políticas públicas eficazes, que apesar de um caminho produtivo estar sendo percorrido, muito ainda falta para alcançar o posto em nossa Constituição (1988).

A história não é um lugar vazio e homogêneo, definido para todo o sempre em um passado que se foi, mas, ao contrário, um espaço de revelações surpreendentes, lugar de transformação das reminiscências em palavras e imagens. A história é o lugar de conciliação do passado com o presente, apontando perspectivas de futuro. Entrar na morada da memória significa tomar consciência do modo como cada vida singular é parte de uma história maior. A história de uma comunidade não se esgota nunca. Cria sempre um novo começo a partir do encontro dos relatos entre as gerações. As origens são múltiplas, e a verdadeira imagem do passado perpassa veloz. Fixar é o grande desafio. Capturar as imagens do passado no momento em que são reconhecidas coletivamente. Esse momento é o do encontro do narrador com a escuta daquele que acolhe com sabedoria as histórias lembradas, preciosidades que devem permanecer reverberando sentidos na grande temporalidade. Humanizar a experiência humana é lembrar e contar as múltiplas versões que a vida pode e deve ter (Gusmão & Souza, 2010, p.297).

A memória individual e familiar dos adolescentes, revelando tantas emoções, vivências, afetos e desafetos pode ser correlacionada com a dimensão do quanto uma memória institucional carrega também, muitas histórias e acontecimentos. Em tempos difíceis, na busca de transformações para o paradigma socioeducativo, no confronto com uma lógica ainda repressora e discriminatória, a socioeducação está entrelaçada com essas histórias singulares e também percorre os corredores da instituição a cada dia, nos avanços e retrocessos do sistema em seu cotidiano. Lá estão os operadores do sistema, que trazem uma bagagem pessoal, perpassada pelo sociocultural e lidam com um cotidiano que funciona em alta intensidade emocional, alguns com proposições socioeducativas, outros na busca de um lugar de trabalho e subsistência, outros na busca de um campo de atuação, são co-construtores da organização e realização dessa missão

com os adolescentes, e lidam com muitos acontecimentos como relatado anteriormente, demandando também uma fagulha revolucionária para a construção de linhas de agenciamento criativo.

Apresentamos, a seguir, as normativas em torno do direito à visita íntima no sistema socioeducativo, que oportunizam uma grande e importante mudança para os adolescentes e familiares em todo o país, com a garantia da implantação deste direito. Prossigo, concluindo o relato acerca da trajetória institucional, abordando a articulação com as propostas de ações no sistema socioeducativo, a inserção nos GT's relativos à visita íntima, ao programa de saúde e sexualidade, e abordamos os conceitos relacionados como adolescência e sexualidade.

## **Família, afeto e sexualidade : Visita íntima, direito a ser assegurado**

Atualmente trabalho na Assessoria de Sistematização Institucional, após ter exercido a chefia da Divisão de Psicologia por seis anos. Este setor foi escolhido em função de ser um espaço possível de investimento em ações desenvolvidas e apoio para implantação de ações socioeducativas, tais como o Projeto Golfinhos, o Programa Visita Afetiva, assim como acompanhamento de pesquisas que possam contribuir com a socioeducação e investimento em recursos lúdicos no atendimento psicológico, como, por exemplo, junto ao Projeto Lego<sup>23</sup> (ver Apêndice A), e/ou em outros que sejam produtivos.

O processo de implantação da visita íntima no sistema socioeducativo de restrição e privação de liberdade no Rio de Janeiro, o que evoca a efetividade de um direito ainda não implantado e ainda sem uma previsão oficial para tal implantação, abarca questões em torno do universo da adolescência em conflito com a lei, acerca da melhor forma de implantação desse direito, dentro do sistema, o lidar com a sexualidade e desenvolvimento dos adolescentes, superar as discriminações dentro do próprio sistema, acerca do exercício da sexualidade, no período de internação, entre outras questões, e efetivamente tornar fato a garantia desse direito.

### **4.1. Normativas em torno do direito à visita íntima**

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal de 18 de julho de 1990, que trata do ordenamento jurídico para as pessoas menores de dezoito anos, referendou a doutrina da proteção integral, de acordo com o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Este artigo contribuiu para a superação da doutrina de situação irregular, advinda do Código de Menores, de

---

<sup>23</sup> Realizado no SSE do RJ, em unidade feminina de internação: Projeto Educação além dos muros com elaboração de vídeos educativos preparados para apresentações em escolas; e, Robótica Educativa: oficinas de criação e montagem de mecanismos mecânicos e eletrônicos, com a utilização de kits LEGO®. (<http://aprenderfazendo.org.br/home/escolas-parceiras-da-zoom-sao-classificadas-como-finalistas-do-premio-microsoft-educadores-inovadores/>)

1927, pelo qual os “menores carentes” e “delinquentes” eram encaminhados à Justiça para internação em instituições do estado – indistintamente, como se sua situação socioeconômica fosse indicativa de irregularidades de seu comportamento. O Estatuto traz a possibilidade de superação de práticas punitivas, assistencialistas e opressoras para um paradigma socioeducativo também com a adolescência em conflito com a lei, ao garantir o tratamento protetivo àquelas pessoas em desenvolvimento, na construção de um aparato para dar subsídios ao amadurecer, ao exercício de sua cidadania e participação social.

Para iniciar, apresentamos uma breve introdução à consideração aos direitos sexuais e reprodutivos, que são direitos humanos, e reconhecidos por leis nacionais e internacionais. Os direitos reprodutivos incorporam o direito de cada pessoa decidir se deseja ter filhos ou não, quantos, e o momento de tê-los. Os direitos sexuais são relativos a viver a sexualidade de forma livre, independente de seu estado civil, sexo, idade ou condição física e vivê-los sem violência, sem imposições, em uma relação respeitosa com o próprio corpo e o corpo do parceiro. Tais direitos abrangem viver essa dimensão da vida sem medo, sem discriminações, com direito de escolha de seu parceiro, de expressão livre de sua orientação sexual, de escolher se deseja ter a relação sexual ou não, independente da reprodução, direito ao sexo seguro, aos serviços de saúde, com reserva de sua privacidade, direito a orientação e educação sexual e reprodutiva (Brasil, 2006b).

Na Lei nº 12.594/2012, conhecida como lei do SINASE, que instaura princípios reguladores para o sistema socioeducativo, a visita íntima é garantida como um direito do adolescente em privação de liberdade. A garantia deste direito tem o objetivo de viabilizar o exercício da sexualidade e a vivência de um encontro entre parceiros, com aspectos não somente voltados ao atendimento de demandas na área sexual, mas também aos aspectos afetivos que integram a relação humana. A oportunidade do encontro do/a adolescente com sua/seu parceira/o inclui a perspectiva da convivência familiar, o estar com alguém de referência afetiva na construção de laços de família e a interrelação com um representante de seu meio de convivência social e comunitária.

A visita íntima provoca reflexões acerca de outras especificidades em torno da história de vida destes adolescentes, tal como o enfrentamento de violências, vulnerabilidades e desigualdades sociais. Isto remete aos operadores socioeducativos, mas também a toda a sociedade, não permitindo a reprodução de



discriminações ou o impedimento do exercício de seus direitos. As crianças, assim como os adolescentes, estão expostas à violência, discriminação, racismo, machismo e outras intolerâncias. Nas situações de ameaças e violações, a renda (e classe social) é um fator importante, mas não o único. “As questões de raça/etnia, gênero e deficiência, por exemplo, são recortes que demonstram situações críticas de iniquidade”, que podem ser ultrapassadas através de abordagens específicas e também com uma educação na qual a diversidade é valorizada. Muitas iniquidades históricas e persistentes esperam por ações específicas que não raro residem “na mudança de postura daqueles agentes que são, justamente, os responsáveis pela promoção, pela defesa e pelo controle social dos direitos da criança e do adolescente” (UNICEF, 2003, p.10-11).

Encontra-se em movimento uma nova produção de conhecimentos e práticas que podem contribuir para transformações positivas no âmbito socioeducativo. Para avançar na perspectiva garantista, deverão estar presentes ações produtivas na implantação da visita, articulada com outras práticas institucionais, tais como a construção do programa de saúde e sexualidade – que integrará o processo de desenvolvimento vivenciado pelo adolescente durante a internação – e que inclua a escuta aos implicados neste processo.

Explanamos inicialmente acerca da construção jurídica que embasou a garantia deste direito e assinalo, em sequência, uma proposta de sua implantação a partir da organização interna do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Para viabilizar de forma saudável e orientada esta prática, procurando integrar com os aspectos afetivos do encontro entre parceiros e a partir da lógica da convivência familiar, embasada no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC (Brasil, 2006c), apresentamos os conceitos relativos à adolescência e à sexualidade utilizados.

O início do chamado “sistema global de proteção aos Direitos Humanos” se dá a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), onde os sujeitos destes direitos incluem todos os seres humanos, independente de raça, cor, sexo, nacionalidade, origem social ou outra condição. A Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), entre os documentos de referência na direção garantista, apresenta os direitos da criança como sujeito de direito, mas não aborda especificamente a situação dos adolescentes em privação de liberdade.

A Convenção Internacional de Direitos da Criança, de 1989, é considerado o principal instrumento de proteção integral dos direitos humanos para todas as crianças. A Convenção preocupa-se com a questão da violência e exploração sexual e, no Artigo 37, trata das condições da privação de liberdade, mas não trata especificamente da questão em foco.

As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, chamadas de Regras de Beijing, de 1985, apresentam princípios gerais que se referem a uma política construtiva e preventiva para lidar com o cometimento de atos infracionais por adolescentes, visando sua proteção social. As Regras foram construídas de maneira que sistemas jurídicos diferentes possam fazer uso delas e determinando formas mínimas a serem consideradas, investindo na possibilidade de evitar a passagem institucional e principalmente visando o seu bem-estar e as oportunidades para seu desenvolvimento.

Estas Regras se referem, entre outras determinações, à imprescindibilidade da realização de um estudo atencioso sobre cada caso, antes da decisão judicial, sobre o meio de convivência e circunstâncias de vida do adolescente, sobre as condições existentes no momento em que foi cometido o ato infracional, todas as variáveis em torno de sua história e o trabalho feito na instituição para subsidiar a decisão da autoridade. Aborda também a necessidade da capacitação especial dos funcionários que trabalham nas instituições de internação e ressalta a importância do respeito aos direitos humanos destes e preservação de sua integridade física e mental.

O direito à visita íntima aqui referida está apoiado em declarações, normativas, diretrizes e regulamentos nacionais e internacionais que apontam para a sexualidade e a vivência de afetividade da criança e do adolescente vinculadas aos direitos humanos fundamentais. Nas normativas encontram-se aspectos importantes na construção de princípios norteadores da ação proposta. Por exemplo, a elaboração e organização do Sistema Único de Saúde (Brasil, 1990b), com a garantia plena do direito à saúde, tais como, universalização do acesso, equidade e igualdade no atendimento, integralidade nas ações, participação social e descentralização. Tais princípios também provocam o poder público ao investimento no sistema de garantia de direitos (SGD), que articula os direitos individuais e coletivos para aqueles em situação de vulnerabilidade social, para a superação de um quadro de comprometimento de anos de políticas públicas

ineficazes ou insuficientes, operando na lógica do menorismo (Zamora & Pereira, 2013). Piovesan (2010), em torno desta prioridade, assinala que:

O processo de afirmação dos direitos humanos tem sido marcado pela invisibilidade dos direitos das crianças e adolescentes. Foi apenas no final da década de 80 que se passou a romper com esta invisibilidade, a partir da concepção de crianças e adolescentes como verdadeiros sujeitos de direito, em peculiar condição de desenvolvimento [...] (Piovesan, 2010, p.16).

O investimento no sentido do paradigma da proteção integral, prática da socioeducação, demanda que esta lógica menorista que ainda perpassa a sociedade, apesar dos avanços nas últimas décadas, seja desconstruída, para que políticas públicas efetivas voltadas à infância e juventude tenham espaço produtivo na sociedade, compreendendo que é um campo de garantias que demanda mobilização e conscientização do coletivo para sua afirmação.

Nos anos 90, as políticas vigentes internacionais, diretrizes e leis, assinalam uma conexão entre direitos humanos e direitos sexuais e reprodutivos e o Brasil ratifica tal posição. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990a), um dos primeiros frutos da Convenção, surge como resultante de um trabalho coletivo, rompendo com paradigmas e apontando para a prioridade absoluta do lidar com os adolescentes e crianças como sujeito de direitos. Ainda nesta década, é construído um documento fundamental na garantia dos direitos sexuais é a Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento – CIPD, a “Conferência do Cairo”, de 1994. Em seu capítulo VII apresenta a definição de direitos reprodutivos, dentro de uma proposição de garantia às crianças e adolescentes do pleno exercício de sua sexualidade (Ungaretti, 2010, p.112-113).

Na gama de diretrizes e documentos voltados à proteção integral, a Resolução nº 119/2006, do CONANDA, projeto de lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Brasil, 2006a), foi um documento construído coletivamente para alinhar, a nível municipal, estadual e nacional, as ações voltadas aos adolescentes e seus familiares no âmbito de medidas determinadas juridicamente. Promulga-se, a partir deste projeto, a Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes que cometeram atos infracionais, seis anos após o SINASE (2006) ter apontado diversos eixos a serem revistos e

trabalhados em melhorias, tais como: construções arquitetônicas adequadas; atenção e respeito a singularidades e especificidades que possam existir; parâmetros para o atendimento técnico, como a constituição de equipe mínima interdisciplinar; a composição de documentos para o judiciário – a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) e o relatório do adolescente, enriquecido com a prática interdisciplinar e realização de estudo de caso; a composição de um fórum nacional no qual os gestores de todos os estados se encontram periodicamente para abordarem as ações desenvolvidas, contribuindo com outros gestores e repensando o próprio sistema; o espaço de avaliação de políticas públicas existentes e necessárias para atender a demanda da socioeducação e sua missão; entre outros, assinalados neste documento.

Na mesma direção, a partir da Resolução 113/2006 do CONANDA, a ideia de um sistema de garantia de direitos foi consolidada. Sua formação se pauta na integração e articulação entre diversos órgãos, entidades, programas e serviços destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias. Apesar do desenvolvimento de ações na formulação de políticas, programas, projetos, entre outros, a ausência de investimentos com a devida prioridade na área da infância e juventude ainda é um problema a ser enfrentado:

Todavia, se é verdade que o Estado brasileiro tem apresentado políticas, planos, programas e projetos relativos à garantia dos direitos da criança e do adolescente, no que se refere à sua execução, o compromisso com a prioridade à criança e ao adolescente não tem merecido nem a precedência no atendimento nos serviços públicos nem a execução das políticas sociais públicas, nem a destinação privilegiada de recursos (Ungaretti, 2010, p.104).

Na consideração à inclusão de políticas públicas direcionadas a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes em privação de liberdade, destacam-se aquelas acerca da igualdade de gênero, do respeito à diversidade sexual (Brasil, 2012b). Contudo, as dificuldades e obstáculos são muitos e vários deles se situam no “campo da gestão”.

No panorama da restituição de direitos aos(às) adolescentes privados(as) de liberdade, o direito à visita íntima, nas diretrizes do SINASE, compõe um investimento na formação de pessoas saudáveis e responsáveis e contribui com o fortalecimento do protagonismo juvenil, para o/a adolescente superar opressões relacionadas ao exercício de sua sexualidade, na expressão de sua demanda de

contato afetivo e sexual com sua/seu parceira/o. Oliveira, Felix-Silva e Nascimento (2014, p. 237), em pesquisa realizada em unidade de privação de liberdade no sistema socioeducativo do Rio Grande do Norte, assinalam que “outra questão peculiar ao eixo afetividade diz respeito às visitas de familiares, namoradas e amigos [...]. Esse é um momento de rever pessoas queridas, conversar sentirem-se valorizados [...]”, e apontam, na fala dos adolescentes, a importância da dimensão do afeto:

As práticas discursivas dos adolescentes, marcadas por lembranças dos relacionamentos afetivos e envolvimento em namoros, rolos, ficadas, expressam as necessidades de exercício da sexualidade. Este fato é evidenciado quando comentam sobre as mulheres com quem se envolvem, e discutem sobre a importância dos relacionamentos para obtenção e preservação da saúde. (Nascimento, 2014, p. 237).

A regulamentação da visita está ligada à articulação com outros direitos, tais como o direito à saúde, à educação e ao lazer. Os recursos necessários devem ser viabilizados na rede intersetorial, com garantia de acesso às ações e serviços de forma integralizada, às ações contínuas de educação na área da saúde, como a orientação sexual e reprodutiva, o planejamento familiar, entre outras.

Entre objetivos a serem alcançados, a efetivação deste direito está correlacionada com um investimento preconizado pelo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC (Brasil, 2006c), referente ao reconhecimento e garantias para (re)construção de vínculos familiares e afetivos, assim como oportunizar um amadurecimento em torno do compromisso com o exercício da maternidade/paternidade responsável e, na missão socioeducativa, o preparo para o retorno ao exercício de sua cidadania quando em liberdade.

A legislação brasileira traz um avanço significativo nesta área ao normatizar a visita íntima, definida na Lei nº 12.594/2012, de 18 de janeiro de 2012, Cap. 6, Das Visitas a Adolescente em Cumprimento de Medida de Internação, Artigo 68: “É assegurado ao adolescente casado ou que viva, comprovadamente, em união estável o direito à visita íntima”. Na permissão para visita íntima deverá ser considerado também atenção à alteração promovida pela lei nº 12.015 de 2009, com a constatação de violência, quando se tratar de ato sexual com menor de 14 anos, definido o tipo penal “estupro de vulnerável”, com a inclusão do Art. 217-A, Código Penal, “Ter conjunção carnal ou praticar ato libidinoso com menor de quatorze anos – Pena: reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos”.

Lessa, Lopes & Silva (2015) apontam a abordagem inovadora da lei nº 12594/12, no que se refere à sexualidade de adolescentes, pois o enfoque da legislação existente abrangia as violações e a violência sofrida, mas não abarcava o direito ao exercício da sexualidade:

Paralelo ao entendimento dos direitos democráticos a sexualidade como direito garantidor da liberdade de expressão, de práticas e de identidades vinculadas à sexualidade, a igualdade e o respeito à dignidade, tem-se o surgimento do direito ao exercício da visita íntima pelos adolescentes em conflito com a lei como dever estatal nascido com o advento da Lei 12.594/12. Tal lei vem integrar o leque legislativo pátrio de proteção integral dos direitos das crianças e dos adolescentes. Inovadora, porém, frente aos seus pares, pois única a abordar o tema sexualidade, distante do âmbito do abuso contra crianças e adolescentes. Todas normativas legais nacionais de proteção, ao tratar do assunto sexualidade juvenil, tem unicamente por escopo a salvaguarda dos vulneráveis contra abusos sexuais (Lessa et al., p.4).

Também existem posições contrárias a este direito, tal como sustenta Morais (2014), por exemplo. Ele encontra ressonância em muitas representações da sociedade, críticas a esta possibilidade. Morais assinala as inovações trazidas pelo SINASE (2012), entre elas a visita íntima:

Se o Estado deve proteger o adolescente e assegurar seus direitos em face de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, como justificar a legalização daquilo que vai de encontro ao que o ECA assegura? [...] Ainda que o mesmo afirme conviver em união estável, é inaceitável a ideia de que um adolescente tenha discernimento suficiente para optar por constituir uma família. Neste sentido, cabe aos pais, responsáveis legais detentores do poder familiar, o dever de coibir tais possibilidades [...] Não se pode admitir que sob a tutela do poder estatal, um adolescente tenha sua dignidade sexual abalada, pois esta é garantida e protegida constitucionalmente.

A visita íntima na medida de internação não pode ser permitida, em face da afronta direta ao princípio da proteção integral. É dever do Estado e da sociedade buscar as devidas providências para que esse benefício tenha fim. [...] Agora, cabe à comunidade entender que seus filhos são vulneráveis a influência dos que lhes rodeiam, pois ainda estão desenvolvendo sua maturidade. A sociedade deve perceber a prejudicialidade da visita íntima na medida de internação e apoiar a proposta de reforma legal que revoga esse direito, considerado por muitos, muito mais lesivo que benéfico (Morais, 2014, p.1-4).

Falar de sexualidade do adolescente em privação de liberdade é falar de uma vivência transversalizada por direitos humanos – direitos da infância e adolescência, da saúde sexual, da reprodução. Apontar as normativas em torno da questão abrange múltiplas áreas disciplinares; podem-se encontrar, advindos de diversos setores, contribuições que levaram a uma legislação sobre a questão.

Contudo, Piovesan sublinha, na apresentação do livro “Criança e Adolescente, direitos, sexualidade e reprodução” (2010), que:

[...] o efetivo exercício dos direitos sexuais e reprodutivos demanda políticas públicas, que assegurem a saúde sexual e reprodutiva. Nesta ótica, essencial é o direito ao acesso a informações, a meios e recursos seguros, disponíveis e acessíveis. Essencial também é o direito ao mais elevado padrão de saúde reprodutiva e sexual, tendo em vista a saúde não como mera ausência de enfermidades e doenças, mas como a capacidade de desfrutar de uma vida sexual segura e satisfatória e de reproduzir-se ou não, quando e segundo a frequência almejada. Inclui-se ainda o direito ao acesso ao progresso científico e o direito à educação sexual. Portanto, clama-se aqui pela interferência do Estado, no sentido de que implemente políticas públicas garantidoras do direito a saúde sexual e reprodutiva (Piovesan, 2010, p.17).

Dentro desta perspectiva, do exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, proporcionando a saúde sexual e reprodutiva aos/às adolescentes e suas/seus parceiras/os, o GT interno organizado para elaborar a proposta do Programa de Saúde e Sexualidade, desenvolveu ações voltadas a orientações e conscientizações nesta área, assim como abrangendo conteúdos acerca de organização e convivência familiar e comunitária, aos quais introduziremos alguns aspectos a seguir.

#### **4.2. Programa de Saúde e Sexualidade: alguns elementos para a sua construção**

O Programa de Saúde e Sexualidade, proposição advinda do Grupo de Trabalho Visita Íntima do DEGASE (grupo interdisciplinar que desenvolveu a proposta para sua implantação no sistema socioeducativo), foi construído por um GT interno, com a participação de um grupo de profissionais que desenvolveu as propostas deste programa para que ofereça aos adolescentes, seus familiares e aos servidores, orientações e encaminhamentos necessários para o exercício saudável da sexualidade dos adolescentes em situação de privação de liberdade.

Este programa tem como proposta incluir ações sistemáticas, na área da saúde, atendendo também a Portaria nº 1.082/2014 (PNAISARI), que define novas diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória e prima por ações de prevenção e promoção focadas na integralidade da saúde de adolescentes, incluindo a área sexual e reprodutiva e a prevenção de doenças

sexualmente transmissíveis, através de medidas protetivas, entre outras, como a distribuição de preservativos, vacinação, acompanhamento do pré-natal e a ao serviço para o parto das adolescentes gestantes, assim como o direito à amamentação no período de aleitamento materno, enquanto estiver a mãe adolescente em regime de privação de liberdade.

Serão realizadas atividades, com equipes interdisciplinares, que incluirão grupos de reflexão, de orientação, palestras, oficinas, desenvolvimento de ações intersetoriais, articulação contínua com a rede de atendimento (SGD). Os adolescentes candidatos à visita deverão participar do “Programa Visita Afetiva” – que inclui uma comissão interdisciplinar de avaliação para autorização das visitas e o Programa de Saúde e Sexualidade, que traz ações de orientação, aconselhamento e planejamento sobre sexualidade e afetividade.

Serão trabalhadas temáticas em torno da função parental, ser pai/ser mãe, responsabilidades, direitos e deveres, planejamento familiar, valores e crenças, cuidados necessários com o próprio corpo e do/a parceiro/a, como lidar com a sexualidade, questões relativas ao gênero, superação de discriminações étnicas entre outras. O desenvolvimento individual de cada parceiro/a, na construção de seu projeto de vida, o momento da interação inicial, do enamoramento, da relação se tornando mais compromissada e a decisão de formar um vínculo afetivo com responsabilidade, o respeito mútuo, são pontos a serem fortalecidos considerando que:

Os estudos da infância vêm mostrando a construção de uma nova infância. Sujeitos sociais ativos, com autonomia e criatividade, liberados do adultocentrismo, senhores de si mesmo, de sua história, modificando seu campo de viver, construindo uma nova cultura infantil e infantojuvenil, sujeitos de experimentação, de intencionalidade, de produção de saberes, valores, conhecimentos. [...] O fio que articula os textos é como o corpo-infância é vivenciado na diversidade de sujeitos situados em contextos históricos marcados pelas desigualdades sociais (de classe) e diversidades de espaços, de relações sociais, étnicas, raciais, de geração, de gênero (Arroyo & Silva, 2012, p.9).

A fala dos adolescentes, seus familiares e da equipe atuante podem conter analisadores dos pontos que precisam ser superados no funcionamento institucional. Segundo o referencial teórico da Análise Institucional, é essencial a compreensão do que se conhece por analisador, no caso, em torno da temática tratada. Barembliitt (2002, p.63) aponta que “um analisador não é apenas um fenômeno cuja função específica é exprimir, manifestar, declarar, evidenciar,



denunciar. Ele mesmo contém os elementos para compreender a si mesmo, ou seja, para começar o processo de seu próprio esclarecimento”. Lourau (2004, p.132) complementa e evidencia a importância de sua análise para compreensão das relações que se dão no campo: “[analísadores] são acontecimentos ou fenômenos reveladores e ao mesmo tempo catalisadores; produtos de uma situação que agem sobre ela”. A compreensão e contextualização dos analisadores pode viabilizar um retorno produtivo ao campo, através do reconhecimento de demandas, que se apresentam como necessárias.

Como exemplo, para ilustrar, algumas falas serão citadas abaixo, algumas mais críticas, que escutamos em encontros, reuniões, grupos, palestras, acerca do direito da VI ser implantada no sistema:

De uma mãe: - Por mim tudo bem! Mas, eu não vou permitir minha filha receber ninguém, pois é uma menina, se fosse homem tudo bem...

De um pai: - Fico preocupado com quem poderá vir na visita, às vezes tem envolvimento com coisas erradas lá fora...

De um funcionário: - O que?! Visita íntima? A gente vai ficar fazendo o que? Tomando conta na hora em que estiverem transando?

Outro funcionário: - Adolescente vai ter visita íntima? Só faltava essa!

De adolescente do sexo masculino: - Vou pedir autorização para minha reserva vir, porque a titular não quero que entre aqui não!

De outro adolescente: - Mas todos poderão receber, até mesmo homem com homem? Ah, não! Isso não!

De uma adolescente – Ah, meu Deus! Que coisa boa! Vai deixar a gente mais calma!!

Outra adolescente: - Eu aqui estou homossexual porque não tem como ficar com homem, mas se eu puder ter a visita do meu parceiro vai ser legal!

Muitas falas apontam a necessidade de se trabalhar questões específicas em torno da sexualidade, seja com adolescentes, familiares ou funcionários, acerca de preconceitos, repressões, falta de entendimento da importância do vínculo afetivo, a nível individual e familiar, para fortalecer superação de conflitos, amadurecimento para novas escolhas, necessidade do trabalho com os funcionários do sistema, na direção de superar as resistências e as dificuldades existentes em torno do tema e das ações, que serão desenvolvidas quando o

Programa Visita Afetiva for implantado, entre diversos apontamentos que poderão ser mais trabalhados em outra oportunidade.

As ações de formação para os servidores na área de saúde e sexualidade é também parte da proposta do programa, e estarão incluídas na programação e serão desenvolvidas na Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire, com as diretrizes e temáticas dentro dos objetivos do programa, assim como poderão ser feitas capacitações pela rede externa de saúde.

Pautado em estudos feitos acerca da privação familiar e as instituições de privação de liberdade, que assinalam que a privação do ambiente familiar e social traz prejuízos para aqueles submetidos a ela, o SINASE (Brasil, 2006a, p.51), sublinha a importância da realização de mudanças necessárias no sistema socioeducativo em relação ao isolamento e afastamento do convívio familiar e comunitário. Na direção de preservar estes vínculos, de vital importância no desenvolvimento psicossocial, define como uma das diretrizes a participação ativa da família e da comunidade, inclusive na política socioeducativa, garantindo para adolescentes em internação o direito às visitas familiares e íntimas (SINASE, 2012).

É importante assinalar o que Mattar (2008) apontou em seu artigo “Exercício da sexualidade por adolescentes em ambientes de privação de liberdade” acerca da já implantada visita íntima em alguns estados do Nordeste, bem antes da legislação definir como um direito a nível nacional, e o ponto de vista sobre esta visita pelos próprios adolescentes e as possibilidades de contribuição:

A participação dos jovens na elaboração de políticas públicas que os têm como público-alvo faz com que ela seja mais adequada e, portanto, apresente resultados mais eficazes. Isto porque os problemas serão tratados a partir da própria interpretação de quem os vive. Ao valorizar a sua participação, o formulador da política pública está dando espaço ao protagonismo juvenil, como determina no plano internacional a Convenção sobre os Direitos da Criança e no plano doméstico o Estatuto da Criança e do Adolescente (Mattar, 2008, p. 86).

Complementando o acima exposto, dentre os objetivos específicos do Programa de Saúde e Sexualidade, cito resumidamente, alguns a seguir: a promoção de ações focadas no exercício saudável da sexualidade e prevenção da saúde física e mental; a orientação acerca de direitos e deveres relacionados à visita afetiva e a rotina nas unidades socioeducativas; a realização de debates e

reflexões sobre adolescência, sexualidade, paternidade/maternidade, autonomia, responsabilidade e afetividade, entre outros, em forma de oficinas; as transformações fisiológicas da adolescência e outros assuntos relacionados à sexualidade; orientações acerca de doenças sexualmente transmissíveis e sobre gravidez na adolescência, sobre os métodos contraceptivos; abertura de espaço para diálogos com os socioeducadores e adolescentes para abordar os desafios encontrados na realização da visita íntima; a capacitação de profissionais no cuidado e na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, respeitando as diferenças de gêneros e os diversos arranjos familiares; incentivo às ações específicas junto à rede neste eixo de saúde sexual e reprodutiva; investimento na intersetorialidade dos serviços, programas e ações de prevenção e promoção em saúde; articulação com as unidades básicas de saúde e/ou com as estratégias de saúde da família; fortalecimento de ações da PNASAIRI do eixo de saúde e sexualidade no DEGASE (RJ, DEGASE, 2015).

O trabalho a ser desenvolvido pelo Programa de Saúde e Sexualidade considera as diretrizes do Ministério da Saúde, e sublinha também a responsabilidade a ser compartilhada por diversos setores e instâncias na sociedade, articuladas com políticas públicas da infância e juventude que devem estar envolvidas. É importante a articulação e realização de parcerias com a rede de apoio, e que esta considere as peculiaridades, vulnerabilidades e necessidades de adolescentes. As propostas devem estar intersetorialmente conectadas, entre representações da saúde, educação e lazer, com foco na socioeducação, sendo imprescindível a adesão dos múltiplos setores internos dos sistemas socioeducativos, saúde, educação, com a participação de professores agentes, profissionais de todas as áreas, técnicos, todos que tenham relação com os objetivos do programa e o alcance de bons resultados.

A seguir, apresentamos como se desenvolveu o grupo de trabalho voltado a construção da proposta da implantação da visita íntima no Rio de Janeiro, articulado com a proposta de alinhar tal ação tanto a nível interno, como junto a outras representações e instituições interligadas com o sistema socioeducativo.

#### **4.3. O Grupo de Trabalho: construção interdisciplinar, interinstitucional e intersetorial**

Iniciaremos abordando o processo da construção do Grupo de Trabalho para implantação da visita íntima. A direção geral considerou a participação interdisciplinar e interinstitucional de profissionais neste grupo como importante para esta construção. Em 2012, foram iniciados os encontros do GT Visita Íntima, oficialmente instituído “Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de regulamentação do art. 68 da Lei nº 12.594 (SINASE), que assegura ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação o direito à visita íntima”, com a presença dos participantes que saíram nomeados na Portaria 129, de 06 de julho de 2012, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, publicado em 11 de julho de 2012, somando-se suplentes e consultores ao grupo, promovendo um intercâmbio de saberes e experiência muito produtivo.

Sublinhamos a presença de interdisciplinaridade na composição do grupo de profissionais tanto do Degase como de outras instituições, assim como de intersetorialidade, com a participação de representantes de diferentes setores do Sistema de Garantia de Direitos, tais como: do Tribunal de Justiça, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos; do Conselho Estadual de Defesa da Criança e Adolescente do Rio de Janeiro; da Coordenadoria de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente; da Secretaria Estadual de Saúde.

Toda esta construção interdisciplinar direcionou suas discussões para a possibilidade de refletir de forma mais ampla sobre a proposta, incluindo pensar sobre como pode se dar uma organização que abra espaço para o exercício da sexualidade contemplando seus aspectos diversos.

#### **4.3.1. O GT para elaborar a implantação da visita íntima: uma construção coletiva**

O grupo começou delineando suas normas de funcionamento, eixo de sua construção interdisciplinar e interinstitucional, abrangendo a indicação de suplentes com aceitação do grupo, a forma de votação, o planejamento das reuniões de trabalho, e definição de alguns focos de interesse na proposta do grupo para seu desenvolvimento, tal como pesquisas afins, visitas a espaços para futura implantação do direito, compartilhamento entre os participantes de material de interesse para o trabalho em foco, viabilidade de comunicação entre

todos os membros e circulação de informações. Estabeleceu-se um pacto intersetorial dentro das regras de funcionamento do GT sendo as reuniões, os debates e deliberações registrados em ata, assim como, definidos por votação em maioria.

Os participantes demonstraram seu envolvimento com a temática, promovendo encontros e debates que aqueceram reflexões de operadores do direito e socioeducadores, desejosos de trazer contribuições à missão a ser realizada na garantia deste direito dentro do campo socioeducativo, abarcando o pensar na interação com o social, dentre suas diversas formas de expressão, em torno das questões que envolvem adolescentes em conflito com a lei. A coordenação do GT assinalou a importância do compromisso de cada um nesta missão, para que se realize o efetivo exercício do direito a visita íntima, pelos adolescentes em privação de liberdade, em medida socioeducativa de internação, no Estado do Rio de Janeiro.

Os componentes do grupo desenvolveram, no transcorrer do trabalho, uma produção coletiva, que aponta para um processo diferenciado de uma elaboração pura e simples de um documento, mas sim um uma resultante do acontecer de reflexões e discussões, voltadas a tornar realidade o direito do exercício da sexualidade e afetividade por pessoas em desenvolvimento, em processo socioeducativo, privadas de liberdade. A função de cada participante foi pensada e discutida, foram definidas estando todos implicados nesta tarefa de normatizar este direito para sua implantação. O grupo decidiu sobre a indicação de consultores externos, contribuindo com a expertise de cada área, na construção do documento. Os suplentes designados exerceram as funções do titular da coordenação em caso de impedimento deste.

O Presidente do GT tem sobre sua responsabilidade a organização e direção dos encontros, o apontamento de eventos que estimulem o debate para construção do documento, a promoção das ações de interlocução entre os órgãos que compõem o sistema de garantia integral dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei e o GT; o estímulo às ações de interlocução entre as coordenações e as consultorias externas; assim como garantir o cumprimento do cronograma pactuado pelos integrantes e a divulgação de qualquer alteração.

As Coordenações que integraram o GT trouxeram contribuições de diferentes perspectivas: Direitos Humanos, Pedagogia, Psicologia; Serviço Social,

Socioeducação, Direito. O entrelaçar de diferentes saberes compôs de forma produtiva a proposta do Grupo e encaminhou este para resultados voltados a normatização necessária à implantação da visita íntima no Rio de Janeiro. Essa afinal é uma questão que exige e promove a interdisciplinaridade e uma gestão a um tempo atenta aos princípios e normativas do SINASE e flexível o suficiente para acolher e operacionalizar novas ideias.

Dois subgrupos se formaram para desenvolvimento do trabalho, com ações de pesquisa e estudo para cada núcleo com reuniões para produção do material: o Núcleo Jurídico e o Núcleo Temas Diversos, onde o primeiro, o Núcleo Jurídico ficou voltado ao desenvolvimento dos aspectos legais em torno da implantação: idade mínima, comprovação da união estável, autorização dos pais, participação do judiciário, entre outros; e, o segundo, Temas Diversos, ficou comprometido com temáticas implicadas com a visita íntima, com aspectos relativos aos conceitos de adolescência, família, sexualidade, as interações entre os vínculos de significação do adolescente em seu meio comunitário e familiar e a relação com a sociedade em seu âmbito mais ampliado. Foi estabelecido que no transcorrer do desenvolvimento de cada núcleo seriam feitos encontros de todos os participantes para apresentação dos avanços para discussões e alterações necessárias no material produzido.

Pode-se avaliar esta proposta dentro de uma perspectiva interdisciplinar, interinstitucional e intersetorial, o que aponta para um avanço no sistema socioeducativo em investir na desconstrução de uma suposta completude institucional, e abrir interação com outros órgãos e representações, na direção de suplantar o fantasma da instituição total ainda assombrando sistemas socioeducativos por todo o país.

Considerando esta abertura, uma visita institucional às unidades foi planejada e realizada com os participantes de outros órgãos, para reconhecimento deste território, para contato com a realidade do sistema e suas unidades, a parte física, os fluxos, os procedimentos, os encaminhamentos realizados, entre outras ações, proporcionando uma interação entre os diferentes setores, com seus olhares e visualizações de espaços poucos conhecidos e vistos, em geral.

Na direção de tomada de decisões como critérios para a liberação da visita, para o adolescente a ser visitado e para seu/sua visitante, a comprovação de união estável, idade mínima, autorização dos pais, participação do judiciário, o espaço

do encontro íntimo, a relevância da convivência familiar e os aspectos afetivos das interações, a garantia do direito a todos, sem discriminação de qualquer espécie, a necessidade de se trabalhar a superação de preconceitos relativos à diversidade sexual, os conhecimentos em diferentes áreas de atuação e formação foram se apresentando no processo grupal, onde se traziam informações úteis sobre publicações e eventos científicos, relatos de elaboração de políticas públicas a nível nacional, estadual e municipal assim como novas ações em socioeducação promovidas por outros estados, e acontecimentos sociais em torno da temática central. Também se abordou a questão em torno das formações de socioeducadores, do preparo para lidar com a implantação deste direito, como será a inserção dentro de uma rotina numa unidade socioeducativa de privação de liberdade, como se dará o planejamento e organização para esta ação.

E, realizamos, eu e o coordenador do GT, uma visita em outro estado, na Bahia, em Feira de Santana, para conhecer o espaço físico destinado à visitação, ao encontro do casal. Foram construídos dois módulos, cada um com uma pequena saleta, quarto e banheiro, bem distribuídos, com certa distância do núcleo maior da unidade, com preservação da intimidade do casal, ficando evidenciado que o encontro íntimo construído tem espaço para o exercício da sexualidade e para o encontro afetivo do casal.

Na proposta de implantação no Rio de Janeiro houve um investimento nesta perspectiva positiva, de que a construção do espaço reservado ao encontro do casal, deve promover no exercício da sexualidade destes adolescentes um encontro que proporciona o ato sexual e o encontro afetivo entre os pares, e a relação com o pertencimento ao núcleo familiar e meio social. Na linha de organização para esta implantação sublinhou-se a garantia de se desenvolver um programa, de saúde e sexualidade, com oficinas e dinâmicas, para adolescentes, parceiros/as, familiares e servidores, com um enfoque que viabiliza orientações necessárias nesta área, relativas a prevenção, manutenção da saúde física e sexual assim como planejamento familiar.

O Grupo de Trabalho nomeou a proposta de Programa Visita Afetiva, que comporta o já citado programa de saúde e sexualidade, com participação das equipes técnicas em suas ações, somado a uma Comissão Técnica Interdisciplinar, com profissionais da área jurídica, da saúde, do serviço social e psicologia, que será aquela que assessora o processo de avaliação para liberação da visita íntima

que deverá ser concedida aos que preencherem os requisitos, sem distinção de identidade de gênero e condição sexual. Outro item importante é a autorização da visita íntima para o adolescente e sua significação para o próprio poderá integrar seu Plano Individual de Atendimento (PIA) assim como seu relatório no que contribuir no sentido de apontar seu desenvolvimento no processo socioeducativo.

O Plano Individual de Atendimento (PIA) determinado pela Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012, em seu capítulo IV, é um “instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente” (Art.52). A responsabilidade pela elaboração deste documento é da equipe técnica de referência no acompanhamento do adolescente, sendo parte essencial do processo de sua elaboração a participação do próprio adolescente como de seus responsáveis, acompanhando sua construção e participando do processo do estudo de caso.

O PIA começa a ser construído na chegada do adolescente no programa de atendimento, será construído com o adolescente e sua família, através dos atendimentos técnicos. Este plano se desenvolve nas áreas da psicologia, da pedagogia, serviço social, saúde e jurídica. São trabalhadas e avaliadas as dificuldades, necessidades, potencialidades, avanços e retrocessos, as questões relativas as interações sociais, familiares e comunitárias, os aspectos dificultadores e facilitadores da inclusão social, as metas relativas à escolarização, profissionalização, cultura, lazer e esporte, oficinas e autocuidado, também deverá estar sendo acompanhado a saúde física e mental com avaliação, tratamento, e na parte judicial o encaminhamento proposto no que se refere à situação processual e providências necessárias.

O estudo de caso, parte integrante da elaboração deste plano, deverá oportunizar que sejam trabalhadas as informações que abrangem seu contexto sociofamiliar de origem, as circunstâncias da prática do ato infracional, suas aptidões, habilidades, interesses e motivações, características pessoais e condições para resolução dos problemas enfrentados:

O foco do estudo de caso é o próprio adolescente, a sua história, as suas características, os afetos e desafetos, os encontros e os desencontros, as rivalidades, os envolvimento na prática de atos infracionais que marcaram sua vida. Todos esses aspectos se constituem no ponto de partida e no ponto de chegada de todas as ações socioeducativas. De acordo com o artigo 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente (RJ, DEGASE, 2015).



Através do estudo de caso as técnicas e intervenções serão discutidas e definidas pela equipe de referência, preservadas a autonomia e a ética profissional de cada participante, e certamente as singularidades de cada adolescente, dentro das diretrizes da política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Tem grande importância o protagonismo do adolescente em sua história, sendo um agente ativo na escolha de seus objetivos e a equipe contribui nesse processo, refletindo e trabalhando questões junto com ele. A elaboração do PIA se caracteriza por desenvolver um compartilhamento de informações do processo socioeducativo, do acompanhamento, de reflexão e discussão acerca do conhecimento sobre a compreensão do socioeducando, não somente relativa ao seu contexto familiar e social, mas incluindo a comunidade socioeducativa, onde o próprio adolescente irá refletir junto à equipe e sua família, para pensar acerca do que está sendo abordado e avaliar onde irá investir para alcançar transformações necessárias. O plano deve ser atualizado todo o tempo, pois está relacionado com um processo dinâmico e contínuo do caminhar do adolescente em seu cumprimento de MSE e seu desenvolvimento psico-pedagógico-social.

O desenvolvimento no processo socioeducativo do adolescente deve ser acompanhado sistematicamente, levando-o a poder entender em que ponto está e em qual deseja e pode chegar, sendo o registro de suas mudanças inserido no PIA, pois direcionarão a pactuação de novas metas. Em todo o desenvolvimento do PIA é essencial que a equipe continue um trabalho de intercâmbio e interação entre as informações acerca do desenvolvimento do processo socioeducativo do adolescente, sempre interagindo com ele e sua família.

Voltando ao GT Visita Afetiva, os trabalhos foram concluídos no segundo semestre de 2013, e para a sequência das ações ficou a proposta da elaboração, também por composição interdisciplinar, do programa de saúde e sexualidade para implantação do Programa Visita Afetiva.

Observamos que as ações socioeducativas pautadas nas diretrizes do SINASE (BRASIL, 2012) têm contribuído para transformações produtivas na atenção aos adolescentes em conflito com a lei, apontando para a superação de um paradigma ultrapassado, correccional e opressivo para um paradigma da socioeducação, construtivo e libertário, promotor de desenvolvimento e amadurecimento dos adolescentes e seus familiares, também na direção do reconhecimento e exercício de sua cidadania. Consideramos também que a construção coletiva, interdisciplinar, interinstitucional, e intersetorial promove uma integração de saberes e

conhecimentos, assim como trabalha a co-responsabilidade de todos os implicados (ou que deveriam estar) nas ações que devem ser desenvolvidas e articuladas com as políticas públicas existentes ou necessárias (Silva & Zamora, 2015, p.12).

Apresentamos acima o processo desenvolvido pelo grupo de trabalho ao organizar a normativa para implantação deste direito e construir uma produção coletiva, interdisciplinar ao trabalhar com a proposta de uma nova ação no espaço socioeducativo, uma ação instituinte. Forças instituintes, como apontado no capítulo inicial, são apontadas como forças viabilizadoras de produção de novas lógicas (Baremlitt, 2002), e, observo que a proposta deste GT, voltado a efetivar uma garantia do direito à visita íntima no sistema socioeducativo, e trazendo para tal uma proposta de um programa de saúde e sexualidade, assinala uma renovação na prática e vivência socioeducativa, e aponta para a importância da transdisciplinaridade nas ações socioeducativas, no reconhecimento da importância da diversidade de saberes e conhecimento e do encontro destes em prol de objetivos comuns (Silva & Zamora, 2012, p.5-6). Tal construção transdisciplinar demanda espaço para criação, diante de que:

É importante considerar que, mesmo reconhecendo o caráter sutil da natureza transdisciplinar e a frágil importância atribuída ao seu exercício, será necessária a formação de uma outra cultura profissional, intelectual e educacional que contemple uma qualificação diversificada, que permita gradativamente abolir as distâncias culturais e tenha como eixo a reaproximação dos homens de si mesmos, uns dos outros e da natureza (Rodrigues, 2000).

A seguir, alguns conceitos sobre adolescência e sexualidade, para contribuir no sentido de repensar as práticas institucionais, com o reconhecimento da condição de sujeito em desenvolvimento do adolescente, sendo tal compreensão importante para o processo da implantação da visita íntima e sua articulação no trabalho com as famílias.

#### **4.4. Indagando Nosso Conceito de Adolescência e Sexualidade**

A adolescência demanda compreensão de sua significação, não só no que se remete ao próprio indivíduo como nas articulações com os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, tudo o que atravessa sua existência e constituição. No trabalho socioeducativo devem ser levados em consideração os

aspectos existentes nas interações familiares e sociais, assim como as singularidades de sua fase de vida.

Jobim e Souza (2010, p.88) articula o conceito da infância e da adolescência em suas interrelações com a história sócio-cultural e política, assim como sublinha o cuidado às abordagens dentro de quais recortes se desenvolvem, sendo necessário compreender estes sujeitos de direitos em suas especificidades, em seu ciclo vital. A autora considera a assimetria a que são submetidos no embate com o ‘mundo dos adultos em relação a elas’, através de demandas e expectativas, e a premência que a defesa do direito destes abarque e respeite as diferenças existentes (Jobim e Souza, 2010, p.94).

Existe uma noção acerca da adolescência que se apresenta vinculada a uma lógica desenvolvimentista, constituindo-se numa etapa obrigatória do desenvolvimento, com etapas e vivências similares para todas as pessoas. Coimbra, Bocco & Nascimento (2005, p.4) questionam a atual noção de adolescência, onde a figura do adolescente é associada com um estilo de vida “a ser consumido pelo resto do mundo”, como se existisse apenas uma única maneira de se reconhecer a adolescência, desconhecendo as singularidades de cada jovem, em sua história pessoal, seu pertencimento social. Para as autoras, o desenvolvimento acontece em um processo de construção, sendo a cada momento uma experiência única para cada sujeito, sem modelos pré-determinados, onde continuamente se dá este construir dos sujeitos, sem uma determinação prévia.

Assim como a família e a adolescência, a sexualidade humana também pode ser vista como uma construção histórica, cultural e social. A sexualidade deve ser compreendida dentro de sua dimensão fundamental em todas as etapas da vida dos indivíduos, e abarca “práticas e desejos relacionados à satisfação, à afetividade, ao prazer, aos sentimentos, ao exercício da liberdade e à saúde” (Brasil, 2006b, p. 13). Sabemos também que a sexualidade tem sido reprimida e atravessada por preconceitos, tabus, interdições e perpassada pelas relações de poder, no controle dos corpos, na sujeição a normas excludentes de formas de expressão singulares. A vivência sexual na adolescência traz uma dimensão de novas descobertas de si e do(a) outro(a), de novas sensações e experiências, e também se relaciona com a capacidade de amadurecimento de escolhas, decisões e construção da autonomia. Porém, nas práticas sociais os adolescentes não têm um reconhecimento de sua dimensão como “pessoa sexuada, livre e autônoma”, o que os leva a situações de

vulnerabilidade, tanto no plano pessoal, como social e institucional, no enfrentamento de interdições (Brasil, 2006b, p.14).

Muitas transformações vêm se dando nas últimas décadas na sociedade e a vida sexual de meninos e meninas tem se iniciado cada vez mais cedo, o que aponta para uma mudança do padrão de comportamento social e sexual. Essa vivência ocorre em condições desiguais por adolescentes e jovens e tais desigualdades – como as de gênero, as que acontecem entre distintas condições socioeconômicas e culturais, as relativas à raça/cor, as relações de poder entre gerações e as discriminações pela orientação sexual – afetam as diferentes dimensões de sua vida social. Estes são aspectos que demandam atenção. Apesar da constatação destas questões, que podem trazer agravos à saúde e sofrimento psíquico, ainda é precária a produção de informações e estudos qualitativos sobre a vida sexual e reprodutiva desta população de jovens (Brasil, 2006b). Castro et al (2010) assinalam que:

[...] a problemática maior não está tanto na falta de normas reguladoras do assunto, mas em como encarar as novas formas de sexualidade na juventude. É indispensável que os atuais e futuros juristas interpretem a norma através de uma nova perspectiva, vendo a infância, a adolescência e a juventude de forma inovadora, formadas por novos princípios, ideais e comportamentos. É também de suma importância que a legislação vigente seja ampliada no sentido de abarcar essa nova realidade. Não pretendemos revogar as normas que já estão em vigor e sim ampliá-las para adequá-las a atualidade (Castro et al., 2010, p. 79).

Nogueira Neto (2010) sublinha que o reconhecimento e a garantia do direito à afetividade e à sexualidade da criança e do adolescente devem estar na perspectiva do atendimento à proteção integral como condição, como preconiza o Estatuto (1990a), para seu pleno desenvolvimento em condições de liberdade e dignidade.

Todavia, considerando-se que a sexualidade da criança e do adolescente tem o seu exercício limitado pelas leis, em função de sua peculiar condição de desenvolvimento biopsicossocial – há que se reconhecê-la e garanti-la (promover, proteger e defender) de maneira emancipável e não castradora (Nogueira Neto, 2010, p.130).

Melo (2010) assinala, no que diz respeito à titularidade de direitos de crianças e adolescentes, que uma mudança de paradigmas demanda aprofundamento nas normativas em suas diversas dimensões em torno do controle

da sexualidade e de seu caráter político. Para o reconhecimento e o exercício de seus direitos, deverá acontecer uma reflexão sobre o lugar social das crianças e adolescentes e as discriminações etárias e de gerações a que estão submetidos:

Pretender falar de novos direitos no campo da sexualidade e de uma justiça voltada a emancipação dos sujeitos não será possível no campo dos direitos humanos, sem uma revisão de conceitos como **proteção e desenvolvimento**, normas e direito, e, sobretudo de protagonismo social de crianças e adolescentes. (Melo, 2010, p.43, grifo nosso).

O espaço de fala e a relevância da escuta a crianças e adolescentes assinalam também o que Jobim e Souza (2010) apontou sobre a necessidade de viabilização de uma integração contínua entre crianças, adolescentes e adultos em uma relação dialógica permanente.

Castro et al (2010, p.63) assinalam que os direitos sexuais e reprodutivos exigem um diálogo interdisciplinar, considerando que provocam áreas diversificadas de saber em suas questões, como a sociologia, a ciência política, a saúde coletiva, o direito, entre outras, um desafio lançado para o saber científico, que ainda conversa pouco entre as áreas, sendo “essencial a interdisciplinaridade para entendermos o universo das crianças e dos(as) adolescentes”. Afirmam a necessidade de uma nova abordagem aos direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes, com o cuidado de não se perder a perspectiva da proteção integral da infância e juventude, na consideração à sua vulnerabilidade, sublinhando que tabus e preconceitos devem ser superados, “e que direitos sejam promovidos e garantidos, pois de direitos humanos se trata” (Castro et al., 2010, p.82).

Onde, afinal, começam os Direitos Humanos? Em pequenos lugares próximos de casa – tão próximos e tão pequenos que não aparecem em nenhum mapa. Nas vizinhanças onde moram as pessoas, nas escolas que frequentam, na fábrica, na fazenda ou escritório onde trabalham. Esses são os lugares onde cada homem, mulher ou criança busca a justiça, a igualdade de oportunidades e a dignidade sem discriminação. A menos que esses direitos tenham significado nesses locais, eles não terão qualquer significado em nenhum outro lugar.

Eleanor Roosevelt (1884-1962),  
Presidente da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Ungaretti (2010) correlaciona os direitos sexuais com aspectos diversos tais como os valores existentes, as histórias de vida dos sujeitos, sublinhando a afetividade, o prazer, como também bases da sexualidade, não resumida a fatores biológicos. Aponta a relação com as normas e costumes, assim como aos códigos

definidos: Constituição Federal, o Estatuto, o SUS e o SUAS, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o SINASE, o Código Penal, entre outros. Observa que os direitos sexuais de crianças e adolescentes devem se integrar aos direitos humanos, no respeito ao ciclo de vida, ao que preconiza a Convenção (1989) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Ungaretti, p.112). Assinala a autora que:

A intenção, então, é assegurar às crianças e aos adolescentes o exercício pleno de sua sexualidade, garantindo que seus direitos sexuais sejam e estejam reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos pela sociedade de todas as maneiras. Nesse sentido é que o conhecimento e a compreensão da sociedade sobre a sexualidade precisam envolver todas as suas dimensões, pois o exercício da sexualidade se encontra relacionado ao estágio da sociedade e depende de mudanças históricas, culturais, demográficas, econômicas e políticas. A sexualidade é essencial para o desenvolvimento individual e social. (Ungaretti, 2010, p. 113)

Afirma os direitos humanos de crianças e adolescentes, que devem estar embasados nas práticas sociais, e “devem dar lugar à expansão da dimensão ética na vida social e nos territórios da cidadania. Neste sentido, as declarações, os tratados, os pactos, os discursos podem se qualificar” (Ungaretti, 2010, p.122). Certamente enfrentamos uma grande frustração no lidar com tantas perdas de vidas e não podermos intervir ainda, de forma mais eficaz, no sentido de prevenir mortes de adolescentes e, no relato de casos e narrativas de suas histórias e de suas famílias, projetamos para o desejo de alcance de intervenções, que viabilizem efetivas mudanças, promovendo transformações nas relações existentes, no caminho da superação da violência e da garantia de direitos.

Na contemporaneidade, no investimento de expansão da garantia dos direitos sexuais, o direito democrático da sexualidade vem sendo discutido, fazendo parte da ampliação “dos princípios constitucionais da liberdade e igualdade, orientadores dos direitos sexuais, a ponto de abarcar questões como orientação, expressão, práticas e identidades vinculadas à sexualidade [...]” (Lessa et al., 2015, p.3).

Os direitos humanos têm evoluído no transcorrer da história da humanidade, e a ela relacionados, tendo alcançado um momento singular na elaboração na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Bobbio (2004) afirma esta compreensão articulando os direitos do homem aos direitos históricos, advindos dentro de um contexto, dentro de uma história e de um movimento que o cria de forma gradativa, processual.

Do ponto de vista teórico, sempre defendi – e continuo a defender, fortalecido por novos argumentos – que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez (Bobbio, 2004, p.5).

O sistema socioeducativo demanda ainda transformações para o alcance de sua missão maior, o alinhamento conceitual, operacional e estratégico para trabalhar a socioeducação de adolescentes e na atenção às suas famílias no processo de acompanhamento que se desenvolve no período do cumprimento de sua medida socioeducativa. Podemos observar que, no território nacional, numerosas ações estão se desenvolvendo para atendimento às diretrizes do SINASE (2006; 2012), delineando novos movimentos. Oliveira assinala entre as condições da execução da medida socioeducativa que:

[...] dada a condição peculiar do adolescente como sujeito em desenvolvimento, menos maduro que o adulto, a execução deve ter o compromisso de atender aos direitos fundamentais do adolescente, entre os quais está o de receber tratamento justo, não ofensivo ou humilhante, pautado em bases legais, minimamente interventivo sobre a subjetividade, não moralista ou baseado em expectativas impossíveis de serem atendidas [...] a experiência no sistema socioeducativo deveria ser capaz de fazer diferença na vida do adolescente, provendo-lhe outras linguagens alternativas à infração para se posicionar diante das condições profundas adversas nas quais constrói sua identidade. Deveria poder contribuir para que ele se convertesse em agente de suas próprias escolhas e mais ativo frente aos fatores que têm poder de intervir negativamente sobre sua conduta (Oliveira, 2014, p.91).

A implantação da visita íntima, entre outros direitos a serem garantidos e efetivados, vem se somar na mobilização para tornar o espaço da socioeducação coerente com suas proposições. Muito temos ainda a trabalhar para construir um novo saber e superar práticas ilegítimas, impasses e dificuldades, advindas de anos de uma cultura atravessada por preconceitos. Para alcançar a compreensão da importância do exercício da cidadania para aqueles que enfrentaram adversidades no lidar com a lei é necessário trabalhar as responsabilidades, a conscientização do viver em sociedade, o respeito a si e aos outros e assim ter verdadeiramente oportunidades reais de redirecionar suas vidas. Oliveira (2014, p.87) sublinha que:

[...] adolescentes e jovens não são sujeitos passivos, determinados pelo contexto social, mas sujeitos ativos que, em condições específicas de educação e desenvolvimento, constroem a capacidade de se posicionar criticamente frente às

características adversas do contexto e desenvolver formas inovadoras de superar as dificuldades a eles impostas [...]

No sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, a proposta delineada aponta para a possibilidade de se investir em uma construção coletiva para a implantação da visita íntima e alcançar seus objetivos de garantia de direitos afetivos, sexuais e reprodutivos e contribuir com a elaboração do projeto de vida dos adolescentes, através de uma intervenção-ação contínua, que proporcione a participação ativa dos sujeitos implicados. É uma iniciativa importante tanto na evolução do processo socioeducativo de cada adolescente como no necessário reordenamento institucional.

Observo que profissionais da socioeducação, mesmo antes do Sistema de Garantia de Direitos ser formalizado, praticaram ações no sentido da intersetorialidade, desde os anos 90, onde está presente o princípio básico dos Direitos Humanos, no atendimento aos adolescentes e seus familiares, com reconhecimento da incompletude institucional, através de encaminhamentos para a rede de saúde, contatos e ações junto a conselhos de defesa, Ministério Público, Defensoria, Judiciário, com orientações para contato com órgãos públicos, de serviços, para prover suportes necessários.

Depois da conclusão do GT VI, na direção do paradigma da socioeducação, o DEGASE organizou um novo grupo de trabalho, agora com o objetivo de construir o Programa de Saúde e Sexualidade, apresentado anteriormente, e caminhar no sentido de compor posteriormente o Programa Visita Afetiva para seu início. Este trabalho iniciou em 2014, formado essencialmente por servidores do DEGASE, e foi concluído no primeiro semestre de 2015. Durante os últimos anos, desde a determinação da lei os cursos de capacitação, fóruns, espaços de discussão da temática tiveram espaço dentro do sistema, promovendo debates, levantando diversas questões em torno da proposta e até mesmo do direito de implantação da visita íntima.

Atualmente aguarda-se uma resposta da gestão do DEGASE para com esses dois trabalhos, questões que apresentam urgência em sua efetivação, e demandam prioridade. Entre os critérios elencados para liberação da visita íntima ao casal de adolescentes serão requisitos exigidos: que adolescentes em cumprimento de mse e visitante tenham no mínimo dezesseis anos de idade completos; que obtenham autorização de um dos pais ou responsáveis de cada adolescente, podendo ocorrer



se necessário, suprimento de autorização pela via judicial; participação no Programa de Saúde e Sexualidade pelo período determinado pela Comissão de Avaliação; relacionamento íntimo com unicamente um parceiro de referência cadastrado por medida; outras solicitações abarcam a comprovação material do casamento ou da união estável com apresentação de documentos tais como: declaração do adolescente e dos responsáveis; prova documental, como fotos, certidão de nascimento de filhos, comprovante de residência e outros documentos comprobatórios do relacionamento estável entre visitante e visitado; e/ou prova testemunhal, sendo esta realizada por três testemunhas maiores de dezoito anos (RJ, DEGASE, 2013).

Entendemos que esta implantação se dará de forma processual e poderá haver modificações em sua proposição conforme se configuram novas demandas ou mudanças, mas apontamos a necessidade de atenção para que se efetive a implantação, depois de todo um processo de construção coletiva preparatória para tal, referendando o que Lessa et al. (2015) assinalaram:

[...] Não resta dúvida que um novo direito nasceu, cabe a partir de então inseri-lo no rol dos direitos democráticos a sexualidade, pois agregado as bases constitucionais da liberdade de expressão, de práticas e de identidades vinculadas à sexualidade, a igualdade e o respeito à dignidade (Lessa et al., p.5).

Apresentamos, na sequência, as considerações finais, também com objetivos de assinalar a relevância das possibilidades de mudança através de uma construção coletiva, voltada à promoção de uma nova forma de socioeducação, mais integral e respeitosa, aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, que perpassasse também o trabalho com as famílias e a proposta de implantação da VI.

## Conclusão

A presente dissertação realizou um percurso no sentido de realizar uma análise de implicação no sistema socioeducativo, através da abordagem ao atendimento aos adolescentes e às famílias e a relação com a implantação da visita íntima no Rio de Janeiro, refletindo acerca de múltiplas dimensões das interações que perpassam a garantia desses direitos. O lugar privilegiado que deve ocupar a afetividade nas relações íntimas e familiares, a manutenção de vínculos familiares e comunitários, favorece a compreensão da oportunidade desse encontro íntimo do/a adolescente como propiciador de um espaço de diálogo e reflexão, favorecendo seu amadurecimento e repercutindo em seu processo socioeducativo de forma positiva.

No transcorrer do trabalho, acabaram emergindo minhas próprias memórias, constituídas por minha implicação, que solidificaram minha experiência no sistema socioeducativo. Observo que a análise das implicações aponta, em minha trajetória e inserção no desenvolvimento da proposta, exatamente, na linha que acredito principal de ação socioeducativa, o desejo de investir no encontro dialógico de adolescentes com sua família. Depois de tantos anos, se evidencia ainda, a urgência de se ter como uma prática da ação socioeducativa a abordagem às famílias de adolescentes em cumprimento de MSE. Tal prática desenvolvida no sistema, com ações voltadas aos adolescentes e familiares assinalam que é um dos caminhos que precisa ser trilhado no sistema socioeducativo todos os dias, e não eventualmente em ações isoladas e provisórias.

Refletindo sobre as intervenções do Golfinhos encontramos-nos com as memórias e narrativas de adolescentes e familiares, que ao serem reveladas, ao possibilitarem um trabalho sobre seu conteúdo emocional, permitiram, não só ao adolescente como a seu núcleo uma reorganização, que ampliava suas perspectivas de amadurecimento, superando conflitos, e resgatando laços de importância em sua vida. Os resultados obtidos no Projeto Golfinhos foram extremamente produtivos, com dados obtidos no retorno avaliativo dos

participantes. Feito em diversas formas, tais como através de material de produção na participação, arquivados em registro do projeto, apontam para uma urgência de se ter como um serviço em todas as unidades uma atenção às famílias, que vai além de encaminhamentos feitos na parte documental e assistencial.

Desde o começo do Golfinhos foram feitas apresentações em espaços científicos, institucionais, congressos, seminários e simpósios, onde sempre os resultados e a receptividade ao trabalho evidenciaram a importância do trabalho com famílias e a possibilidade de ampliar suas ações com profissionais, de forma interdisciplinar, no rumo de intervenções produtivas, em prol de resultados que contribuam com um meio social mais saudável.

Trabalhar com famílias e adolescentes, conscientes do muito a fazer, e do desafio em lidar com o descrédito de muitos em relação às transformações do adolescente no relacionar-se com o social, vem respaldado no vivenciado junto às famílias e aos adolescentes, e no cotidiano institucional, referendando que é possível alcançarmos resultados significativos e superarmos tantos obstáculos de múltiplas origens, é o que traduz uma trajetória na socioeducação trabalhando com familiares e adolescentes, e interagindo com servidores com visões de mundo diferenciadas.

No reconhecimento da atenção as famílias, o núcleo emocional precisa ser trabalhado junto com toda esta parte, os adolescentes e famílias trazem uma carência de orientação que não podemos simplesmente ignorar, por exemplo, porque se espera que a maioria dos profissionais da psicologia no sistema socioeducativo faça o acompanhamento da medida sem intervenções terapêuticas.

Pessoas não podem ser acompanhadas, sendo fragmentado o atendimento, em partes pré-determinadas para que as providências no cumprimento de medida socioeducativa sejam satisfeitas no mundo jurídico, como documentação, escolarização e profissionalização. Sem diminuir a importância de cada uma destas determinações no processo, o que significa isto sem estar inserido no projeto de vida do adolescente e de sua família, internalizado como meta e desejos a serem alcançados e que enfrentam um cotidiano social de vencedores e opressores? Afinal, os vitoriosos não darão espaço facilmente ao crescimento daqueles que estão no lugar dos oprimidos e deste lugar desejam sair.

A construção do GT Visita íntima proporcionou uma abordagem em múltiplas visões, de uma ação necessária e urgente no sistema, que infelizmente

ainda não aconteceu, apesar dos investimentos feitos pelo próprio departamento. A proposta principal da visita íntima, que compreendemos não se esgotar no encontro sexual, se volta ao desenvolvimento de pessoas que demandam atenção e orientação, sendo este direito uma abertura para uma compreensão também de sua responsabilidade, como parceiro numa família, onde o programa de saúde e sexualidade poderá desenvolver um diferencial importante em suas vidas.

Iniciada uma reflexão do que perpassa pensamentos, mentes e corpos a partir do que foi escutado acerca da visita íntima, em diversas oportunidades diferentes, observamos que existem muitas discriminações que precisarão ser trabalhadas na implantação e existência do direito, vindas de todas as representações dentro do sistema socioeducativo e inclusive no meio social, que também pressiona e cobra resultados ou soluções, mas precisa estar mais participativo para que estes aconteçam.

Adolescentes se ainda não são, poderão se tornar pais de família, ocupar o lugar de formadores de outras pessoas, e as relações estáveis são importantes na construção de um sistema familiar e na formação de indivíduos. Por esta via, o encontro de minha participação e o desenvolvimento de ações que incluem as famílias e suas interrelações, considerando ser uma profissional inserida no sistema socioeducativo, voltado aos adolescentes em conflito com a lei, devendo ter este sistema como referência e prática o paradigma da doutrina da proteção integral, definido pelas legislações existentes da infância e juventude, e por todas as diretrizes que compõem o sistema de garantia de direitos. A legislação brasileira, em torno da infância e juventude, vem dando passos importantes, sendo considerada uma das mais avançadas no cenário internacional, porém ainda não se executam integralmente suas determinações, demandando ações, em diversos níveis, para que se garantam a integridade e todos os direitos de crianças e adolescentes.

Acreditamos que este trabalho pode ter importância no sentido de divulgar estratégias de trabalho com as famílias. O sistema socioeducativo tem muita dificuldade de registrar e divulgar propostas exitosas, e fica muito fechado nas repetições e nas suas evidentes permanências, como, por exemplo, uma cultura violenta, que ainda não conseguiu ultrapassar. O SSE tem muita dificuldade de transitar na fronteira tênue que separa o envolvimento das famílias no atendimento, o empoderamento das famílias em sua função educativa, de um lado,

e a punição às famílias, como se fossem elas também autoras de alguma infração e ainda por cima alvos de uma sanção negativa do Estado. Por exemplo, quando as famílias deixam de ser vistas como parceiras e são alvo de exigências impossíveis de cumprir, obrigação de se apresentar para reuniões nas unidades de internação em horário de trabalho, presença em audiências de seus filhos/as, marcadas com prazo curto para se organizarem, presença em atividades sem recursos financeiros para o transporte, entre outras.

No sentido de contribuir e nortear ações com base na ética profissional, no sistema de garantia de direitos e através de políticas públicas, pensamos em algumas recomendações ao sistema socioeducativo, no sentido de promover transformações positivas. É certo que não podemos ignorar as dificuldades existentes e reconhecidas, tais como a superlotação, a falta de verbas necessárias para obras e ações, dificuldades no embate com o judiciário, entre outras, pelas quais o sistema socioeducativo passa, na verdade em todo o país, mas se deve investir na força do coletivo, inclusive com os adolescentes e familiares participando do processo, e procurar trilhar o caminho na garantia dos direitos, não se curvando ao “difícil de mudar”, mas enfrentando a violência institucional, o descaso social, a falta de sensibilidade aos problemas existentes de todo o aparato em torno da infância e juventude em conflito com a lei.

A partir de uma perspectiva da Análise Institucional, fica uma reflexão sobre a memória coletiva, com uma possível interrelação entre a memória individual e familiar dos adolescentes, com tantos enfrentamentos e sofrimentos, da busca de poder ter uma oportunidade de um lugar cidadão no mundo, por um lado, e a memória institucional, de outro, com uma vivência de resultados esparsos e incertos da ação socioeducativa, com idas e vindas institucionais do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, das vicissitudes do trabalho e os impactos das zonas de enrijecimento das dinâmicas institucionais, seja pela falta de concursos, pelas mudanças de secretaria, mudanças abruptas, sem processualidade de ações no sistema, como analisadores que demandam ação e transformação, para que os operadores do sistema possam traçar um novo rumo em sua prática e escrever uma nova história.

As dificuldades não devem impedir passos consistentes na direção do paradigma socioeducativo, do fazer acontecer e valer a doutrina da proteção integral. Podemos apostar nas forças institucionais presentes em muitos

movimentos e produções dentro do sistema, e fortalecer a integração com a participação intersetorial, é uma responsabilidade compartilhada, e no momento é um dispositivo que possibilita construir um trabalho socioeducativo.

A presente dissertação também visa recomendar investimentos em encontros socioeducativos articulados com as universidades, discentes e docentes, com setores do estado e município, pelos quais as ações permeiam o atendimento a esta população, a conscientização de que demanda uma responsabilidade compartilhada para transformar o sistema e não se desencontrar do viés garantista. Toda ideia que sustenta uma socioeducação não deve se perder da possibilidade de dialogar com representações locais, tanto em relação aos órgãos como as representações de comunidades, associações de familiares, como a formação contínua com os socioeducadores, e se deve afirmar sempre que não pode haver argumentos que justifiquem uma trilha equivocada por qual motivo for, mas que as determinações legais venham ao encontro de pessoas em desenvolvimento que precisam, além de todos os seus direitos garantidos, de oportunidade, como bem sublinhava Antonio Carlos Gomes da Costa, referência nacional em socioeducação, ao afirmar que os programas de ação social educativa, para adolescentes em conflito com a lei, devem oportunizar condições que verdadeiramente viabilizem o desenvolvimento psicossocial do educando, contribuindo enquanto pessoa com o “desenvolver sua autonomia; enquanto cidadão, contribuindo para o desenvolvimento da sua solidariedade; enquanto futuro profissional, potencializando o desenvolvimento de suas capacidades, competências e habilidades requeridas pelo mundo do trabalho” (Gomes da Costa, 2006).

Assinalamos outro movimento presente nesse trabalho, que foi o lidar com um desafio inerente a autoetnografia, considerando que, como pesquisadora, sendo uma integrante do sistema socioeducativo, podemos considerar que sou parte do problema de pesquisa, e também uma das "genitoras" do projeto que é abordado nas análises. Procurei aprofundar no presente trabalho, passando por uma rememoração significativa de muitos casos em minha prática, que revelam a importância das ações serem articuladas com a atenção às famílias em todo processo socioeducativo, de forma integralizada, e apontaram para a participação em outros desafios, entre eles a implantação da Visita íntima. Ressaltamos assim, a natureza multidimensional desse objeto, que é social e também subjetivo, ao

tomar o corpo, os afetos, a sexualidade como espaço político, de exercício de direitos, no caso, o direito à visita íntima para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Também sublinhamos que é imprescindível a oportunidade de pesquisas que permitam esse vai e vem entre a prática, a investigação e a prática, que podem produzir contribuições de atores do próprio campo de atuação, através da análise de sua implicação, em suas experiências e vivências.

Pela análise de implicação, se encontra uma constatação, que um trabalho desenvolvido com as famílias, seja no Projeto Golfinhos, se retomado, seja na proposta do Programa de Atenção as Famílias, se implantada, ou outros que estejam atuantes, podem oportunizar uma conscientização da força do coletivo para investir em mudanças, garantias de direitos e reconhecimento de responsabilidades em diferentes lugares.

Estas são algumas das questões que procuramos “concluir” e ao mesmo tempo nos enlaçam em inúmeras indagações e inquietações, aonde devemos voltar continuamente à análise de implicações, e também remeter ao continuar de pesquisas e ao procurar compreender e atender as demandas existentes no campo da socioeducação. Existe a necessidade de produção de agenciamentos em direções múltiplas, que possam verdadeiramente promover uma configuração produtiva, na área da adolescência em conflito com a lei, dentro do paradigma socioeducativo.

## Referências bibliográficas

ARROYO, M.G., SILVA, M.R.da (Org.). **Corpo infância**: Exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petropolis, RJ: Vozes, 2012.

AZEVEDO, M.A., GUERRA, V.N. de A. (Org.). **Crianças vitimizadas**: a Síndrome do Pequeno Poder. São Paulo: Iglu, 1989, p.143–163.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 1977.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional**. 5. ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.

BARROS, L.P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: Passos, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L.da (Org.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-Intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015, p.52-75. Disponível em: <http://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>. Acesso em 16/07/2016.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed., São Paulo: Brasiliense, (Obras escolhidas v. 1), 1994.

BRASIL. Código de Menores - Decreto 17.943-A/1927 (Decreto do Executivo) 12/10/1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm). Acesso em 28/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Senado Federal, Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct). Acesso em 28/06/2014.

\_\_\_\_\_. Estatuto da criança e do adolescente, Lei 8.069/90 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1990a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069compilado.htm). Acesso em 28/06/2014.

\_\_\_\_\_. Sistema único de saúde (SUS) - Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 de setembro de 1990b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm). Acesso em 18/07/2014.



\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano nacional de assistência social - PNAS/2004. Secretaria de Assistência Social, Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente. Sistema nacional de atendimento socioeducativo - SINASE. Secretaria Especial de Direitos Humanos, Brasília, DF, 2006a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Marco teórico referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Série B Textos básicos de saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Brasília, DF, 2006b.

\_\_\_\_\_. Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes a convivência familiar e comunitária. Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília/DF, 2006c.

\_\_\_\_\_. Lei 12.015 de 7 de agosto de 2009 – Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1ª da Lei n 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm)>. Acesso em 21/09/2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE - Regulamenta a execução da medida socioeducativa e altera algumas leis. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm)>. Acesso em 21/09/2014.

\_\_\_\_\_. Direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e jovens em conflito com a lei: contribuições para o debate e ações. Coordenação: Maria Helena Franco. São Paulo: ECOS – Comunicação em sexualidade e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012b. Disponível em: <<http://monitoramentocedaw.com.br/wp-content/uploads/2013/08/JovensSIT.pdf>> Acesso em 23/06/2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei** – 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/levantamento-sinase-2012>>. Acesso em 22/12/2015.

CAMURI, A.C.; SERENO, G.C; ZAMORA, M.H.; QUINTANA, J.T. Direitos sexuais no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. **Mnemosine**, vol.8, nº1, p.43-71. RJ: Departamento de Psicologia Social e Institucional/UERJ, 2012.

CASTRO, M.G., RIBEIRO, I., BUSSON, S. Norma e Cultura: diversificação das infâncias e adolescências na sociedade brasileira contemporânea de acordo com os direitos sexuais e reprodutivos. In: UNGARETTI, M.A. (Org.) **Criança e adolescente**. Direitos, sexualidades e reprodução. SP: Ed. Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude – ABMP, 2010, p.61-83.

COIMBRA, C.C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M.L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v57n1/v57n1a02.pdf>>. Acesso em 23/06/2014.

CONANDA. Sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Resolução 113. Brasília: Diário Oficial da União, 20/04/2006. Disponível em: <<http://www.promenin.org.br/noticias/arquivo/resolucao-113-do-conanda-sobre-fortalecimento-do-sistema-de-garantia-dos-direitos>>. Acesso em 01/07/2014.

COSTA, A.C.G. (Org.). **As bases éticas da ação socioeducativa**: referenciais normativos e princípios norteadores. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, 2006. Acesso em 22/12/2015.

FREIRE, P. **A Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. SP: Paz e Terra, 1996.

FILOMENO, K. **Da cibernética à teoria familiar sistêmica**: um resgate dos pressupostos - Monografia apresentada ao Movimento como requisito parcial para obtenção do certificado de formação em Terapia Sistêmica, Orientadora: Maria Cristina D'Avila Castro. Florianópolis, 2002. p.28-30. Disponível em: <[https://docs.google.com/document/edit?id=1VewqGPL-L\\_Y-jTN4fLPPPPTde-Cvyyqzp7OvGrARj80&hl=pt\\_BR&pref=2&pli=1](https://docs.google.com/document/edit?id=1VewqGPL-L_Y-jTN4fLPPPPTde-Cvyyqzp7OvGrARj80&hl=pt_BR&pref=2&pli=1)>. Acesso em 02/01/2016

GAGNEBIN, J.M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GUSMÃO, D.S.; JOBIM E SOUZA, S. **História, memória e narrativa: a revelação do “quem” nas histórias orais dos habitantes do Córrego dos Januários**. *Psicol. Soc.* [online]: vol.22, n.2, p. 288-298, 2010. ISSN 0102-7182. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/09.pdf>>. Acesso em 21/09/2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004, cap. I e II, p. 29-111.

JOBIM E SOUZA, S. Criança e adolescente, construção histórica e social nas concepções de proteção, direitos e participação. In: UNGARETTI, M.A. (Org.) **Criança e adolescente**. Direitos, sexualidades e reprodução. SP: Ed. Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude – ABMP, 2010, p. 87-100.

JULIÃO, E.F.; VERGÍLIO, S.S. (Org.). **Juventudes, políticas públicas e medidas socioeducativas**. Rio de Janeiro: DEGASE, 2013.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: Passos, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L.da (Org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-Intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p.32-51. Disponível em: <http://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>. Acesso em 16/07/2016.

LESSA, A., LOPES, E.R., SILVA, M.T.A. Visita íntima no DEGASE: o exercício de um direito. In: **Juventude, Educação e Direitos Humanos**. RJ: DEGASE, 2015.

LOPES, E.R. **A inserção familiar no sistema socioeducativo de privação e restrição de liberdade do estado do Rio de Janeiro**. Monografia (pós-graduação em terapia de família), UCAM/RJ, Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. **A política socioeducativa e o Degase no Rio de Janeiro: Transição de paradigma?** Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

LOPES, E.R., MOTA, M.P.e ZEITOUNE, C. Reflexões sobre a juventude em conflito com a lei: a infância, a adolescência e a família como uma construção social e histórica. In: ABDALLA, J.F.S e SILVA, S.P. (Org.). **Ações socioeducativas, saberes e práticas: formação dos operadores do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro**. RJ: DEGASE, 2013, p.33-49.

LOURAU, R. **A Análise Institucional**, Petrópolis/RJ, Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. Quelques approches de l'implication suivi de "Genèse Du concept d'implication". **POUR**, Paris, n. 88, p.12-27, 1988.

\_\_\_\_\_. **René Lourau na UERJ**. Análise Institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

\_\_\_\_\_. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOE, S. (Org.). **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 1990/2004, p.186-198.

\_\_\_\_\_. Objeto e método da análise institucional. In: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAIA, M.V., ZAMORA, M.H., VILHENA, J.; BITTENCOURT, M.I. Crianças "impossíveis" - quem as quer, quem se importa com elas? In: **Psicologia em Estudo. Psicol. estud.**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 335-342, ago.2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722007000200014>>. Acesso em 06/02/2016.

MATTAR, L.D. Exercício da sexualidade por adolescentes em ambientes de privação de liberdade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 61-95, abr.

2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n133/a04v38n133.pdf>>. Acesso em 29/12/2015.

MELO, E.R. Direito e norma no campo da sexualidade na infância e na adolescência. In: UNGARETTI, M.A (Org.) **Criança e adolescente**. Direitos, sexualidades e reprodução. SP: Ed. Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude – ABMP, 2010, p.43-59.

MONCEAU, G. “Analyser ses implications dans l’institution scientifique: une voie alternative”. **Revista Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, RJ, ano 10, n.1, p. 13-30, 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/html/v10n1a03.html>>. Acesso em 03/11/2015.

\_\_\_\_\_. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. **Fractal - Revista de Psicologia**, v. 20, n. 1, p. 19-26, jan./jul. 2008b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-029222008000100007>>. Acesso em 03/11/2015.

MORAIS, C. Visita íntima na medida de internação: direito do adolescente infrator. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 4182, 13 dez. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31411>>. Acesso em: 29/12/2015.

NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. M. B. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: Geisler, A. R.; Abrahão, A. L.; Coimbra, C. M. B. (Org.). **Subjetividade, violência e direitos humanos**: produzindo novos dispositivos na formação em saúde. Niterói, RJ: EDUFF, 2008, p.143-153 Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/analise.pdf>>. Acesso em 03/11/2015.

NOGUEIRA NETO, W. Direitos afetivos e sexuais da infância e da adolescência. O papel dos Conselhos dos direitos da criança e do adolescente. In: UNGARETTI, M.A. (Org.) **Criança e adolescente**. Direitos, sexualidades e reprodução. SP: Ed. Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude – ABMP, 2010, p. 129-146.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História** – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados e do Departamento de História - PUC-SP. nº 10, p.7-28, SP: EDUC, 1993.

OLIVEIRA, D.H.D., FELIX-SILVA, A.V. e NASCIMENTO, M.V.N. Produção de sentidos nas práticas discursivas de adolescentes privados de liberdade. In: PAIVA, I.L., SOUZA, C., RODRIGUES, D.B. (Org.). **Justiça juvenil**: teoria e prática no sistema socioeducativo. Natal, RN: EDUFRRN, 2014, p.221-245.

OLIVEIRA, M.C.S.L. Da medida ao atendimento socioeducativo: implicações conceituais e éticas. In: PAIVA, I.; SOUZA, C.; RODRIGUES, D. (Org.). **Justiça Juvenil**. Teoria e prática no sistema socioeducativo. NATAL: EDUFRRN, 2014, p.79-99.

ONU. Declaração universal dos direitos do homem, 1948. Disponível em: <<http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>>. Acesso em 01/07/2014.

\_\_\_\_\_. Declaração universal dos direitos da criança. 1959. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em 28/06/2014.

\_\_\_\_\_. Regras mínimas das nações unidas para a administração da justiça, da infância e da juventude. (Regras de Beijing), 1985. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c\\_a/lex47.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex47.htm)>. Acesso em 28/06/2014.

PAIVA, R.L.S., ZAMORA, M.H.R.N., VILHENA, J., SILVA, S.G. Violência, delinquência e tendência antissocial. Sobre a experiência de um atendimento a crianças vítimas da violência em uma favela do Rio de Janeiro. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, ISSN 1808-4281, RJ, v. 15 n. 3 p. 891-915 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/19418/14011>>. Acesso em 03/02/2016.

PASSOS, E; BARROS, R.B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-Intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p.17-31. Disponível em: <http://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>. Acesso em 16/07/2016.

PASSOS, E; KASTRUP, V; e ESCÓSSIA, L.(orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. RS: Ed. Sulina, 2009. Disponível em: <http://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>. Acesso em 16/07/2016.

PAULON, S.M; ROMAGNOLI, R.C. Pesquisa-intervenção e cartografia: Melindres e meandros metodológicos. In: **Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia**, v. 10, nº 1, p. 85-102, 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/9019>. Acesso em 14/07/2016

PIOVESAN, F. Apresentação. In: UNGARETTI, M.A. (Org.) **Criança e adolescente**. Direitos, sexualidades e reprodução. SP: Ed. Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude – ABMP, 2010, p. 16-18.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, RJ, Vol.2, nº3, p.3-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em 21/09/2014.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, RJ, Vol.5, nº 3, p. 200-212, 1992. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em 21/09/2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro/Departamento Geral de Ações Socioeducativas - Novo DEGASE – Corregedoria - Atas das Reuniões do Grupo de Trabalho para elaboração de Proposta de Regulamentação do Artigo 68, da Lei 12.594/12 (SINASE), que assegura ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação o direito à visita íntima, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro/Departamento Geral de Ações Socioeducativas - Novo DEGASE – Arquivos do Projeto Golfinhos (1995-2002).

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro/Departamento Geral de Ações Socioeducativas - Novo DEGASE. Disponível em: <[http://www.degase.rj.gov.br/quem\\_somos.asp](http://www.degase.rj.gov.br/quem_somos.asp)>. Acesso em 22 de novembro de 2015.

RIZZINI, I., CASTRO, M. e SARTOR, C. **Pesquisando...guia de metodologias de pesquisa para programas sociais**. RJ: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1999.

RODRIGUES, M.L. Caminhos da transdisciplinaridade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, No. 64, Ano XXI, São Paulo, Ed. Cortez, Nov/2000. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nemess/links/artigos/marialucia3.htm>>. Acesso em 12/09/2014.

SILVA, H.H. da. Análise institucional de intervenções realizadas em duas escolas municipais de Contagem, Minas Gerais: a ordem escolar e os limites à implantação de círculos de estudos - São João Del Rei - PPGPSI-UFSJ – 2013.

SILVA, M. T. A. e LEITE, R. P. (colab.). Adolescente em conflito com a lei, e a família como vai? – In: O indivíduo, a família e as redes sociais na virada do século - Anais do III Congresso Brasileiro de Terapia Familiar - 1998, CBTF. RJ: ATF, 2000.

\_\_\_\_\_. **Programa de Atenção as Famílias** – Espaço Golfinhos. 2002 – Documento Interno: RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro/Departamento Geral de Ações Socioeducativas - Novo DEGASE

SILVA, M.T.A. e ZAMORA, M.H. Visita íntima no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro: uma construção interdisciplinar. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v.11, p. 1-13, 2014.

UNICEF. Convenção sobre os direitos da criança, 1989. Disponível em: <[https://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf)>. Acesso em 28/06/2014.

\_\_\_\_\_. Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras. Brasília/DF, 2003. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/siab03\\_1.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/siab03_1.pdf)>. Acesso em 28/06/2014.

THIRY-CHERQUES, H.R. Revisitando Marx: alienação, sobretrabalho e racionalidade nas organizações contemporâneas - **Revista READ** – Edição 55, Vol 13, Nº 1, p.106-125, jan-abr. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4011/401137456005.pdf>>. Acesso em: 03/11/2015.

UNGARETTI, M.A. Fluxos Operacionais Sistêmicos – Instrumento para Aprimoramento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no Marco dos Direitos Humanos. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Criança e adolescente**. Direitos, sexualidades e reprodução. SP: Ed. Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude – ABMP, 2010, p.101-127.

VERSIANI, D.B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de Hoje**. Porto Alegre. V.37, nº 4, p.57-72, dez.2002. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14258/9483> Acesso em: 17/07/2016.

VILHENA, J., MAIA, M.V.M. Nos deram espelhos e vimos um mundo doente. Reflexões sobre agressividade, comportamento anti-social e violência na cultura contemporânea. **Revista Eletrônica de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde** - FASU, FASU, Santa Catarina, v.I, n.1, 2003. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/psicologia>>. Acesso em: 03/02/2016.

VILHENA, J.; BITTENCOURT, M.I.; ZAMORA, M.H.; NOVAES, J.V.; BONATO, M. Medos infantis, cidade e violência: expressões em diferentes classes sociais. **Psicologia Clínica**. PUC-Rio, RJ, vol.23, n.2, p.171–186, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291022027011>>. Acesso em 03/02/2016.

VILHENA, J., ZAMORA, M.H. & ROSA, C. Da lei dos homens à lei da selva. Sobre adolescentes em conflito com a lei. **Revista Trivium**. ISSN 2176-4891, p.27-40, 2011. Disponível em: <<http://www.uva.br/trivium/edicoes/edicao-ii-ano-iii/artigos-tematicos/da-lei-dos-homens-a-lei-da-selva-sobre-adolescentes-em-conflito-com-a-lei.pdf>>. Acesso em 03/02/2016.

VILHENA, J., MAIA, M.V. Agressividade e violência: reflexões acerca do comportamento antissocial e sua inscrição na cultura contemporânea. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v.2, n.2, p.27-58, set.2002. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482002000200003&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482002000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em 06/02/2016.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência**. Os Jovens do Brasil. Brasília. UNESCO/Instituto Ayrton Senna, 1998.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência**. Os Jovens do Brasil. Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – Flacso Brasil, 2014.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Violência.** Adolescentes de 16 a 17 anos no Brasil. Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – Flacso Brasil, 2015.

ZAMORA, M.H. (Org.). **Para além das grades:** elementos para a transformação do sistema socioeducativo. RJ: Ed. PUC-Rio, 2005.

ZAMORA, M. H. Familiares de adolescentes em conflito com a lei: Dinâmicas familiares e formas de apoio. In: LEMOS, F.C.S.(Org.). **Crianças, adolescentes e jovens:** políticas inventivas transversalizantes. 1ed., Curitiba: Editora CRV, 2015, p. 72-93.

ZAMORA, M.H. & PEREIRA, I. - Adolescente em conflito com a lei e suas famílias. In: Julião, E. e Vergílio, S. (Orgs.). **Juventudes, políticas públicas e medidas socioeducativas.** RJ: DEGASE, 2013, p. 147-160.

ZUMA, C. Terapia de Família Sistêmico-Constructivista. Trabalho apresentado no seminário Psicologia: crise de paradigma ou crise social, promovido pelo CRP-05. UERJ, 1997. Disponível em: <<http://www.noos.org.br/userfiles/file/Terapia%20de%20Fam%C3%ADlia%20Sist%C3%AAmico-Constructivista.pdf>>. Acesso em 27/12/2015.



## Apêndices

### A Uma experiência gratificante: Psicologia e o uso de recursos lúdicos do Projeto Lego

O Projeto Lego<sup>24</sup> proporcionou a profissionais da Psicologia uma abertura de significações no trabalho com os adolescentes. A responsável por este projeto na instituição, uma professora de extrema dedicação, observando que profissionais da Psicologia, em sua unidade, estavam obtendo respostas positivas no uso do material do Lego com as adolescentes, fez contato com a Divisão de Psicologia, e conversamos acerca da ideia de expandir o material para os psicólogos do sistema.

Realizamos um encontro, onde duas apresentações para esta proposta foram feitas: a educadora apresentou o trabalho com o LEGO e as adolescentes, e a psicóloga da unidade apresentou o trabalho desenvolvido com os recursos do LEGO, no atendimento psicológico, e o quanto vinha promovendo um bom resultado com as adolescentes. A proposta de parceria com os profissionais da Psicologia foi feita para quem tivesse interesse. Fizemos uma organização do material para ser entregue na unidade e nesta oportunidade seria realizada uma oficina vivencial com os adolescentes. Procurando ter feedback e dar suporte aos que começaram a desenvolver os atendimentos com os recursos lúdicos, depois de certo período, solicitamos relatos das experiências, tendo sido enviado por alguns, apontando resultados produtivos. Este processo estava acontecendo de forma gradativa, dentro das possibilidades do sistema e de cada profissional, e ao mudar minha lotação, pela coordenação de saúde foi definido que a divisão de psicologia seguiria realizando a implantação e dando suporte aos profissionais.

Tivemos, eu e a professora responsável, a oportunidade de desenvolver uma oficina no seminário de socioeducação realizado pela Universidade Federal de Goiás, junto ao sistema socioeducativo do Estado, com os profissionais de suas equipes, para capacitação a esta proposta. Foi uma experiência muito boa e os profissionais abraçaram a ideia, desejosos de utilizar estes recursos, nas modalidades apresentadas, tendo sido indicados à instituição de referência para procurarem fazer a interação com o LEGO.

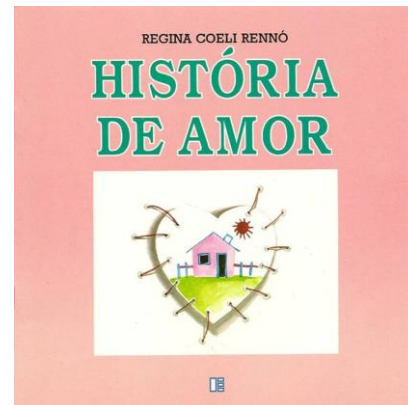
---

<sup>24</sup> Para maior conhecimento acerca do projeto ver site: <https://www.institutoclaro.org.br/em-pauta/projeto-leva-tecnologia-e-educacao-para-unidades-de-internacao/>

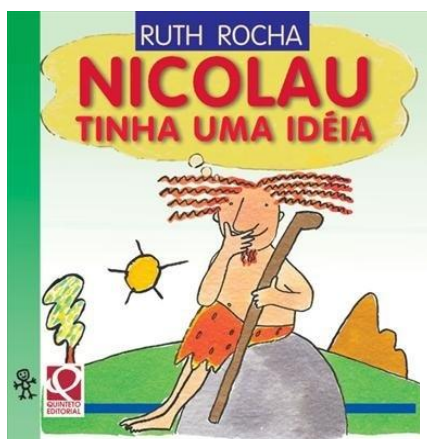
## B Alguns livros infantojuvenis utilizados no Projeto Golfinhos



MAZUR, D., GWINNER, P.  
**Uma pedra no sapato.**  
 Ed: Ed.de Orientação Cultural, 3ªed.



RENNÓ, R.C. **História de Amor.**  
 BH, Lê, 1992 (coleção imagens mágicas).



Rocha, R. **Nicolau tinha uma idéia.** 3.ed.–SP: Quinteto Editorial, 1998. (Coleção Hora dos Sonhos).



MASUR, J. **O frio pode ser quente?**  
 São Paulo: Ática, 1991.



ALMEIDA, F, **Pinote, o fracote e Janjão, o fortão.**2º ano.SP: Ática,